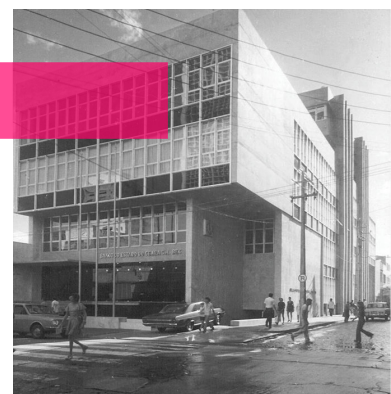


UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM
ARQUITETURA E URBANISMO E DESIGN

(DES)CAMINHOS DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO CEARÁ (1969 - 2017)



LUIZ MATTOSO CATTONY
2019

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE ARQUITETURA E URBANISMO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E
URBANISMO E DESIGN

LUIZ MATTOSO CATTONY

**(DES)CAMINHOS DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO
CEARÁ (1969–2017)**

FORTALEZA

2019

LUIZ MATTOSO CATTONY

(DES)CAMINHOS DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO
CEARÁ (1969-2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva.

FORTALEZA

2019

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação
Universidade Federal do Ceará
Biblioteca Universitária
Gerada automaticamente pelo módulo Catalog, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

- C36(Cattony, Luiz.
(Des)Caminhos dos Concursos de Arquitetura no Ceará (1969-2017) / Luiz Cattony. – 2019.
202 f. : il. color.
- Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Ceará, Centro de Tecnologia, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Transportes, Fortaleza, 2019.
Orientação: Prof. Dr. Ricardo Paiva.
1. Concursos de Arquitetura (Brasil). 2. Concursos de Arquitetura (Ceará). 3. Arquitetura Cearense. I.
Título.

CDD 388

LUIZ MATTOSO CATTONY

(DES)CAMINHOS DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO
CEARÁ (1969- 2017)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo e Design da Universidade Federal do Ceará, como requisito parcial à obtenção do título de mestre em Arquitetura e Urbanismo. Área de concentração: Produção do Espaço Urbano e Arquitetônico.

Aprovada em: ____ / ____ / ____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Ricardo Alexandre Paiva - Orientador
Universidade Federal do Ceará - UFC

Profa. Dra. Márcia Gadelha Cavalcante
Universidade Federal do Ceará - UFC

Prof. Dr. Fabiano José Arcadio Sobreira
Centro Universitário de Brasília – UNICEUB

Aos que ainda lutam pelas democracias.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Federal do Ceará, pela oportunidade.

À FUNCAP, pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa.

Ao Professor Ricardo Paiva, pela paciência e generosidade em conduzir o processo de orientação, e que mesmo à distância, esteve sempre presente.

À Professora Márcia Cavalcante, pela disponibilidade e pelas contribuições na banca de qualificação que ajudaram na conclusão deste trabalho.

Ao Professor Fabiano Sobreira, pela disponibilidade e pelas contribuições na banca de qualificação, além da grande contribuição para a discussão dos Concursos de Arquitetura no Brasil.

Aos meus amigos e sócios, Bruno Braga, Bruno Perdigão e Igor Ribeiro, pela parceria do dia-a-dia, o incentivo, os debates, e pela grande inspiração que são para mim.

Às colegas e aos colegas de turma do mestrado do PPGAU+D-UFC por compartilhar esta experiência em que entramos, andamos e aqui chegamos.

Aos arquitetos Neudson Braga, Ricardo Muratori, Alexandre Landim, Francisco Hissa, Romeu Duarte, Eduardo Suzuki e Mário Roque, pela disponibilidade e as informações compartilhadas.

Aos amigos Marcos Vieira e Vitor Cymrot, pela amizade e exemplo.

Aos meus pais, Fernando e Renata, e meu irmão, Carlos, por sempre me apoiarem.

À Indira, por apoiar e acreditar, e ser a melhor companhia que eu poderia ter.

E a todas e todos que, de alguma forma, participaram e me ajudaram durante esse trabalho.

“... o concurso é o lugar de liberdade suprema da arquitetura...”

(Paulo Mendes da Rocha in: SOBREIRA; FLYNN; RIBEIRO, 2018)

RESUMO

No Brasil, os concursos de projetos arquitetônicos acontecem desde meados do século XIX. Ainda que ocorram no país há mais de 150 anos e que a legislação defina a preferência por este formato de contratação de projetos, foram realizados apenas 373 certames no Brasil entre 1857 e 2010. A escolha do objeto de estudo relacionada aos concursos de arquitetura e urbanismo no Ceará deve-se à relevância deste modelo de contratação para a sociedade em geral, no qual estão envolvidos os arquitetos, clientes públicos e privados e usuários, além de obras importantes que foram construídas e constituem importante acervo cultural para o Estado. O recorte temporal da pesquisa se situa entre 1969 e 2017, onde foi possível identificar a realização de 21 concursos públicos de projeto no Ceará, dos quais 15 foram de arquitetura e 6 de urbanismo. Diante a bibliografia sobre os concursos, verifica-se que as informações sobre os eventos no Ceará se encontram espalhadas e sem nenhuma sistematização e análise. A contribuição desta pesquisa para a temática é documentar os concursos de arquitetura no Ceará e sistematizar os dados permitindo uma análise da eficiência dos eventos e indicando novos caminhos para a sua prática. Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender e analisar em que medida o concurso é um instrumento democrático na contratação de arquitetura e urbanismo no Ceará, enfatizando a importância social e cultural desta forma de contratação. Para tanto, apresenta uma perspectiva histórica dos concursos de arquitetura no Brasil expondo um panorama dos eventos e sua evolução dentro de um contexto histórico-social. Junto a este panorama de eventos é apresentada a evolução das legislações sobre contratação pública de projetos relacionada à concursos e suas regulamentações, assim como também apresentado um levantamento sobre a escrita e pesquisa do tema dentro de dissertações, teses, artigos e revistas especializadas. Na sequência, é apresentado o levantamento dos concursos realizados no estado do Ceará considerando o contexto social e político do estados, os agentes envolvidos e o papel dos arquitetos dentro destes processos. Por fim, é apresentada uma análise e reflexão sobre os concursos realizados no Ceará, dentro de parâmetros de quando foram eficientes, quando não foram e um terceiro ponto que é quando não houve concurso para um edifício de relevância pública. A análise permite refletir e compreender as contradições existentes no processo de seleção e contratação de projeto.

Palavras-chave: Concursos de arquitetura (Brasil). Concursos de arquitetura (Ceará). Arquitetura Cearense.

ABSTRACT

In Brazil, architectural design contests have been held since the mid-nineteenth century. Although they have been taking place in the country for over 150 years and the legislation defines the preference for this project hiring format, only 373 bids were held in Brazil between 1857 and 2010. The choice of the object of study related to architecture and urbanism competitions Ceará is due to the relevance of this hiring model to society in general, in which architects, public and private clients and users are involved, as well as important works that were built and constitute an important cultural collection for the State. The period of the research is between 1969 and 2017, where it was possible to identify the holding of 21 public design contests in Ceará, of which 15 were architectural and six urban planning. Given the bibliography on the competitions, it is found that information about events in Ceará are scattered and without any systematization and analysis. The contribution of this research to the theme is to document the architectural competitions in Ceará and systematize the data allowing an analysis of the efficiency of the events and indicating new ways for its practice. Thus, the general objective of this research is to understand and analyze to what extent the contest is a democratic instrument in the contracting of architecture and urbanism in Ceará, emphasizing the social and cultural importance of this form of contracting. Therefore, it presents a historical perspective of architecture competitions in Brazil, exposing a panorama of the events and their evolution within a historical-social context. Along with this panorama of events is presented the evolution of legislation on public procurement of projects related to competitions and its regulations, as well as a survey on writing and research of the theme within dissertations, theses, articles and journals. Following is a survey of the competitions held in the state of Ceará considering the social and political context of the states, the agents involved and the role of architects within these processes. Finally, we present an analysis and reflection on the competitions held in Ceará, within parameters of when they were efficient, when they were not and a third point is when there was no competition for a building of public relevance. The analysis allows reflecting and understanding the existing contradictions in the project selection and contracting process.

Keywords: Architectural competition (Brazil). Architectural competition (Ceará). Architecture from Ceará.

RESUMEN

En Brasil, se han realizado concursos de diseño arquitectónico desde mediados del siglo XIX. Si bien se llevan a cabo en el país durante más de 150 años y la legislación define la preferencia por este formato de contratación de proyectos, solo se realizaron 373 ofertas en Brasil entre 1857 y 2010. La elección del objeto de estudio relacionado con los concursos de arquitectura y urbanismo Ceará se debe a la relevancia de este modelo de contratación para la sociedad en general, en el que participan arquitectos, clientes y usuarios públicos y privados, así como importantes obras que se construyeron y constituyen una importante colección cultural para el Estado. El período de tiempo de la investigación es entre 1969 y 2017, donde fue posible identificar la celebración de 21 concursos públicos de diseño en Ceará, de los cuales 15 fueron de arquitectura y 6 de planificación urbana. Dada la bibliografía sobre las competencias, se encuentra que la información sobre los eventos en Ceará está dispersa y sin ninguna sistematización y análisis. La contribución de esta investigación al tema es documentar los concursos de arquitectura en Ceará y sistematizar los datos permitiendo un análisis de la eficiencia de los eventos e indicando nuevas formas para su práctica. Por lo tanto, el objetivo general de esta investigación es comprender y analizar en qué medida el concurso es un instrumento democrático en la contratación de arquitectura y urbanismo en Ceará, enfatizando la importancia social y cultural de esta forma de contratación. Con este fin, presenta una perspectiva histórica de los concursos de arquitectura en Brasil, exponiendo un panorama de los eventos y su evolución dentro de un contexto histórico-social. Junto con este panorama de eventos se presenta la evolución de la legislación sobre contratación pública de proyectos relacionados con concursos y sus reglamentos, así como una encuesta sobre redacción e investigación del tema en disertaciones, tesis, artículos y revistas. A continuación se presenta una encuesta de los concursos celebrados en el estado de Ceará considerando el contexto social y político de los estados, los agentes involucrados y el papel de los arquitectos dentro de estos procesos. Finalmente, presentamos un análisis y una reflexión sobre las competencias celebradas en Ceará, dentro de los parámetros de cuándo fueron eficientes, cuándo no lo fueron y un tercer punto es cuando no hubo competencia por un edificio de relevancia pública. El análisis permite reflejar y comprender las contradicciones existentes en el proceso de selección y contratación de proyectos.

Palabras clave: Concurso de arquitectura (Brasil). Concurso de arquitectura (Ceará). Arquitectura do Ceará.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Proposta que ficou em segundo lugar para o Teatro Lírico do Rio de Janeiro.	30
Figura 2 - Monumento do Cristo Redentor em 1931 Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (antiga Escola Normal) em 1940.	32
Figura 3 - Fachada da proposta premiada de Lucio Costa no concurso para o pavilhão brasileiro na Exposição de Filadélfia.	34
Figura 4 - Proposta vencedora do concurso do MES de Archimedes Memória e proposta elaborada posteriormente por equipe de Lucio Costa.	38
Figura 5 - Foto de divulgação do Edifício Esther em São Paulo e seu estado no ano de 2012.	38
Figura 6 - Cortes e perspectiva interna do projeto apresentado por Lucio Costa Perspectivas do projeto apresentado por Oscar Niemeyer.	39
Figura 7 - Pavilhão Brasileiro, de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, na Feira Mundial de Nova York em 1938.	40
Figura 8 - IAB-SP Perspectiva isométrica do projeto Fotografia após sua construção Fotografia em 2015.	42
Figura 9 - Ginásio do Clube Atlético Paulistano do arquiteto Paulo Mendes da Rocha.	43
Figura 10 - Propostas premiadas no concurso do Plano Piloto.	45
Figura 11 - Biblioteca de Casa Amarela, concurso realizado em 1951.	48
Figura 12 - Edifício dos Arquitetos - Sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia.	49
Figura 13 - Propostas apresentadas pela equipe vencedora e pelo segundo lugar para a Biblioteca Central do Estado da Bahia.	50

Figura 14 - Superior: Biblioteca Central do Estado, em Salvador, Bahia; Inferior: Biblioteca Central da UnB, em Brasília.	51
Figura 15 - Croquis da proposta vencedora do Concursos para o Pavilhão Brasileiro na EXPO 70 Pavilhão construído na Exposição de Osaka 1970.	53
Figura 16 - Fachada lateral e átrio central da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro.	55
Figura 17 - Perspectiva e fachada frontal da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro.	56
Figura 18 - SESC Nova Iguaçu.	57
Figura 19 - Maquete do projeto vencedor do Concurso do Pavilhão da EXPO 92.	58
Figura 20 - Teatro de Artes Cênicas e Corporais da UNICAMP Mercado Municipal de Sobral Fundação Habitacional do Exército.	61
Figura 21 - Estádio Arena Castelão (Hector Vigliecca) e Estádio Maracanã (Fernandes Arquitetos Associados) - adequação de estádios que poderiam ser fruto de concursos.	62
Figura 22 - Comparação entre a marca antiga e a nova da CODHAB.	63
Figura 23 - Propostas vencedoras dos concursos do CODHAB, respectivamente e ordem cronológica.	64
Figura 24 – Diagrama da relação entre a realização de concursos no Brasil e no Ceará nas décadas estudadas.	85
Figura 25 - Concha acústica da UFC (2016).	86
Figura 26 – Jogo no Estádio Plácido Castelo ainda incompleto em 1973.	90
Figura 27 - Perspectiva principal do edifício e perspectiva interna do hall de entrada.	92

Figura 28 - Fachada leste da Sede do INCRA no Ceará.	93
Figura 29 - Maquete e edifício construído. Sede da Direção Geral do BNB - Ed. Raul Barbosa.	95
Figura 30 - Perspectiva da expansão da emergência do HGF.	97
Figura 31 - Clube dos Funcionários da Petrobrás.	98
Figura 32 - Comparativo entre a proposta vencedora do concurso e a Sede Administrativa do BNB.	100
Figura 33 - Vista aérea do Anexo II do TRT-CE em Fortaleza.	101
Figura 34 – Perspectiva digital da proposta vencedora do concurso.	102
Figura 35 – Ilustração de autoria do arquiteto Fabian Salles e perspectiva digital da proposta vencedora do concurso.	104
Figura 36 - Proposta vencedora do concurso para o Conjunto Paisagístico de Sobral e o projeto construído.	105
Figura 37 - Propostas premiadas: 1º Lugar, 2º Lugar e 3º Lugar.	106
Figura 38 - Ilustração do projeto vencedor do Mercado de Sobral.	107
Figura 39 - Propostas premiadas dos destaques ao segundo prêmio: a) João Paulo Daolio, SP – destaque; b) Sérgio Sampaio, SP – destaque; c) Juliana Neves, PE – menção honrosa; d) Esdras Santos, CE – menção honrosa; e) Fazso Arq & Urb, SC – terceiro lugar; f) Luiz Fiúza, CE – segundo lugar.	109
Figura 40 - Perspectiva digital do projeto vencedor do Concurso do CUCA.	110
Figura 41 - Comparação entre a obra que foi realizada para as Delegacias de Fortaleza e seu projeto na época do Concurso.	111
Figura 42 - Perspectiva digital da proposta vencedora do concurso da Avenida Beira-Mar de Fortaleza.	113

Figura 43 - Proposta vencedora do Concurso de Ideias para o HUBINE.	115
Figura 44 - Proposta vencedora do Concurso do Parque do Cocó.	117
Figura 45 - Banco do Estado do Ceará comparando a ilustração apresentada na prancha do concurso e uma foto do edifício quando construído parcialmente.	138
Figura 46 - Plantas da Sede do Inkra no Ceará.	140
Figura 47 - Fachada leste com os brises em concreto.	141
Figura 48 - Imagem comparativa entre o corte transversal e maquete do projeto original e o edifício construído.	142
Figura 49 - Pavilhões e área de lazer infantil do Clube de Funcionários da Petrobrás.	143
Figura 50 - Desenho da Fachada Sul do Anexo II do TRT-CE.	146
Figura 51 - Urbanização da margem do Rio Acaraú e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral.	148
Figura 52 - Mercado de Sobral: fachada principal e pátio rampado central	149
Figura 53 - Vista aérea do CUCA da Barra junto ao Rio Ceará.	150
Figura 54 - Implantação da Estrutura na Fachada: planta de locação dos brises na fachada.	152
Figura 55 - Planta geral do projeto vencedor.	154
Figura 56 - Comparação entre a obra que foi realizada para o Mercado dos Peixes e seu projeto na época do Concurso.	154
Figura 57 - Mercado dos peixes construído e a proposta do segundo colocado para o Mercado.	155
Figura 58 - Ilustração de autoria do Arquiteto Fabian Salles da proposta vencedora do concurso.	158

Figura 59 - Perspectiva digital da proposta vencedora do concurso.	161
Figura 60 - Ilustração da proposta vencedora do CREA-CE. Ilustração de Fabian Salles.	162
Figura 61 - Pavimento tipo do projeto vencedor do CREA-CE.	163
Figura 62 - Proposta vencedora do Concurso do Parque do Cocó.	165
Figura 63 - Imagem ilustrativa do complexo do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos.	167
Figura 64 - Comparação entre maquete digital apresentada e obra executada do Centro de Eventos do Ceará.	169
Figura 65 - Perspectiva aérea do projeto do Acquário do Ceará.	171

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Concursos no Brasil por décadas.	66
Gráfico 2 - Quantidade de trabalhos acadêmicos realizados por ano.	72
Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos acadêmicos realizados por instituição de ensino.	73
Gráfico 4 - Quantidade de artigos publicados sobre concursos em cada revista.	78
Gráfico 5 - Quantidade de publicações sobre concursos de acordo com o tipo de abordagem.	79
Gráfico 6 - Concursos realizados no Brasil entre 1960 e 2018.	83
Gráfico 7 - Concursos realizados no Ceará entre 1969 e 2017.	84
Gráfico 8 - Linha do tempo dos concursos realizados no Ceará com destaque para os construídos.	120
Gráfico 9 - Situação dos Concursos no Ceará relacionada aos respectivos desenvolvimentos.	
Erro! Indicador não definido.	

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Tabela das publicações com discussão sobre os concursos. 81

Tabela 2 - Tabela dos concursos realizados no estado do Ceará entre os anos de 1969 e 2017. 91

Tabela 3 - Tabela dos agentes envolvidos nos concursos realizados no estado do Ceará entre os anos de 1969 e 2017. 124

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	19
2. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL.....	30
2.1. O HISTÓRICO DOS CONCURSOS DE PROJETO NO BRASIL.....	30
2.2. CONCURSOS: LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO	67
2.3. OS CONCURSO EM REVISTA: ESCRITOS E PESQUISAS.....	71
3. PANORAMA DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO CEARÁ.....	83
3.1. PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS CONCURSOS NO CEARÁ	83
3.2. OS AGENTES E OS PROCESSOS	120
3.3. O PAPEL DOS ARQUITETOS.....	131
4. OS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO CEARÁ: ENTRE CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES.....	136
4.1. OS CONCURSOS CONSTRUÍDOS.....	137
4.2. OS CONCURSOS NÃO CONSTRUÍDOS	155
4.3. OBRAS PÚBLICAS SEM CONCURSO NO SÉCULO XXI	165
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS	173
6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	179
APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE CONCURSOS DE PROJETO NO BRASIL.....	186
APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES SOBRE CONCURSOS EM REVISTAS ENTRE 1951 - 1983	190
APÊNDICE C – CONCURSOS REALIZADOS NO CEARÁ ENTRE 1969 E 2017	197
APÊNDICE D – ROTEIROS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS.....	198

1. INTRODUÇÃO

Os primeiros concursos de projetos arquitetônicos do Brasil datam de meados do século XIX. Ainda que ocorram no país há mais de 150 anos¹ e que, atualmente, a legislação defina a preferência por este formato de contratação de projetos, foram realizados apenas 373 certames no Brasil entre 1857 e 2010, enquanto na Alemanha, foram realizados 667, somente entre 2007 e 2010. (SOBREIRA; CRISTINA, 2015)

O concurso de projeto para construção de edifícios e intervenções urbanas é uma forma de contratação democrática, que possibilita a participação de diversos profissionais da área e garante que a escolha dos vencedores seja baseada supostamente na qualidade da proposta e no envolvimento coletivo dos vários agentes envolvidos. Dessa forma, é um meio de contratação que permite que novos e pequenos escritórios, que muitas vezes não conseguiriam encomendas de grandes obras, participem do processo e possam competir em condições aparentemente de igualdade com grandes escritórios.

Ao atentar para os concursos realizados no Ceará, pode-se perceber que o número é inferior em relação ao de outros Estados do país. Entre os anos de 1984 e 2012, segundo Suzuki (2016), no Ceará aconteceram apenas 10 concursos, enquanto Estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais juntos chegaram a mais de 40 concursos no mesmo intervalo de tempo.

A escolha do objeto de estudo relacionada aos concursos de arquitetura e urbanismo no Ceará deve-se à relevância deste modelo de contratação para a sociedade em geral, no qual estão envolvidos os arquitetos, clientes públicos e privados e usuários, além de obras importantes que foram construídas e constituem importante acervo cultural para o Estado. Ademais, as propostas de projetos dos concursos são um campo por excelência de exploração de ideias inovadoras e por vezes radicais, constituindo contribuições e reflexões significativas para a produção da

¹ Os primeiros concursos realizados no Brasil aconteceram na década de 1850.

arquitetura e da cidade. De acordo com Sobreira e Cristina (2015), a seleção realizada no concurso vai além da melhor solução para um problema específico, mas permite ainda uma maior especulação criativa sobre o projeto e proporciona discussões e debates sobre a produção do ambiente construído.

Segundo Baeta (2014), a forma de contratação de projeto por intermédio do concurso possibilita a contratação de um projeto que foi selecionado por um júri geralmente qualificado, que tende a apontar, por meio de um consenso, uma proposta que mais atende às necessidades da encomenda, ao invés de apenas o escritório tecnicamente mais indicado. Ademais, a parte já sabe o produto que está sendo contratado, além de aumentar a competitividade entre as empresas. Ainda segundo Baeta (2014):

Enfatize-se que o aumento da competitividade é salutar para o contratante, pois as empresas estão competindo em termos de soluções técnicas e não em termos de menor preço, o que maximiza as possibilidades de a Administração receber um projeto mais inovador, pois muitos profissionais estarão debruçados sobre um mesmo tema e, posteriormente, haverá contratação com honorários compatíveis com o objeto a ser entregue, sem a possibilidade de mergulho nos preços.

De acordo com a Lei nº 8.666/1993 as modalidades de licitação para serviços de obra e projetos são concorrência, tomada de preço, convite e leilão. Segundo o § 1º do Art. 13 da mesma lei o concurso é a modalidade preferencial para esse tipo de serviço.

Ressalvados os casos de inexigibilidade de licitação, os contratos para a prestação de serviços técnicos profissionais especializados deverão, preferencialmente, ser celebrados mediante a realização de concurso, com estipulação prévia de prêmio ou remuneração. (BRASIL, 1993)

A modalidade, por focar na contratação da melhor proposta e muitas vezes de forma anônima, faz com que o processo seja mais justo, permitindo que escritórios pequenos ou jovens arquitetos concorram em iguais condições com profissionais de renome e projetem edifícios institucionais de grande porte, como ocorreu em Fortaleza, em que alguns exemplos de jovens arquitetos que venceram concursos pouco tempo como egressos da Universidade no início da década de 1970.

Para compreender a gênese dos concursos de projeto, antes do desenvolvimento da arquitetura do século XX (moderna e contemporânea), faz-se necessário resgatar o início desta prática, mesmo que de forma breve, e compreender como esta evoluiu até chegar nos padrões adotados na modernidade.

Este tipo de seleção de projeto tem origem nos gregos, que no século V antes de Cristo realizou o concurso para um memorial da guerra na Acrópole de Atenas, mas, como afirma Santos (2002), os concursos só foram conscientemente retomados na Renascença Italiana, em 1401, como a competição para as Portas de Bronze do Batistério de Florença, tendo a participação de Brunelleschi, fato que constitui um marco na sua carreira. As escolas de arquitetura da Itália e da França tiveram os concursos como parte fundamental da instrução e preparo dos arquitetos do século XVI ao XVIII. No século XIX a formatação da competição chegou aos procedimentos que balizam as práticas dos concursos até os dias de hoje, como seleções abertas, anônimas, programas de necessidades aplicados a um terreno, prazos, lista de júri e prêmios.

No Brasil, a realização dos concursos iniciou em 1850. Segundo Flynn (2001) e Sobreira (2019), na segunda metade do século XIX foram realizados 30 certames, onde 24 se concentraram nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro, então capital do país. Na década de 1930 foram realizados os concursos para a Sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o terminal de passageiros do Aeroporto Santos Dumont, ambos no Rio de Janeiro e vencidos pelos irmãos Roberto. Em São Paulo houve o concurso para o Edifício Esther, prédio de uso misto e de localização privilegiada, conquistado por Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho. Lucio Costa venceu em 1938 o concurso para o Pavilhão Brasileiro na Feira de Nova York.

Nas décadas seguintes podemos destacar o Estádio do São Paulo Futebol Clube (1953), de Vilanova Artigas, o Plano Piloto de Brasília (1956-57), de Lúcio Costa, o Ginásio do Clube Atlético Paulistano (1957), de Paulo Mendes da Rocha e João Eduardo de Gennaro, o Edifício Sede da FIESP (1969), de Roberto Cerqueira César e Luís Roberto Carvalho Franco.

A partir da década de 1960 pode-se destacar no Ceará o Concurso para a Sede do Banco do Estado do Ceará (1969), Concurso público para Edifício Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Sede Ceará (1972), Concurso Regional de Anteprojeto para a Sede da Direção Geral do Banco do Nordeste do Brasil (1977). Esse pode ser considerado o início da prática regulamentada e formal no Ceará. Embora escassos, desde então os concursos vêm acontecendo de forma constante, com uma média de 3,5 eventos por década. Podemos ainda destaca o Concurso para a Sede do Clube Social de Funcionários da Petrobras (1984), Anexo do TRT de Fortaleza (1993), Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú em Sobral (2000-2001) e Cuca da Barra (2006).

Mesmo o Brasil tendo uma média de menos de 2,5 concursos por ano é possível observar que essa prática está presente e tem contribuído para o desenvolvimento do profissional arquiteto, e muito ainda tem o que ser estudado sobre esses processos.

Alguns desses eventos foram tão eloquentes, que constituem um capítulo importante da história da arquitetura no Brasil. Como exemplo tem-se o concurso do Ministério da Educação e Saúde (MES), de evento frustrado, que teve seu resultado ignorado em detrimento do interesse dos gestores e; o concurso para o Pavilhão do Brasil na Feira de Nova York, que teve papel fundamental na consolidação a arquitetura brasileira diante do mundo.

A dispersão dos dados e a falta de sistematização das informações sobre os concursos de projeto realizados no país é uma realidade e principalmente no Ceará, onde não se tem registros de nenhum estudo ou catalogação sobre o assunto. Ainda que as pesquisas e as referências bibliográficas tenham crescido a partir da década de 2000 e se intensificado na década seguinte, a produção de conhecimento sobre o tema é limitada e fragmentada.

Pode-se encontrar alguns artigos acadêmicos, dissertações e teses, onde podemos destacar as teses de Flynn (2001), “Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000: sua contribuição para o desenvolvimento da

arquitetura”, e Suzuki (2016), “Concursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos Concursos Públicos Nacionais”, onde apresentam um estudo de alcance nacional, construindo uma panorama na realização dos eventos no país. Também se destaca a dissertação de Santos (2002), “Concurso de Arquitetura em São Paulo”, que possui similaridades com o presente trabalho, uma vez que se debruça sobre certames realizados em um recorte geográfico.

O tema é escasso em livros, mas podemos encontrá-lo sobretudo em dois tipos de publicação. O primeiro são os livros específicos sobre o assunto, onde se destaca Sobreira, Flynn e Ribeiro (2018), “Paulo Mendes da Rocha: sobre concursos e memórias...”, com uma monografia sobre as experiências em concursos do arquiteto Paulo Mendes da Rocha, Rubano (2012), “Hipótese do Real: Concursos de Arquitetura e Urbanismo 1973-2011”, com um livro sobre os 40 anos de participação em concurso do escritório Vigliecca & Associados, e Braga (2010), “O concurso de Brasília: sete projetos para uma Capital”, com uma publicação sobre o concurso de Brasília. O segundo tipo são livros sobre outros temas arquitetônicos, mas que abordam os concursos de arquitetura no país em pelo menos um capítulo. Dentre esses do segundo tipo de publicação podemos destacar Segre (2013), “Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernização brasileira (1935-1945)”, com um livro sobre o edifício do Ministério da Educação e Saúde – MES, no Rio de Janeiro, onde há um capítulo dedicado ao certame realizado. Também podemos destacar Bastos e Zein (2011), “Brasil: Arquiteturas após 1950”, com dois subcapítulos dedicados ao tema.

Os livros internacionais também são limitados. Podemos destacar dois livros organizados por Chupin, o primeiro, *Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge* (2015), sobre a produção de cultura, qualidade e conhecimento através dos concursos de arquitetura, e o segundo, *Competing for Excellence in Architecture: canadian competitions catalogue* (2017), um catálogo sobre as experiências de concurso no Canadá entre os anos de 2006 e 2016.

Um dos principais meios de promoção dos concursos e pesquisa são as revistas especializadas. Por ter uma maior periodicidade de publicação a divulgação dos certames se torna mais simples e por abordar outros conteúdos na mesma revista, seu alcance é maior.

Nestas publicações percebemos um cuidado na apresentação dos projetos, sobretudo quando resultantes de concursos. Por diversas vezes os resultados dos concursos eram apresentados em vários números consecutivos, onde eram apresentados plantas, cortes, perspectivas e outras informações, formando um conjunto significativo de desenhos que possibilitava um bom entendimento do projeto (SANTOS, 2002, p. 85)

Podemos destacar ainda quatro revistas especializadas de arquitetura, que são divididas em pares contemporâneas. Acrópole (1938-1971) e Módulo (1956-1965/1975-1986) e a Projeto (1977) e a AU – Arquitetura e Urbanismo (1985). No entanto, essas revistas priorizam informações do sudeste do país, conferindo pouca visibilidade às obras e certames da Região Norte e Nordeste.

A partir dessas primeiras constatações, surgem os primeiros questionamentos: Qual a importância em documentar estes concursos? Qual o contexto histórico-social em que os concursos foram realizados e qual o papel dos agentes envolvidos (Estado, mercado, IAB, arquitetos, Universidade)? Quais contradições existentes no processo de seleção e contratação? Em que medida o concurso tem sido um instrumento democrático na contratação de projetos de arquitetura e urbanismo no Ceará?

O recorte temporal da pesquisa se situa entre 1969 e 2017, onde foi possível identificar a realização de 20 concursos públicos de projeto no Ceará, dos quais 15 foram de arquitetura e 6 de urbanismo. A escolha da data inicial se refere ao primeiro registro da realização e construção, mesmo que parcial, de um concurso de projeto na cidade, para a escolha da Sede do Bando do Estado do Ceará, em terreno localizado no centro histórico e que, assim como diversos concursos no Brasil e no mundo, o projeto vencedor provocou uma intensa discussão em torno do vencedor. A data final, 2017, é o ano em que foi realizado o último concurso de projeto até o início desta pesquisa, trata-se do Concurso Público Nacional

de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó.

Ao observar os três últimos realizados no estado²: o Concurso Público Nacional de Ideias para o Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira-Mar em Fortaleza, Ceará, promovido pela Secretaria Municipal do Turismo de Fortaleza e organizado pelo IAB-CE em 2009, o Concurso de Ideias para Design do Hub de Inovação do Nordeste, promovido pelo Banco do Nordeste – BNB em 2016; e o Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó, promovido pela Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará e organizado pelo IAB-CE em 2017, houve um intervalo de sete anos (2009-2016) sem a realização de concursos na capital cearense, mesmo a cidade recebendo obras públicas de grande porte que deveriam ter contratação a partir de concursos, como são os casos do Centro de Feiras e Eventos do Ceará, a readequação do Estádio Castelão e o Acquário do Ceará. Neste último caso, de acordo com Arruda (2018), a Secretaria de Turismo do Estado do Ceará estabeleceu critérios para a não realização de uma licitação e indicando uma empresa local como a única com capacidade técnica e experiência necessária para a realização do projeto.

Diante a bibliografia sobre os concursos, verifica-se que as informações sobre os eventos no Ceará se encontram espalhadas e sem nenhuma sistematização e análise. A contribuição desta pesquisa para a temática é documentar os concursos de arquitetura no Ceará e sistematizar os dados permitindo uma análise da eficiência dos eventos e indicando novos caminhos para a sua prática. Trata-se de um estudo articulado à Linha de pesquisa Teoria e História da Arquitetura, do Urbanismo e da Urbanização do PPGAU+D e do LoCAU – laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização.

² Dentro do período estudado o último concurso realizado fora de Fortaleza foi o Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral em 2003.

Assim, o objetivo geral da presente pesquisa é compreender e analisar em que medida o concurso é um instrumento democrático na contratação de arquitetura e urbanismo no Ceará, enfatizando a importância social e cultural desta forma de contratação.

Os objetivos específicos consistem em:

- Levantar, documentar e sistematizar as pesquisas sobre concursos de arquitetura e urbanismo no Brasil;
- Levantar, documentar e sistematizar os concursos de arquitetura e urbanismo realizados no Ceará;
- Analisar o contexto histórico-social em que os concursos no Ceará foram realizados, identificando os agentes envolvidos (Estado, mercado, IAB, arquitetos, Universidade);
- Compreender as contribuições presentes no processo de seleção e contratação.

A metodologia da pesquisa consiste na articulação entre pressupostos teóricos e práticos dentro de três etapas do desenvolvimento do trabalho: história, processo e pesquisa; os concursos no Ceará e os agentes no processo; a efetividade dos certames no Ceará.

Os pressupostos teóricos consistem na pesquisa bibliográfica de fontes secundárias. Foram utilizados artigos, dissertações, teses, revistas e livros relativos ao tema de concurso e história e historiografia da arquitetura brasileira. Boa parte do conteúdo encontrado não estava em fontes específicas sobre concurso. Podemos destacar a importância do portal digital concursosdeprojeto.org como um grande difusor deste conteúdo, reunindo boa parte da bibliografia relativa ao tema.

Em continuidade aos pressupostos teóricos, foi realizada consultas a fontes primárias, se valendo de acervos, arquivos e do recurso da história oral. Foram de fundamental importância as entrevistas com os proponentes, organizadores, arquitetos participantes e vencedores de concursos no Ceará e seus acervos para a coleta de dados e compreensão

sobre os eventos. Foram entrevistados oito arquitetos que estiveram envolvidos em doze concursos. Cabe destacar também o valor do acervo que IAB/CE, que embora contenha bastante informação, o arquivo infelizmente se encontra em estado de abandono, dificultando o acesso a dados fundamentais para a pesquisa.

Esses dados coletados permitem a identificação dos concursos de arquitetura e urbanismo realizados no Ceará no intervalo entre 1969 e 2017. Junto à identificação dos concursos, utilizando fontes secundárias, foi realizada uma análise geral do contexto social em que os concursos aconteceram.

A partir desse alicerce teórico, da documentação e do panorama de concursos no Ceará, a identificação do papel dos agente e suas atuações nos eventos, os certames puderam ser analisados e categorizados. Dentro dos pressupostos teórico-práticos a metodologia de análise utilizada será baseada em três condições da contratação por concurso, a saber: concursos que foram efetivados; concursos que não foram construídos ou contratados e; por fim, como uma forma de manifestar a importância dos concursos, quando não houve concurso para a realização de uma obra pública no estado.

A análise realizada nesta pesquisa considerou inicialmente que para os concursos serem considerados efetivos deveriam ser construídos parcialmente, construídos por completo ou se encontrar em construção. Após essa primeira catalogação os certames foram analisados diante das contribuições apresentadas por Campolina (2009), mas utilizando apenas duas das três: a contribuição para o aprimoramento do exercício da Arquitetura e a para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos. A razão dessa redução da relevância relativa ao objeto construído se deu em função da viabilidade desta pesquisa, pois o tempo não permitiria tal análise.

Com essa análise será possível refletir sobre o desenvolvimento ocorrido nos processos no Ceará, a real eficiência dos concursos no estado e indicar

caminhos para uma evolução desta prática, tornando-a cada vez mais apropriado e justo.

Com o intuito de atingir os objetivos propostos e de acordo com a metodologia utilizada, o trabalho está organizado em três capítulos. O primeiro capítulo do trabalho é um panorama geral e cronológico dos concursos no mundo e no Brasil, resgatando a gênese das primeiras manifestações deste tipo de seleção de projeto até o fim da década de 2010, além da fundamentação dos conceitos e processos envolvidos nos certames e as legislações pertinentes. Para tanto, alicerça-se principalmente na obra de Santos (2002) e de Suzuki (2016), por ambas apresentarem um panorama complementar dos concursos no Brasil. Além desses estudos supracitados, apresenta o levantamento das pesquisas sobre o tema no acervo das revistas, nos repositórios acadêmicos das universidades e nos eventos e sites especializados.

O segundo capítulo apresenta um panorama geral dos concursos no Ceará, identificando as primeiras realizações, ainda que pontuais, até o último ocorrido antes do início da pesquisa. Além do panorama, o capítulo apresenta uma análise dos agentes envolvidos nos certames e suas visões sobre o processo e o papel e participação dos arquitetos.

O terceiro capítulo apresenta uma análise e reflexão sobre os concursos realizados no Ceará. Esta análise procura discutir a eficiência dos certames iniciando uma organização daqueles que foram construídos e dos que não foram como princípio de eficiência, mas contraponto essa classificação apresenta-se contribuições na arquitetura e no processo que expõem contradições presentes nos concursos. Complementando essa análise, o capítulo apresenta e analisa exemplos de projetos de obras públicas frutos de outros meios de contratação com o objetivo de compreender qual a contribuição destes projetos e os impactos de não serem resultado de concursos.

Os resultados alcançados com essa análise, junto com o panorama histórico de concursos locais levantado, serviram de base para a conclusão

desta dissertação, contribuindo para a construção de uma base crítica que possibilite um desenvolvimento consistentes dos concursos no Ceará.

2. HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO BRASIL

2.1. O HISTÓRICO DOS CONCURSOS DE PROJETO NO BRASIL

O primeiro evento de que se tem relato na história dos concursos no Brasil foi para a Casa de Cadeia em Vilas, no Rio Grande do Sul. No entanto, a única informação encontrada se refere a sua realização no ano de 1850. Na mesma década, em 1857, há o registro da realização do concurso para o Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Mesmo este sendo o segundo evento no país, é o primeiro que se tem maiores informações que permitem compreender como decorreu a sua realização. Tratava-se de um certame internacional que além da construção do teatro, buscava atrair a atenção dos arquitetos para o Brasil. De fato, essa visibilidade foi um êxito do concurso, pois mesmo a comunicação, o transporte e o envio de material entre países sendo restrito, foram recebidas trinta e sete propostas e contando com participação de profissionais da Itália, Alemanha e Inglaterra. Em função dessas restrições, o resultado só saiu no primeiro semestre de 1859.



Figura 1 - Proposta que ficou em segundo lugar para o Teatro Lírico do Rio de Janeiro. Fonte: SANTOS, Valéria Cássia dos. **Concurso de Arquitetura em São Paulo**. 2002. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

Dos projetos recebidos, nove foram desclassificados por entregarem fora do prazo. Foram atribuídos três prêmios e sete menções. De acordo com Santos (2002), os projetos vencedores ficaram sob propriedade do então governo e os demais foram devolvidos aos seus autores. Mesmo assim, só foi possível identificar a autoria do primeiro lugar, o arquiteto alemão Carl Gustav Waehnel³, e o segundo lugar, dos arquitetos ingleses W.J. Green e Lewis de Ville.

Este concurso já apontava complicações que seriam recorrentes nesses 160 anos de eventos no país. O interesse em atrair a atenção dos profissionais estrangeiros e da sociedade internacional, pode ter sido maior do que o real planejamento para a construção do Teatro, visto que o projeto vencedor não foi executado por problemas financeiros, e quando decidiram construir o teatro, mais de quarenta anos depois, teve seu resultado desconsiderado e construíram outro projeto.

Após os primeiros eventos, os concursos seguiram acontecendo, mas passaram quase que despercebidos pelos registros ainda existentes e só começaram a ganhar destaque no século XX. De acordo com Flynn (2001) e Sobreira (2019), durante a segunda metade do século XIX houve o registro de 30 concursos no país, uma média de 6 concursos a cada década. Estes eventos se concentraram na Região Sudeste. Dos 30 certames, 24 aconteceram nessa região, principalmente no estado de São Paulo, onde houve 16. Outros registros de concurso nessa época ocorreram na Região Norte com 03, Nordeste com 02 e Sul com 01. Cabe ainda destacar que mesmo o Rio de Janeiro sendo a capital, foram realizados apenas 8 concursos neste período.

A retomada dos concursos coincide com o Movimento Neocolonial, que começou a se expandir no país durante a Primeira Guerra Mundial, e que segundo Correia (2011) era um movimento que buscava expressões verdadeiramente nacionais e expurgar da nossa arquitetura todas as influências externas. No entanto, tratava-se ainda de uma tendência

³ Carl Gustav Waehnel foi o arquiteto responsável pelo projeto do Palácio de Nova Friburgo, em 1858, que viria a se chamar Palácio do Catete e serviria como sede do poder executivo do Brasil entre os anos de 1897 e 1960.

historicista em busca de uma identidade nacional, muito embora fosse equivocada e a noção de arquitetura nacional não era unânime entre os arquitetos e críticos.



Figura 2 - Monumento do Cristo Redentor em 1931 | Instituto Superior de Educação do Rio de Janeiro (antiga Escola Normal) em 1940. Fonte: Acervo IMS | Acervo Arquivo Nacional.

Diferente do final do século passado, na primeira metade do século XX a capital da república, o Rio de Janeiro, concentrou a maioria dos concursos realizados no período, como o caso do Concurso para o Monumento Cristo Redentor, 1921, ver Figura 2, com projeto de Heitor da Silva Costa; concurso com tema A Casa Brasileira, 1921 (não foi possível identificar o vencedor); concurso com tema Solar Brasileiro, 1923, com projeto vencedor de Ângelo Bruhns, Lucio Costa em segundo lugar e Nerêo de Sampaio em terceiro lugar. Ainda podemos citar os concursos, realizados em 1928, para a Universidade de Minas Gerais, Embaixada da Argentina no Rio de Janeiro, Pavilhão Brasileiro na Exposição de Sevilha e o Edifício da Escola Normal.

O início da década de 1920 é marcado pela fundação do Associação Brasileira dos Architectos (a associação que viria a se transformar no Instituto dos Arquitetos do Brasil – IAB) no ano de 1921. A agremiação nasceu com objetivo de “tratar dos interesses da classe dos engenheiros architectos e civis, assim como proteger e propagar o gosto artístico do nosso povo e, finalmente, amparar os interesses coletivos perante os

poderes públicos” (IAB-BR). Dentro da sua história, a instituição foi fundamental na promoção e organização dos concursos. Isso pode ser observado no aumento significativo da prática a partir da sua fundação. Segundo Flynn (2001) e Sobreira (2019), na primeira metade do século XX foram realizados 189 concursos, mas antes de 1921 aconteceram apenas 31.

No ano de 1925, aconteceu um concurso que merece destaque pela visibilidade que proporcionaria para o país e pelos acontecimentos no seu desenvolvimento. O Brasil foi convidado pelo governo dos Estados Unidos da América – EUA para participar com um pavilhão na Exposição de Filadélfia. Segundo Brito (2014), essa era a primeira vez que o país decidia por concurso a sua participação em exposições internacionais. Tratava-se de um momento importante para o Brasil, pois das nove vezes em que havia participado de feiras, apenas duas foram com projetos de arquitetos locais. O concurso de anteprojetos foi organizado pelo Instituto Central de Architectos que também ficou responsável pela comissão julgadora que contou com a participação de José Marianno Filho, João Moreira Maciel, Adolpho Morales de los Rios Filho, Sylvio Rebecchi e A. Monteiro de Carvalho.

Durante o julgamento anônimo das vinte e uma propostas recebidas, a comissão surpreendida com a informação de que governo brasileiro recebeu um telegrama explicando que devido à falta de tempo a feira teria sua escala reduzida e os convites para que os outros países tivessem seus próprios pavilhões seriam cancelados. Este fato mudou o julgamento, pois permitiu ao júri avaliar as propostas sem o compromisso de chegar à uma apreciação preponderante. Assim, o júri decidiu que os três melhores projetos não seriam distinguidos hierarquicamente (BRITO, 2014), sendo estes de autoria de Lucio Costa, Nerêo de Sampaio & Fernandes, e Ângelo Brunhs.

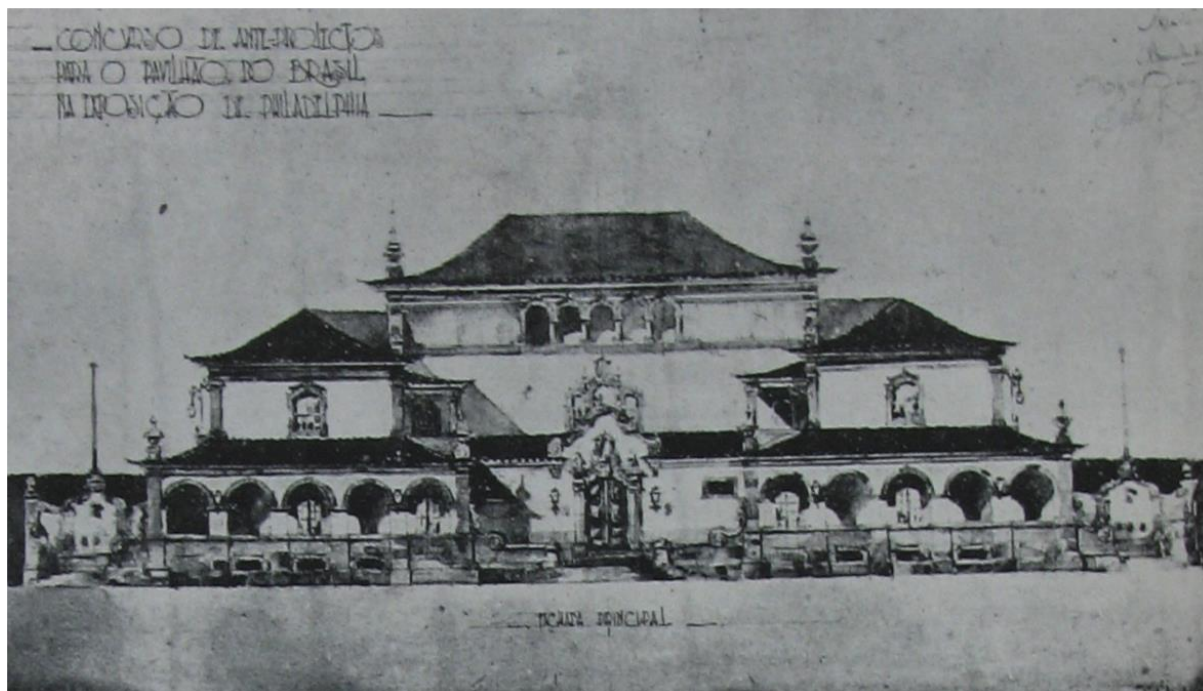


Figura 3 - Fachada da proposta premiada de Lucio Costa no concurso para o pavilhão brasileiro na Exposição de Filadélfia. Fonte: *Arquitetura no Brasil*, p. 126, v.5, n.28, abr-maio 1926 in: BRITO, Samuel Silva de. **O Pavilhão Brasileiro na Exposição da Filadélfia (1925)**. In: III Encontro da Associação nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – *Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva*. São Paulo, 2014.

Uma presença importante na realização dos concursos na década de 1920 foi a do médico, crítico e historiador de arte e arquitetura José Marianno Filho. Ele foi responsável pela realização de oito concursos, além de apoio e influência em outras realizações que promovessem e afirmassem a arquitetura Neocolonial.

Além dos certames organizados por ele, José Marianno também interferia junto ao governo e instituições para que nos editais de outros concursos fosse previsto que os projetos se inspirassem na arquitetura tradicional brasileira, como podemos ver em particular neste caso do pavilhão do Brasil para a feira de Filadélfia. (BRITO, 2014, p. 6)

Essa influência pode ser observada no caso do Pavilhão para a Exposição da Filadélfia, onde foi o primeiro a se pronunciar que realizar um concurso para o pavilhão seria uma boa oportunidade de afirmar uma arquitetura tradicional brasileira, que constava no edital que os projetos seriam exclusivamente com o estilo neocolonial. A comissão julgadora contou com a participação de José Marianno Filho.

Nesse contexto, pode-se inferir como a realização de concursos no início do século XX no Brasil estava diretamente relacionada à tentativa de afirmação de um suposto movimento arquitetônico genuinamente brasileiro, como se considerava o Neocolonial. Os certames eram organizados para reafirmar e propagar as ideias do movimento e com esse debate aprimorar seus princípios. Pode-se especular que se o Pavilhão da Exposição de Filadélfia tivesse sido construído, seria um marco para a arquitetura neocolonial brasileira acarretando um atraso na consolidação posterior do Movimento Moderno.

Este período de gênese dos concursos, revela que apesar das contradições presentes nas tendências historicistas vigentes, há um esforço de modernização por meio da implementação dos concursos, seja por meio da legitimação do poder, seja pela surgimento de novas tipologias arquitetônicas. Assim, contribuíram de alguma forma para a valorização da arquitetura e, como consequência, dos arquitetos.

Após regulamentação do profissional arquiteto e a criação do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia - CONFEA em 1933, os arquitetos começaram a se organizar de forma corporativa e buscar a regulamentação dos meios de contratação e, conseqüentemente, dos concursos de projeto. É nesse cenário de ascensão profissional que, em 1935, é realizado o Concurso de Anteprojeto para a Sede do Ministério da Educação e Saúde - MES no Rio de Janeiro.

Essa ascensão da profissão acontece em um contexto de transformações políticas turbulentas no país, a Era Vargas. Em 1930, Getúlio Vargas havia tomado o poder do país através um golpe militar, após perder as eleições para a presidência, sua permanência no poder foi de uma década e meia através de uma eleição indireta e dois golpes de estado. Este foi um período conturbado politicamente, com duas constituições e uma censura forte após o segundo golpe.

Em uma nova dinâmica autoritária do governo, assumiram maior importância política as figuras dos ministros relacionados com as prioridades funcionais do Estado, em grande parte relacionadas com as necessidades populares: defesa, educação, cultura, saúde, trabalho e economia (SEGRE, 2013, p. 76)

Ao assumir a cadeira do Ministério da Educação e Saúde, o então ministro Gustavo Capanema (1900–1985) convoca, como uma das suas primeiras ações, um concurso para a nova Sede, já que a instituição se encontrava dispersa em diversos edifícios. Essa concentração do Ministério dialoga com a ideia de construir um organismo público e gera a necessidade de uma imagem monumental.

Tanto o Ministério da Educação e Saúde quanto o Ministério da Fazenda - MF realizaram concursos para suas novas sedes, mas nos dois casos o projeto construído não foi o vencedor do certame. A insatisfação dos gestores com o resultado acarretou em uma contratação direta, de acordo com os interesses pessoais dos mesmos, para a realização dos projetos que foram construídos. No MES (1935), Gustavo Capanema não ficou satisfeito com o resultado e contratou um projeto modernista, enquanto no MF (1936), o resultado modernista do concurso não agradou Artur da Souza Costa que contratou um projeto historicista pra ser construído. Nesse último certame, os projetos premiados eram de autoria, em ordem de classificação, de Wladimir Alves de Souza e Enéas Castelo, e Oscar Niemeyer e Jorge Machado Moreira.

Estas questões revelam nitidamente a utilização do caráter simbólico e comunicativo da arquitetura na legitimação e identidade do Estado. No entanto, ainda se manifesta de forma contraditória entre tendências historicistas e modernizantes, conservadoras e progressistas.

O processo de elaboração e julgamento do concurso do MES não foi simples para o Ministro que buscava um projeto inovador. Com afirma Segre (2013), Gustavo Capanema não confiava na sua equipe, que considerava conservadores, para definir as necessidades do certame, então convocou dois amigos diplomatas, José Roberto de Macedo Soares e Fernando Lobo, para contribuir com suas experiências no exterior. Segre (2013) também aponta que em termos de apoio a uma solução inovadora, os jurados também não estavam de acordo, pois representavam instituições profissionais tradicionais e conservadoras do país. O júri foi composto por Adolfo Morales de los Rios Filho, Natal Palladini, Salvador Duque Estrada Batalha e Eduardo Duarte de Souza Aguiar. Ao observar

tanta incompatibilidade de ideias entre o Ministro e Júri e colaboradores, é possível quase afirmar que era esperado que o projeto escolhido não fosse de agrado de Gustavo Capanema. Com isso, pode-se especular se o certame não serviu apenas como uma jogada política com a classe profissional.

O projeto vencedor, que se destacava pela ornamentação, foi o da parceria entre o arquiteto cearense Archimedes Memória e o franco-suíço Francisque Cuchet, que na época eram os responsáveis pelo mais importante escritório de arquitetura do Rio de Janeiro. O segundo lugar ficou para o projeto de Rafael Galvão e Mário Fertin, e o terceiro prêmio para Gérson Pompeu Pinheiro.

O anteprojeto vencedor (e os demais finalistas, exceto um deles) não se coadunava com as preocupações modernizantes de seus auxiliares e com o apoio deles (entre eles Rodrigo Mello Franco de Andrade), Capanema então apelou para o arbítrio pessoal e decidiu desprezar o resultado do concurso chamando Lucio Costa em setembro de 1935 para projetar a nova sede de seu ministério. (SEGAWA, 2014, p. 89)

Para auxiliar no desenvolvimento de um novo projeto, Lucio Costa convidou os arquitetos que haviam apresentado propostas modernistas para formar um grupo. Dentre eles, estavam Oscar Niemeyer, Affonso Eduardo Reidy, Carlos Leão, Jorge Machado Moreira e Ernani Vasconcellos. Durante o desenvolvimento do projeto, Le Corbusier foi convidado como consultor e trazido ao Brasil para prestar uma consultoria, o que provocou debates e uma evolução no projeto dos seis arquitetos brasileiros.



Figura 4 - Proposta vencedora do concurso do MES de Archimedes Memória e proposta elaborada posteriormente por equipe de Lucio Costa. Fonte: https://mdc.arq.br/2012/03/20/antonio-garcia-moya-um-arquiteto-da-semana-de-22/03-03-amemoria-mes-projeto-pax_p-17-b-facposterior/ Acesso em: 13 de dezembro de 2017. <http://portal.iphan.gov.br/clc/galeria/detalhes/151/> Acesso em: 13 de dezembro de 2017.

Ainda na década de 1930 foram realizados os concursos para a Sede da Associação Brasileira de Imprensa (ABI) e o terminal de passageiros do Aeroporto Santos Dumont, ambos no Rio de Janeiro e vencidos pelos irmãos Roberto. Em São Paulo, houve o concurso para o Edifício Esther, prédio de uso misto e de localização privilegiada, conquistado por Álvaro Vital Brazil e Adhemar Marinho. Lucio Costa venceu em 1938 o concurso para o Pavilhão Brasileiro na Feira de Nova York.



Figura 5 - Foto de divulgação do Edifício Esther em São Paulo e seu estado no ano de 2012. Fonte: Acervo arquivo.arq | Acervo pessoal do fotógrafo Leonardo Finnotti.

Diferente do concurso para o Ministério de Educação e Saúde, o certame para o Pavilhão Brasileiro na Feira de Nova York foi plenamente efetivado e as premiações foram dadas sem que houvesse contestações. Mesmo o

júri considerando não ter um projeto que atendesse a todas as necessidades, concederam o primeiro lugar para Lucio Costa e o segundo para Oscar Niemeyer.

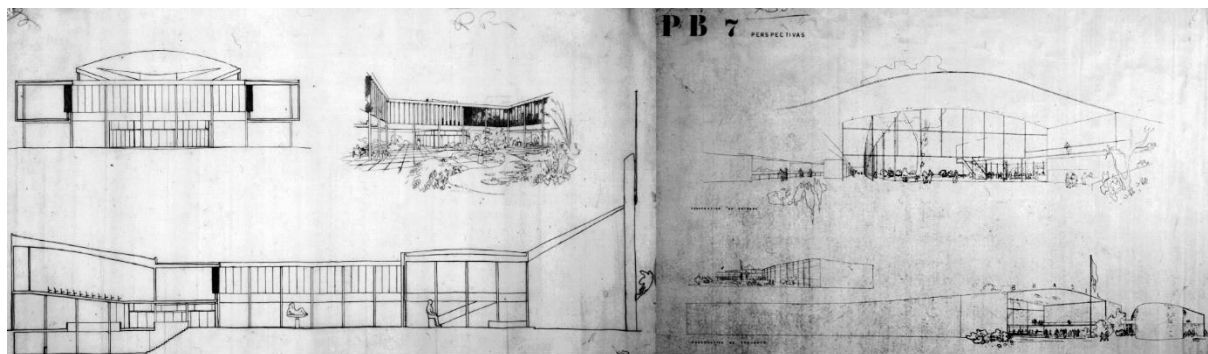


Figura 6 - Cortes e perspectiva interna do projeto apresentado por Lucio Costa | Perspectivas do projeto apresentado por Oscar Niemeyer. Fonte: COMAS, Carlos Eduardo. A feira mundial de Nova York de 1939: o pavilhão brasileiro. Arqtexto, Porto Alegre, v. 16, p.56-97, 2010.

Para o júri, nenhum projeto conciliava plenamente tal exigência com um planejamento exemplar e o caráter de edifício provisório. O primeiro prêmio coube a Lucio e o segundo a Niemeyer. O júri considerou que o projeto de Lucio se destacava como espírito de brasilidade. Foram apreciados o uso adequado e discreto dos elementos da técnica moderna de construir e a fácil comunicação da rua com o pátio, elemento que propicia distração do percurso longo e constitui espaço de socialização simpático. O projeto de Niemeyer se recomendava pela entrada franca e menor percurso, funcionalidade e economia. Apesar de lhe faltar brasilidade, evitava lugares-comuns da nova arquitetura. (COMAS, 2010, p. 64)

Lucio Costa surpreendeu e abdicou de seu projeto para desenvolver um novo projeto em conjunto com Niemeyer. Esta parceria resultou em um pavilhão que foi considerado um dos pontos altos da exposição da Feira Mundial, sendo destaque em uma publicação da revista *The Architectural Forum*, junto com o Pavilhão da Finlândia, do arquiteto Alvar Aalto. Segundo Segawa (2014) esse sucesso internacional do projeto pode ser creditado a uma postura serena quanto ao significado do Brasil e da arquitetura brasileira em um contexto global. Com todo esse reconhecimento dos arquitetos locais no exterior indicam um caminho de propagar e fortalecer ideias através dos concursos. No entanto é necessário observar que o a divulgação das ideias não depende apenas dos projetos apresentados, é fundamental que a comissão julgadora esteja aberta às ideias expostas no certame. E ao que tudo indica, o júri do Pavilhão, que era composto por Rubens Porto, Ângelo Bruhns e Eduardo

de Souza Aguiar, se mostrou receptivo aos projetos modernos, tanto que o resultado contou com os projetos de Costa e Niemeyer, diferente do que aconteceu no concurso do MES.



Figura 7 - Pavilhão Brasileiro, de Lucio Costa e Oscar Niemeyer, na Feira Mundial de Nova York em 1938. Fonte: COMAS, 2010, p. 81.

A produção moderna da década de 1930, principalmente o edifício sede do Ministério da Educação e Saúde e o Pavilhão Brasileiro na Feira Mundial de Nova York de 1938, foi importante para a construção de uma base para o desenvolvimento da arquitetura moderna brasileira. No entanto, o MES, um dos símbolos modernista no Brasil, nasce do não cumprimento de uma norma de contratação, já ilustrando que o caminho dos concursos de arquitetura no Brasil revela contradições na sua prática. Assim como o pavilhão teve destaque em publicações no ano de 1939, em 1942, quando já estava com seu exterior concluído, o edifício do Ministério foi fotografado para o catálogo da exposição norte-americana *Brazil Builds*. Note-se que alguns dos projetos mais emblemáticos da fase inicial do modernismo arquitetônico surgiram no contexto de concursos.

A partir do momento que as exposições universais passam a possibilitar que os países construam seus próprios pavilhões, elas permitem que parte do material exposto por eles seja a própria edificação, como foi o caso do pavilhão alemão do arquiteto Mies van der Rohe na exposição de Barcelona (1929). Assim, os concursos são uma possibilidade para selecionar o projeto mais pertinente para representar um país, além de estimular os arquitetos a participarem e de produzir um maior debate no meio profissional. A realização de concursos para as exposições são frequentes, mas segundo Amaral (2009) não são regra geral, causando descontentamento entre os profissionais que desejam uma concorrência mais ao alcance de todos. Diversos países adotaram essa prática, na sua maioria são concursos nacionais mas chegando até a organizarem internacionais também.

Apenas para citar alguns exemplos: Brasil e Canadá na ocasião da exposição de Nova Iorque 1939; a província de Québec para a exposição de Montreal 1967; Estados Unidos, Finlândia, Brasil e Canadá para a exposição de Osaka 1970; Brasil e França para a exposição de Sevilha 1992. Para a exposição universal de Xangai 2010, já foram realizados concursos nacionais para os pavilhões do México, Finlândia, e Dinamarca, entre outros. A França, a Itália e a Suíça realizaram concursos internacionais. (AMARAL, 2009, p. 4)

No ano de 1936 foi realizado o concurso para a sede da Associação Brasileira de Imprensa – ABI, vencido pelos irmãos Roberto⁴. O edifício apresenta ideias modernista de Le Corbusier como a proteção do sol com elementos verticais, as plantas livres e o pilotis, mas também apresentam princípios da arquitetura moderna brasileira. Serapião (2016, p.19) afirma que cronologicamente, o edifício foi pioneiro na arquitetura moderna de porte no Brasil, criado e finalizado antes do Ministério da Educação e Saúde e considerado o marco inicial do desenvolvimento do modernismo no Rio e construindo as bases da Arquitetura Moderna brasileira.

A sede do Ministério da Educação e Saúde é considerada o ponto inicial de uma arquitetura moderna de feitiço brasileiro. A avaliação é controversa, mas os desdobramentos posteriores caminharam no

⁴ Irmãos Roberto era como era conhecido o escritório MMM Roberto, formado pelos irmãos Marcelo, Milton e Maurício Roberto.

sentido de confirmar a afirmação, sobretudo no plano internacional. (SEGAWA, 2014, p. 92)

Na década de 1940, os concursos continuaram a acontecer, mas os profissionais cobravam uma maior realização destes eventos. Essas cobranças fomentaram o debate sobre o assunto, principalmente na Revista Acrópole. Segundo Santos (2002), esse foi a continuação de um período caracterizado pelo esforço de institucionalizar a prática dos concursos. Um evento que merece destaque foi o Concurso para a Sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo em 1946, três anos após a abertura do departamento no estado, pois foi um marco para a instituição e todo o grupo profissional. O certame foi organizado para os membros do instituto e recebeu treze propostas. Os projetos foram avaliados pelo Júri, composto por Oscar Niemeyer, Firmino Saldanha e Hélio Uchoa. Segundo Flynn (2018), a comissão, que contava com a colaboração de Gregori Warchavchik e Fernando Saturnino de Brito, decidiu em juntar as três melhores equipes para desenvolver uma ideia em conjunto. A equipe responsável pelo desenvolvimento do projeto era composta por Aberlardo de Sousa, Galiano Ciampaglia, Helio Duarte, Jacob Ruchti, Miguel Forte, Rino Levi, Roberto Cerqueira Cesar e Zenon Lotufo.



Figura 8 - IAB-SP Perspectiva isométrica do projeto | Fotografia após sua construção | Fotografia em 2015. Fonte: Acervo IAB-SP | Acervo IAB-SP | Acervo pessoal de Rafael Shimidt

Na metade da década de 1950 o Brasil vivenciou um momento de grandes modificações, notadamente a acelerada industrialização de São Paulo. A arquitetura também atravessava um grande momento, com a abertura de novas escolas na década anterior e a chegada de profissionais estrangeiros encorajavam o debate do assunto.

O avanço industrial de São Paulo veio junto com o crescimento no número de concursos realizados na cidade. Não só os concursos públicos, mas os privados também. Dentre estes podemos destacar para o Edifício Itália, em 1953, vencido por Franz Heep, o Estádio do São Paulo Futebol Clube, no mesmo ano, vencido por Vilanova Artigas; no ano de 1958 o Ginásio do Clube Atlético Paulistano, com projeto de Paulo Mendes da Rocha. Esse foi um concurso importante para o arquiteto, pois para um profissional recém formado foi um trabalho de porte que gerou grande visibilidade. No ano seguinte, em 1959, aconteceu o Concurso para a Sede Social do Jockey Club de São Paulo com projeto de Carlos Milan, Jorge Wilhelm e Mauricio Scheider. Nesse certame, de acordo com Santos (2002) o projeto não chegou a ser construído, o que na época era uma exceção, principalmente nos eventos privados, e até hoje o terreno se encontra desocupado.

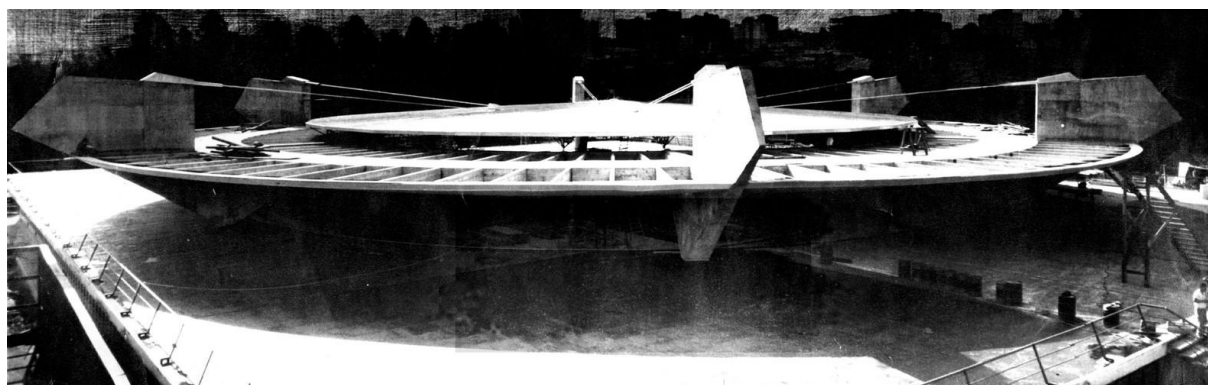


Figura 9 - Ginásio do Clube Atlético Paulistano do arquiteto Paulo Mendes da Rocha. Fonte: Arquivo Paulo Mendes da Rocha.

Em 1956, o então presidente Juscelino Kubitschek criou uma companhia de urbanização responsável pelas obras da nova capital, que já tinha seu local delimitado, na região centro-oeste do país, desde o ano de 1914. Essa interiorização era motivada por diversos fatores, como a ideia de construção da unidade nacional com integração territorial do país e a

estratégia de segurança de afastar a sede do Governo Federal do litoral, diminuindo os riscos de ataque. Junto a esses fatores, há também a tradicional estratégia política de afastar a Capital dos principais centros urbanos, deixando menos vulnerável a manifestações de descontentamento popular.

Uma das razões para a realização do concurso para a nova Capital foi uma pressão interna, através do IAB, representando a categoria dos arquitetos. Essa pressão, segundo Wisnik (2010), era em decorrência de um possível convite a Le Corbusier, que era apoiado por alguns arquitetos brasileiros, e gerou o documento chamado “Manifesto dos arquitetos ao Presidente da República” onde se pedia a realização de um concurso nacional de projeto.

O Instituto dos Arquitetos do Brasil foi o responsável pela organização do concurso. De acordo com Ficher e Acayaba (1982), o edital valorizava as soluções originais e os critérios formais assegurando total liberdade de concepção aos candidatos, inclusive a de apresentar mais de um estudo. Um ponto do Edital que chama a atenção é o item nº16, pois ele diz que o júri pode deixar de dar algum prêmio se não houver nenhum projeto merecedor.

16. O Júri não será obrigado a classificar os cinco melhores trabalhos e consequentemente a designar concorrentes que devam ser premiados, se, a seu juízo, não houver trabalhos merecedores de todos ou alguns dos prêmios estipulados. (BRAGA, 2010)

Após duas sessões a Comissão Julgadora chegou a um resultado unânime. O Júri era composto por Israel Pinheiro da Silva, então presidente da Novacap e que não tinha poder de voto, Sir William Holford, André Sive, Stamo Papadaki, Hildebrando Horta Barbosa, Paulo Antunes Ribeiro e Oscar Niemeyer. Na primeira sessão elegeram dez projetos dos vinte e seis recebidos por unanimidade, critério para que seguissem para a segunda sessão. Na segunda sessão, o arquiteto representante do IAB, Paulo Antunes Ribeiro, sugeriu que aos dez projetos selecionados fosse acrescentado mais um e que esses onze fossem os responsáveis pelo desenvolvimento da nova cidade. Essa sugestão foi votada entre os membros, mas não foi aceita. Com isso Paulo Ribeiro se abstém do voto

e a comissão elege como vencedor, por unanimidade, a proposta de Lucio Costa.

Na opinião de seus membros, o projeto que melhor integra os elementos monumentais da vida quotidiana da cidade, como Capital Federal, apresentando composição coerente, racional, de essência urbana – uma obra de arte- é o projeto n.22 (vinte e dois) do Senhor Lucio Costa. (BRAGA, 2010)

Os demais premiados no certame foram: Boruch Milman, João Henrique Rocha e Ney Fontes Gonçalves, com o segundo lugar; com o terceiro e quarto lugar agrupados, ficou a equipe de Rino Levi, Roberto Cerqueira César e Luiz Roberto Carvalho Franco e a equipe dos Irmãos Roberto; e com o quinto lugar, foram três premiados, a equipe de Henrique Mindlin e Giancarlo Palanti, a equipe de João Batista Vilanova Artigas, Carlos Cascaldi, Mário Wagner Vieira da Cunha e Paulo de Camargo e Almeida, e por fim, a equipe liderada por Milton Ghiraldini.



Figura 10 - Propostas premiadas no concurso do Plano Piloto. Fonte: BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: sete projetos para uma Capital. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

A proposta apresentada por Lucio Costa, com uma planta geral e 24 páginas de textos e croquis, era de uma cidade estruturada pelo encontro de dois eixos. Um eixo residencial (norte-sul) e o outro administrativo e de atividades públicas (leste-oeste). Sua proposta foi concebida procurando a configuração de uma cidade que fosse *civitas* além de *urbs*, ou seja, mais do que uma cidade moderna qualquer, uma que possuísse os “atributos inerentes a uma capital”. (BRAGA, 2010. p. 156). O plano de Lucio Costa não foi executado exatamente como constava na sua proposta.

O resultado foi questionado por alguns participantes devido à simplicidade discrepante entre o projeto vencedor e os demais projetos, que ao invés de apresentar um plano de ocupação e implantação, possuíam diversos desenhos mais desenvolvidos. Ficher e Acayaba (1982) levantam a possibilidade que essa talvez fosse a mais apta a ser realizada de acordo com as condições técnicas existentes no país e no curto prazo disponível para a construção. Essa probabilidade indica mais uma interpretação das solicitações e compreensão do contexto políticos da época por parte de Lucio Costa do que um deslumbramento com a liberdade propositiva do edital.

A Nova Capital é o ponto de inflexão entre as duas etapas da arquitetura moderna no país. É o momento de transição entre uma produção com as diferenças regionais pouco pronunciadas e uma prática com suas diversidades culturais e geográficas. Para Ficher e Acayaba (1982) Brasília é a afirmação do movimento moderno brasileiro. A capital é a concretização das teorias assimiladas e desenvolvidas a partir da influência de Le Corbusier e uma afirmação da cultura nacional. Mas ao mesmo tempo em que essa identidade arquitetônica brasileira atinge seu principal marco, essa linguagem brasileira vai de adaptando e modificando com os novos contextos econômicos, climáticos e tecnológicos.

A arquitetura por todo o país perde seu caráter monumental, a cidade como um todo se torna um foco de interesse e os arquitetos passam a atuar no planejamento. [...] Deixa de existir uma expressão dominante para a arquitetura brasileira, a qual vai dar lugar a uma produção diferenciada cuja lógica dever ser procurada em cada região. (FICHER; ACAYABA, 1982. p. 48)

Assim como uma grande realização do urbanismo moderno, um exemplo único, Brasília foi o mais importante concurso do país. Não só pela importância do objeto, mas também pela sua escala, uma cidade, uma capital. Segundo Niemeyer (1957, apud BRAGA, 2010) este Concurso representa uma incontestável vitória dos arquitetos brasileiros, que foram convocados a decidir algo tão importante. Junto com a difusão da arquitetura moderna brasileira aconteceu a difusão dos concursos.

Ao estudar este concurso, Braga (2010) destaca que mesmo este sendo um evento de momento privilegiado da produção urbanística nacional, as propostas não foram documentadas da forma adequada. Os desenhos, apresentados com técnicas manuais, não possibilitavam diversas cópias ou registro fotográfico. Isso reflete as limitações na pesquisa de concursos, pois um grande volume de desenhos é produzido em um curto período, dificultando o armazenamento dessas informações, principalmente dos projetos não premiados, que por muitos são considerados menos importantes mas que no debate da produção arquitetônica é extremamente enriquecedor.

O pós-Brasília foi marcado com o Golpe Militar no ano de 1964 que durou até 1985. Esse foi um período de ascensão, tensões e contradições para a arquitetura. Segundo Bastos e Zein (2011) o discurso progressista de muitos arquitetos foi suprimido em razão da convivência imposta com a política repressora da ditadura militar.

O Brasil atravessava um período obscuro da ditadura e censura. A propaganda oficial anunciava o “milagre econômico”, mas o caos político era camuflado sob a euforia do futebol e das novelas. A classe artística foi uma das mais perseguidas. As informações foram sonegadas e a arte brasileira se desenvolveu sob sua própria sombra neste período. (DANTAS, 2010. p.170)

Esse fechamento de ideias de fora impediu que o experimentalismo arquitetônicos chegasse ao Brasil. A ascensão dos profissionais, o aumento de solicitações tanto do governo como do setor privado provocado pelo suposto milagre econômico acabou, de acordo com Santos (2002) por institucionalizar a arquitetura vanguardista das décadas anteriores.

Assim como foi para a arquitetura, a partir da década de 1960, a prática dos concursos se estendeu para além do eixo Rio – São Paulo chegando ao Nordeste, mesmo que em algumas cidades já tivesse ocorrido eventos pontuais, como na cidade de Recife. Na capital pernambucana pode-se destacar a realização de dois certames ainda na década de 1950 antes mesmo da criação, em 1959, da Faculdade de Arquitetura, que o curso de arquitetura estava vinculado à Escola de Belas Artes. O primeiro concurso foi para o Projeto da Biblioteca Pública de Casa Amarela, realizado em 1952 onde o vencedor foi o arquiteto Heitor Maia Neto no mesmo ano em que se formou. Em 1956 foi realizado o Concurso Público Nacional para a Sede do Instituto de Educação de Pernambuco e que teve os arquitetos Marcos Domingues e Carlos Correia Lima como vencedores. Costa (2016) destaca que o projeto era de excelente qualidade e de viés modernista, e que antes de ser construído possuía adotando os cinco pontos da Nova Arquitetura⁵ propostos por Le Corbusier, mas que no decorrer da obra sofreu alterações.



Figura 11 - Biblioteca de Casa Amarela, concurso realizado em 1951. Fonte: <https://modulacao.wordpress.com/2014/12/30/heitor-maia-neto-12101928-a-29122014/>. Acesso em: 12 de dezembro de 2017.

⁵ Os cinco pontos da Nova Arquitetura são: 1. Planta Livre; 2. Fachada Livre; 3. Pilotis; 4. Terraço Jardim; 5. Janelas em Fita.

Em Salvador, em 1963, foi realizado o Concurso para a Sede do IAB – Departamento Bahia, aberto para os seus associados. O projeto construído é de autoria de Ary Penna Costa, José Maria Drumont, Benito Sarno, Sérgio P. Pires, Affonso Baqueiro e Ary Magalhães de Andrade. São poucos os registros encontrados sobre o certame, ao ponto de no próprio *site* do IAB-BA não constar o nome dos autores do projeto, tendo apenas a citação de que o edifício foi fruto de um concurso. Segundo Mendes (2013), foram apenas dez projetos inscritos e apenas dois projeto entregues. A comissão julgadora, formada por Affonso Baqueiro Rios, Aurelino Teles de Souza, Newton Oliveira, Walter Velloso Gordilho e Luiz Maurício Guimarães, decidiu não conceder o primeiro prêmio a nenhuma das duas equipes pois consideraram ambas não atendiam plenamente os objetivos do concurso. Com isso, foi sugerido que as duas equipes desenvolvessem um projeto em conjunto incorporando as duas propostas apresentadas.



Figura 12 - Edifício dos Arquitetos - Sede do Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento da Bahia. Fonte: MENDES, 2013.

Ainda em Salvador, em 1968, podemos destacar o Concurso Nacional para o Edifício sede da Biblioteca Central do Estado. A comissão julgadora, que contou com a participação de Acácio Gil Borsoi, Paulo A. Ribeiro, Marcos Konder Neto e Adalgisa Maria Negrão, premiou cinco equipes. O projeto vencedor, de autoria de Enrique Alvez, Rodrigo

Pontual, Ulrico Zurcher, foi construído e inaugurado em 1970. O segundo lugar ficou com a equipe de Joaquim Guedes, Takuji Ito, Pedro Taddei Neto e Sylvio Sawaya, o terceiro lugar com Roberto Gandolfi, José Sanchotene e Abraão Anis Assad, o quarto prêmio para Miguel Pereira e Ivan Mizoguchi, e o quinto lugar com José Rodrigues de Farinha Sobrinho.



Figura 13 - Propostas apresentadas pela equipe vencedora e pelo segundo lugar para a Biblioteca Central do Estado da Bahia. Fonte: SANTOS, Valéria Cássia dos. Concurso de Arquitetura em São Paulo. 2002. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

Oriundo deste certame, cabe um parêntese sobre o projeto de Miguel Pereira. Dois anos após a realização do concurso, em 1970, o arquiteto utilizou o projeto apresentado para a Biblioteca na Bahia como base para o desenvolvimento do projeto da Biblioteca Central da Universidade de Brasília, como o próprio arquiteto afirma (PEREIRA, 2012). Os projetos não são iguais entre si, o segundo foi baseado no primeiro, mas mesmo assim, algumas diferenças do lugar e a necessidade do edifício novo manter uma boa relação com os prédios existente fizeram Pereira (2012) afirmar que o resultado não é completo, a Biblioteca da Bahia teria mais sorte, se construída no contexto baiano. Esse episódio é um exemplo de que o concurso de arquitetura não é apenas uma competição por uma melhor proposta arquitetônica, mas um momento de desenvolvimento da prática projetual. Um projeto não vencedor pode ser a referência para um trabalho futuro, afinal já houve tempo de trabalho dedicado em algo que não foi concretizado.

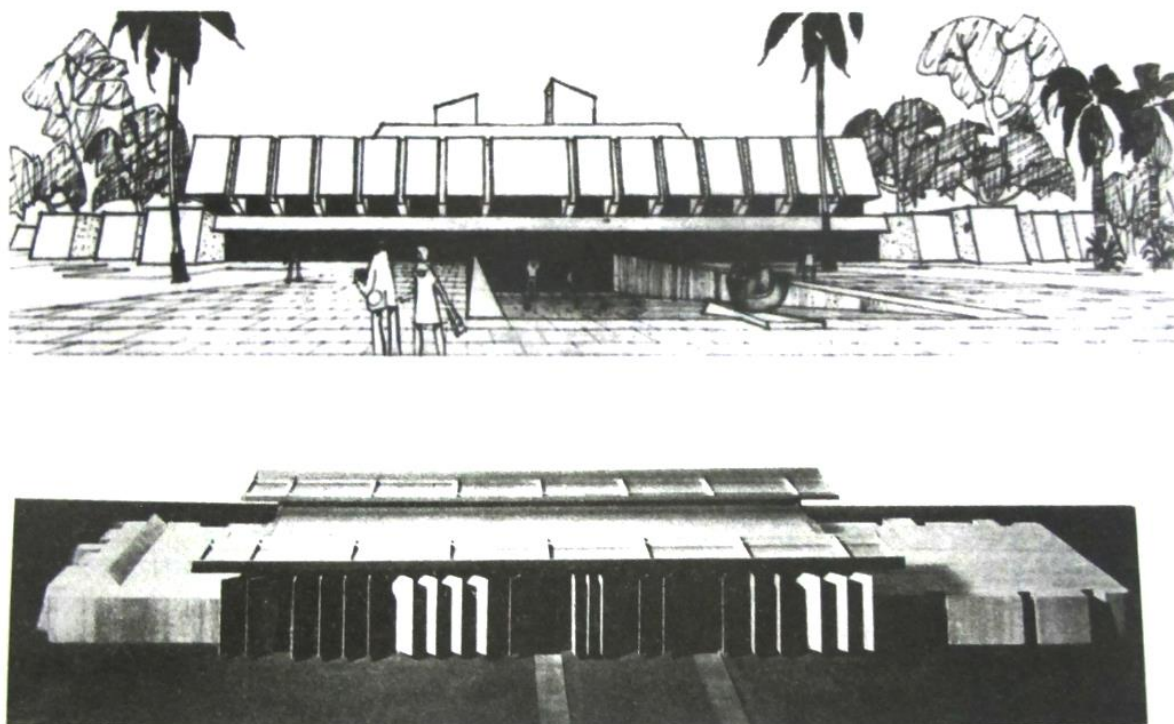


Figura 14 - Superior: Biblioteca Central do Estado, em Salvador, Bahia; Inferior: Biblioteca Central da UnB, em Brasília. Fonte: Acervo do arquiteto Miguel Pereira.

Foi na virada das décadas de 1950 e 1960 que os concursos de arquitetura também começaram aparecer no Ceará. Esse início da prática de certames acontece junto da criação do Departamento Ceará do IAB, em 1957, o retorno dos primeiros arquitetos que foram se formar fora do Estado, no caso em Recife e Rio de Janeiro, e, por fim, a criação da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará, em 1964. Estes concursos não serão abordados nesta seção, pois serão desenvolvidos no capítulo seguinte.

Essa expansão da arquitetura com o desenvolvimento econômico do país no período em que ocorreu revelou algumas contradições. Segundo Santos (2002), a realização dos concursos cresceu significativamente na segunda metade da década de 1960, tendo seu auge no decênio seguinte. Essa informação chega a ser paradoxal quando se contextualiza à situação política do país. Como é possível um processo democrático de contratação ter o seu auge em uma época de restrição democrática? Se considerar que esse também foi um período de consolidação da imagem e da força do Estado, a arquitetura moderna brasileira, que teve seus marcos iniciais em

obras públicas, somou forças para a sua difusão. Toda essa controvérsia influenciou a realização dos certames.

Os concursos, nesse contexto, não foram o instrumento unânime e fundamental para a difusão da Arquitetura Moderna Brasileira, mas um procedimento complementar, ora defendido, ora questionado, conforme a conveniência dos gestores e da profissão. (SOBREIRA; RIBEIRO, 2016, p. 11)

Mesmo os concursos não sendo um instrumento fundamental para a difusão da Arquitetura Moderna, mas é fato que a cada evento realizado, assim como a cada contratação direta, o resultado sendo moderno acaba, mesmo que indiretamente, promovendo essa arquitetura. A medida que a Arquitetura Moderna se estabeleceu, há um aumento no número de concursos. Esse efeito está diretamente relacionado aos jovens arquitetos, que segundo Segawa (2014) saíram de várias partes do Brasil para buscar formação em arquitetura no Rio de Janeiro e se transformaram em mensageiro dessa Arquitetura quando retornaram às suas cidades de origem. São, incluindo os estrangeiros, os “arquiteto nômades, migrantes e peregrinos” (SEGAWA, 2014). Consequentemente, esses arquitetos começaram a fundar os diversos Departamentos Regionais do IAB, que desde sua criação tem sido presente e entusiasta na prática de concursos. A Legislação que desde 1935 já contribuía com os eventos, por muitas vezes fica em segundo plano diante do interesse dos gestores.

No ano de 1970, no Japão, foi realizada a Exposição Internacional de Osaka. A feira ilustrava uma cidade com ferramentas para o homem moderno e contou com o projeto urbanístico do arquiteto Kenzo Tange. Dantas (2010) destaca que essa foi a primeira vez que os pavilhões das empresas igualam-se aos dos países participantes, nas dimensões e no tamanho do espetáculo. Nisso podemos observar o movimento das corporações criando força de nação.

Após a decisão de participar da EXPO 70, o Governo Federal pediu ao IAB a indicação de cinco profissionais que tivessem capacidade técnica, no entanto o Instituto alegou que não seria possível por considerar que todos os associados tem a mesma capacidade técnica. Com isso foi realizado um concurso que contou com a comissão julgadora composta

por Pedro Paulo de Mello Saraiva, Henrique Mindlin, Miguel Pereira e Giancarlo Gasperini e mais de oitenta propostas recebidas. A Revista Acrópole (1969), que publicou uma edição inteira sobre o certame, destaca que este concurso foi o que, até então no Brasil, teve o maior número de participantes.

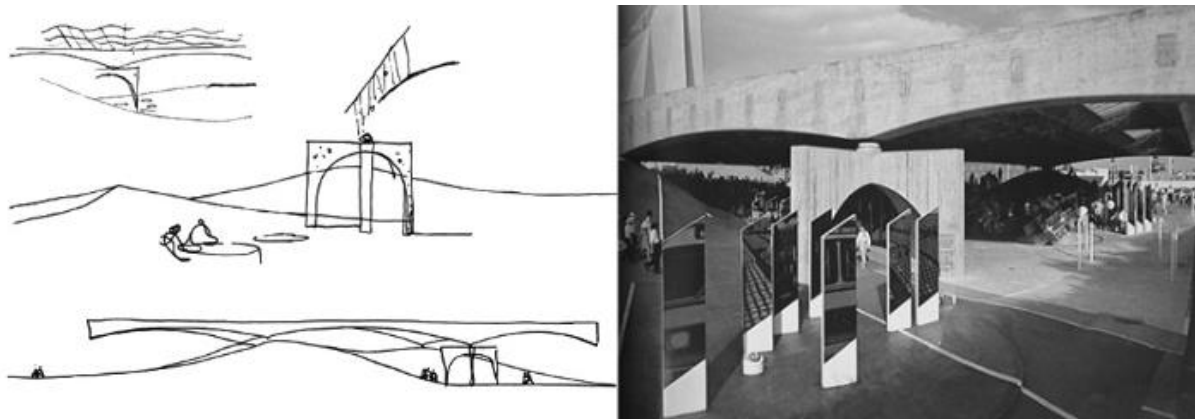


Figura 15 - Croquis da proposta vencedora do Concursos para o Pavilhão Brasileiro na EXPO 70 | Pavilhão construído na Exposição de Osaka 1970. Fonte: <https://www.archdaily.com.br/br/624060/classicos-da-arquitetura-pavilhao-do-brasil-em-osaka-paulo-mendes-da-rocha-> | Acervo pessoal de Ruth Verde Zein.

Após o julgamento dos oitenta e quatro projetos apresentados, o Júri escolheu oito projetos para ser premiados. A equipe vencedora, era liderada por Paulo Mendes da Rocha e contou com a colaboração de Flávio Motta, Júlio Katinski, Ruy Othake, Jorge Caron, dos artistas Marcelo Nitsche e Carmela Gross, e do engenheiro Siguer Mitsutani. Com o segundo lugar ficou a equipe de Koiti Yamaguchi, Luigi Villavechia e Walter Caprera. Com o terceiro prêmio José Sanchonete, Alfredo Willer e Oscar Mueller. Além dos três primeiros prêmios, a Comissão concedeu o quarto lugar para cinco equipes⁶.

A construção do pavilhão foi um grande investimento para o Governo Federal, que não mediu esforços para demonstrar que o Brasil estava em expansão. Participar desta Exposição Internacional ajudou o país a iniciar

⁶ Equipes que ficaram com o quarto lugar: Flávio Mindlin Guimarães, Marklen Landa e Roberto Loeb; Sigbert Zanettini; Francisco Petracco, Edgar Dente, Ana Maria de Biase, Maria Helena Flynn e Miguel Juliano; Ivan Mizoguchi e Rogério Malinski ; Artur Pontual, Davino Pontual, Ralph Lifchitts, Marcos Flaksman e Wolfgang Reiber.

as relações com os países do oriente, que viriam, posteriormente, se tornar parceiros comerciais.

A expressividade dos concursos na década de 1970, apresentada por alguns arquitetos não é unânime entre os pesquisadores. Diferente de Santos (2002), que aponta a década foi o auge na realização de concursos, Volkmer (2000, apud SUZUKI 2016) afirma que no período de intervenção militar praticamente não houve a contratação de projetos através de certames públicos, na maioria das vezes a contratação ocorria de forma direta e os critérios de escolha não eram transparentes. Pode-se especular que essas divergências são causadas pela dificuldade de informações sobre esse período decorrente de restrições documentais impostas pela Ditadura. Observa-se que é relativo considerar o período da ditadura como o auge de concursos, pois se em termos absolutos podem até ser significativos, verifica-se que não foram predominantes comparados à quantidade de obras que tiveram outro tipo de contratação. Ainda assim, é possível considerar que a linguagem moderna persistente e as variações de influências brutalistas foram muito importantes na construção da imagem do Estado (“Brasil Grande e Moderno”) e das instituições privadas.

Junto com os movimento de redemocratização do país, a data de 1984 é marcada pela retomada desse processo democrático de contratação, que desde o começo da década pouco era praticado, com a realização do Concurso da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro como destaca Suzuki (2016, p.48)

Apesar de alguns poucos terem sido realizados nesse ano, a prática foi retomada com o Concurso Nacional para a Biblioteca Pública do Rio de Janeiro, em 1984, com a organização do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB).

Com essa retomada dos concursos e o fim da ditadura, Santos (2002) indica que começa a surgir um sentimento antimodernista, compreendendo o Modernismo como um símbolo burocrata e estatal. A censura da década passada e uma diminuição dos periódicos gerou uma falta de debate do que era produzido, provocando uma necessidade de rever o discurso e a prática da arquitetura.



Figura 16 - Fachada lateral e átrio central da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Fonte: Acervo do arquiteto Glauco Campelo.

O concurso de anteprojeto promovido pela Secretaria de Estado de Ciência e Cultura contou com a participação de Darcy Ribeiro na comissão especial de coordenação. O concurso gerou muita expectativa nos arquitetos, que segundo Bastos e Zein (2011), estavam desde 1980 sem a realização de um concurso público nacional. Toda essa espera fez com que mais de 350 projetos fossem inscritos. A comissão julgadora, que era formada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Marcello Accioly Fragelli, e pela bibliotecária Lydia de Queiroz Sambaquy, avaliou os 168 projetos entregues e concedeu o primeiro lugar à Glauco Campelo e o segundo prêmio à equipe de Luiz Mário Camargo Xavier Filho e Carlos Octávio Queirolo. Cabe destacar que havia três equipes do Ceará inscritas mas apenas uma enviou o projeto, no então ainda não foi possível identificar o profissional responsável por ele. De acordo com Suzuki (2016) após o resultado o IAB-RJ e os participantes entraram em um debate que terminou com mais de 60 participantes entrando com ação judicial contra o resultado do concurso.

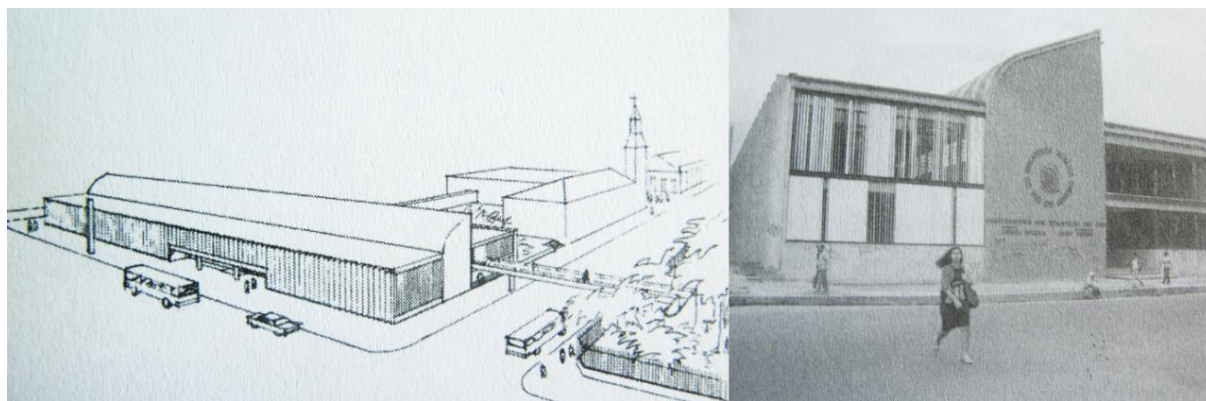


Figura 17 - Perspectiva e fachada frontal da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro. Fonte: BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: Arquiteturas após 1950.** Editora Perspectiva. São Paulo. 2011.

No ano seguinte ao concurso da Biblioteca, 1985, o IAB-RJ organizou para o SESC-RJ, o Concurso Público Nacional de Anteprojetos de Arquitetura para o Centro de Cultura e Lazer do SESC em Nova Iguaçu. O Júri era composto por Walmyr Lima Amaral, Paulo H. Casé, Jorge Wilhelm e Severiano Porto. Além dos quatro arquitetos, a comissão contou com a participação do sociólogo Dirceu Nogueira Magalhães. Dentro os 62 concorrentes, foram escolhidos três projetos para a premiação e três destaques com menção honrosa. O projeto vencedor é da equipe liderada por Hector Vigliecca e Bruno Padovado⁷. A equipe de Leonardo Tossiaki Oba e Rachel C. M. Oba ficou com o segundo prêmio e a equipe de Luís Eduardo Índio da Cotas, Maria Amélia Correa, Sonia M. de Pira, Ricardo França, Paulo Lontra e Lúcia Rocha com o terceiro. As menções honrosas ficaram para as equipes lideradas por Luiz Saldanha Marinho Filho, Luiz Carlos Batista e Mário Ceniuel.

⁷ Ainda participaram da equipe: Jean Massa, Manuel de Lima, Haroldo Onmori, Marcelo Barbosa, Sérgio Camargo, Sidney Linhares, Valério Pietraróia, Cristian Schaeffter e Paulo Fujioka.



Figura 18 - SESC Nova Iguaçu. Fonte: Acervo Vigliecca&Associados

Estes dois Concursos marcam um ponto de mudança na Arquitetura Brasileira. O primeiro foi uma tentativa não bem-sucedida e o segundo como uma inflexão espontânea. O principal ponto para o concurso da Biblioteca Pública do Rio de Janeiro não ser a transformação, é que ele quis fazer isso a partir de uma completa ruptura, ele se autodenominou como um evento de mudança. Essa vontade de ruptura, segundo Bastos e Zein (2011), provocou resultados com uma experimentação perdida entre a tentativa de criatividade e a falta de vínculo entre conteúdo e forma, resultando em um fachadismo de baixa qualidade.

A mudança não podia ocorrer sem ser construída passo a passo; não era possível uma ruptura imediata no fazer porque não se pode passar de um modo de fazer a outro, senão fazendo e, no caminho, acertando e errando. (BASTOS; ZEIN, 2011, p. 287)

No caso do SESC Nova Iguaçu foi diferente, o concurso não tinha pretensões de ser a inflexão. Era um certame onde o cliente estava aberto às novas ideias mas não buscava algo novo e diferente. Além do cliente ter poucas restrições, Bastos e Zein (2011), apontam que o Júri entendeu que o seu papel era escolher a proposta que melhor atendia às necessidades, independente do gosto pessoal de cada um do júri. Essa afirmação sobre a comissão parece óbvia, mas nem sempre é um julgamento fácil, uma vez que os arquitetos do júri tem suas convicções e preferências. Com isso a proposta vencedora apresentava mudanças em relação à arquitetura moderna, mas preservando a consistência entre forma e conteúdo.

No entanto, pode-se especular que o primeiro certame teve um papel importante, quando extrapolou nas ideias apresentadas, permitindo uma análise posterior e um amadurecimento, chegando ao segundo concurso

com as ideias aperfeiçoadas. É oportuno Destacar e reforçar também, a importância do interesse e ideais do proponente e da comissão julgadora para a realização e êxito dos eventos.

O Concurso para o Pavilhão Brasileiro na Feira de Sevilla de 1992 foi um evento nacional que contou com mais de 250 equipes inscritas. A comissão avaliadora, que contava com onze membros, era composta pelo ministro Paulo Fernandes Teles Ribeiro, o secretário Geraldo Veiga Rivello Junior, a arquiteta Maria Luiza Ribeiro Lopes da Silva, os arquitetos Paulo Mendes da Rocha, José Carlos Ribeiro de Almeida, o arquiteto cearense Roberto Martins Castelo, Walmyr Lima Amaral, Germano Galler⁸, Vera Antonia Bosi de Almeida, Dirceu Domingues da Cruz e Bruno Pagnoccheschi. Foram julgados 165 projetos e escolhidos o projeto vencedor, quatro projetos premiados, treze menções honrosas e um destaque especial.



Figura 19 - Maquete do projeto vencedor do Concurso do Pavilhão da EXPO 92. Fonte: Acervo GRUPO SP

O projeto vencedor é de autoria de Álvaro Puntoni, Angelo Bucci e José Oswaldo Vilela, colaboração de Geraldo Vespasiano Puntoni, Edgar Gonçalves Dente, Fernanda Barbosa e Clovis Cunha. Também contou com a colaboração do historiador Pedro Puntoni, a consultoria estrutural de França & Ungaretti, de ar condicionado com Eduardo Greco e maquete de Francisco Triviño⁹.

⁸ Suplente do arquiteto João Filgueira Lima.

⁹ Os demais projetos premiados, menções e destaque são: - Premiados: Paulo Henrique Paranhos, Sérgio Roberto Parada, Vinícius Gorgatti e Sidney Meleiros Rodrigues; - Menções Luis Eduardo Indio da Costa, Tito Lívio Francino,

O significativo evento despertou o interesse de diversos arquitetos do país, arquitetos de 16 estados se inscreveram, inclusive cinco equipes do Ceará¹⁰. Segundo Bastos e Zein (2011) o concurso teve um desfecho decepcionante, como muitos já apresentaram, pois o Ministério das Relações Exteriores abertamente se desinteressou pela sua realização e ela não se materializou. Assim, o Brasil participou em um pavilhão coletivo. Santos (2002) ainda complementa que tanto o país havia decidido participar do evento de última hora, deixando toda a organização atrasada, como uma leitura atenta da ata é possível perceber que o próprio júri não estava totalmente satisfeito com o resultado. Essa insatisfação ocorreu principalmente por parte de um grupo de participantes que questionava a falta de recomendações por parte da comissão julgadora, o não cumprimento de pontos do Edital e a inviabilidade de ser construído no prazo necessário. O fato é que toda essa movimentação dos arquitetos em produzir os projetos para o concurso e todo o debate sobre o resultado contribuiu no desenvolvimento da nossa arquitetura

Ademais, concursos também podem ajudar a promover uma certa dose de renovação conceitual a partir das contribuições de uma nova geração talentosa de arquitetos que esteja despontando no horizonte das probabilidades. (BASTOS; ZEIN, 2011, p. 231)

Os concursos continuam tendo uma posição importante na divulgação de ideias arquitetônicas, mesmo que diversas vezes sejam realizados para apenas gerar movimento ao invés de ter como objetivo real a execução de uma edificação. Mas como Bastos e Zein (2011) destaca, o concurso é uma oportunidade de verificar o estado da arte do debate arquitetônico em um dado momento.

Assim, neste período de retomada de concursos pós-ditadura, revelam-se continuidades e rupturas na história dos concursos do Brasil, com projetos não construídos e a força preponderante do Estado nas decisões, como

Joaquim Caetano de Lima Filho, Matheus Gorovitz, Raimundo Nonato Veloso, Jônatas Loura Silvino, Marcos Acayaba, Letícia Araújo Zambrano, Joel Campolina, Roberto Loeb, Neide Joppert Cabral, Wilson Spinard Júnior e Humberto Mezzadri; - Destaque: equipe de Paulo Roberto Laender com Alonso de Miranda Filho, Benedito Moreira, Eduardo Santos, Monica Haddad e Rogério de Oliveira Souza.

¹⁰ Não foi possível a identificação

nos casos dos Pavilhões. Uma continuidade digna de nota é a persistência, no caso do Pavilhão da EXPO 1992 de Sevilha, de princípios próprios da arquitetura moderna brasileira, neste caso com filiação claramente paulista.

No início da década de 1990 o Brasil estava passando por uma grave crise econômica, ainda na primeira metade da década foi apresentado um plano para estabilizar o país, associada a uma nova moeda. Esse foi o início de uma recuperação econômica do Brasil inserido em um Governo alinhado às vertentes neoliberais, podemos destacar a implantação e popularização da internet no país no ano de 1996. Este marco na comunicação refletiu significativamente na prática dos concursos, não só no Brasil, mas no mundo. A facilidade de divulgação dos certames, a participação em escala maior, o envio digital através de uma plataforma *online* e o compartilhamento e promoção dos projetos premiados e participantes. Cabe a observação de que todos esses avanços foram acontecendo gradativamente e não em um único momento.

Nesse período os concursos começaram a se tornar recorrentes, no entanto a concretização dos edifícios não chegaram a 50%. Esse efeito vai contra a prática dos certames, desencorajando cada vez mais os participantes. Segundo Suzuki (2016) dos 254 concursos realizados na década, entre públicos e privados, apenas 119 foram construídos.

Sobretudo na década de 90 prevalece a não conclusão das iniciativas, embora justamente neste período aconteçam os avanços mais significativos quanto à regulamentação, com a promulgação de diversas leis a respeito, incluindo a que estipula a obrigatoriedade de realização de concurso para projeto de edifícios públicos. (SANTOS, 2002. p. 165)

Os concursos nesse período tiveram uma grande variedade de tipologias, como teatros, instituições culturais, sedes de empresas. Também a realização expressiva de concursos privados. Onde podemos citar alguns exemplos¹¹, que demonstram essa variedade. O concurso para o Teatro

¹¹ Exemplos extraídos de SUZUKI, Eduardo Hideu. **Concursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos Concursos Públicos Nacionais**. 2016. 2 v: il. (v.1. 325p. – v.2. 548p.) Tese (Doutorado

Laboratório de Artes Cênicas e Corporais da UNICAMP, realizado em 2002, contou com a participação de 83 projetos, sendo o projeto vencedor de autoria do UNA Arquitetos. No ano de 2003, foi realizado o Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral-CE, com organização do IAB-CE e coordenação da Prefeitura Municipal de Sobral. O arquiteto cearense Ricardo Muratori ficou com o primeiro lugar, junto com Raquel Carvalho e Patrícia Aquino. Dois anos após o concurso o edifício foi reconhecido novamente através do Prêmio IAB-CE 2005. Em 2005, a Fundação Habitacional do Exército faz o convite para o concurso privado fechado tendo como objeto a sua Sede. O projeto vencedor é de autoria de Danilo Matoso Macedo, Elcio Gomes da Silva, Fabiano Sobreira, Newton Godoy, Filipe Berutti Monte Serrat e Daniel de Castro Lacerda. A obra foi executada entre os anos de 2007 e 2010.



Figura 20 - Teatro de Artes Cênicas e Corporais da UNICAMP | Mercado Municipal de Sobral | Fundação Habitacional do Exército. Fonte: Acervo UNA Arquitetos | Acervo Ricardo Muratori | Acervo MGSR

Como já dito anteriormente, o advento da internet permite a troca de arquivos digitais. Com esse atributo cada vez mais consolidado, em 2010, o IAB Nacional, sob presidência de Gilson Paranhos, lança o caderno técnico Concursos em meios eletrônicos: razões e recomendações. As vantagens apresentadas são: a redução de custos por parte dos concorrentes que não precisam imprimir as pranchas; uma postura sustentável, diminuindo a quantidade de papel e conseqüentemente de resíduos; agilidade e redução de prazo com a retirada do envio físico; facilidade de difusão, democratização e transparência do processo;

em Arquitetura e Urbanismo) - Área de Concentração: **Projeto de Arquitetura** - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

facilidade no processo de julgamento, que permite até julgamento à distância. Além de apresentar as vantagens, o caderno também apresenta quais passos se deve fazer para realizar um evento digital e finaliza com a citação do exemplo do Concurso Público Nacional de Arquitetura – Uma escola para Guiné-Bissau, o primeiro concurso onde foi registrado o julgamento todo à distância, sem precisar de reuniões presenciais.



Figura 21 - Estádio Arena Castelão (Hector Vigliecca) e Estádio Maracanã (Fernandes Arquitetos Associados) - adequação de estádios que poderiam ser fruto de concursos. Fonte: www.archidaily.com.br

Estas questões que ainda apontam incertezas na realização dos concursos, assim como a perda da imagem do estado público como e um crescimento do arquiteto como grife, desencorajam as instituições a realizarem tal processo e aumentando o interesse na contratação de profissionais icônicos. Segundo Quincy (1801 apud SOBREIRA; RIBEIRO, 2016) as controvérsias em torno do julgamento qualitativo dos projetos são tão antigas quanto a própria existência do verbete “concursos” nas enciclopédias de Arquitetura.



Figura 22 - Comparação entre a marca antiga e a nova da CODHAB.

Nos últimos anos, a Companhia de Desenvolvimento Habitacional do Distrito Federal – CODHAB, empresa pública vinculada à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Habitação – SEDUH, vem sendo grande entusiasta dos concursos no país. Em apenas três anos, de 2015 à 2017, foram realizados onze eventos. O primeiro certame lançado, em maio de 2015, foi para a criação da nova marca para a CODHAB e posterior desenvolvimento do Manual de Identidade Visual. Com a nova marca pronta, a Companhia inicia uma série de concursos para edificações de diversos usos, como centros de ensino, unidades de saúde, habitações coletivas e edifícios de uso misto.



Figura 23 - Propostas vencedoras dos concursos do CODHAB, respectivamente e ordem cronológica¹². Fonte: <https://concursosdeprojeto.org>

¹² - Centro de Ensino Infantil – CEI (01/2016 – 03/2016), projeto vencedor da equipe liderada por Cinthia Duclerc Verçosa Nobre (SP); - Centro de Ensino Fundamental – CEF (01/2016 – 04/2016), projeto vencedor da equipe liderada por Alexandre Ruiz da Rosa (PR); - Unidade Básica de Saúde – UBS (01/2016 – 04/2016), projeto vencedor da equipe liderada por Alexandre Ruiz da Rosa (PR); - Unidades Habitacionais Coletivas – Samambaia (06/2016 – 09/2016) projeto vencedor da equipe liderada por Manoel Izidro Coelho; - Unidades Habitacionais Coletivas – Sobradinho (07/2016 – 08/2016) projeto vencedor da equipe liderada por André Velloso Ramos (DF); - Unidades Habitacionais Coletivas – Sol Nascente – Quadra 700 (08/2016 – 10/2016) projeto vencedor da equipe liderada por Leandro Sasse (SC); - Edifícios de Uso Misto, com Unidades Habitacionais e Comércio, na Região Administrativa de Santa Maria – RA XIII (10/2016 – 12/2016) projeto vencedor da equipe liderada por Camila Celin Paris (ES); - Edifícios de Uso Misto no Sol Nascente, Trecho 02, Quadra 105 (12/2016 – 02/2017) projeto vencedor da equipe liderada por Luciano Suski (PR); - Concurso Público Nacional de Projeto de Arquitetura para Habitação de Interesse Social (06/2017 – 08/2017) projeto vencedor da equipe liderada por Grupo 1: Felipe Guimarães Pinheiro (RJ), Grupo 2: Uilian da Luz Marconato (RS), Grupo 3: Paula Rabel Dilli (SC); - Concurso Público Nacional de Projeto de Urbanismo e Arquitetura no Setor Habitacional Pôr do Sol, na Região Administrativa de Ceilândia – RA IX (07/2017 – 10/2017) projeto vencedor da equipe liderada por Emerson José Vidigal (PR).

Além da quantidade de concursos, a CODHAB tem assinado os contratos para desenvolvimento e posterior execução. Os certames vêm sendo melhorados a cada novo evento realizado, comprovando que só vamos avançar nessa prática quanto mais concursos acontecerem.

Observando-se vários projetos destinados a um mesmo uso e lugar, pode-se perceber mais claramente quando se está passando por um período de relativa consonância e escolarização estilística, ou, ao contrário, de dissonância e dispersão de tendências. (BASTOS; ZEIN, 2011, p. 231)

Com o advento da internet, o evento consegue ampla divulgação e cria um ambiente virtual onde ainda é possível ter acesso ao Edital, Termos de Referência, Ata de Julgamento, além de todas as propostas recebidas dando o devido destaque aos premiados e as menções. Esses certames são um exemplo a ser observado e seguido de como realizar um concurso e de como permitir um extenso debate.

Verifica-se na contemporaneidade, que os avanços tecnológicos e uma mudança significativa na forma de atuação do Estado, de caráter bem mais empreendedor e muito comprometido com a lógica do mercado e das empresas, provocam um direcionamento dos concursos, de um lado, para programas arquitetônicos destinados à cultura e o entretenimento e a intervenções urbanas de requalificação e ressignificação da imagem dos lugares em um ambiente de competitividade e produtividade urbana. Esta mudança se expressa em grande medida na linguagem arquitetônica, que tem apelado cada vez mais pela valorização da forma do edifício, potencializado pelas novas tecnologias de representação e construção.

Os concursos voltados para equipamentos de consumo coletivo, como caso das escolas do DF, são exceção e um exemplo a ser estudado. A recente criação do CAU, ainda não permite compreender como esta mudança no Estatuto da profissão repercutiu nas práticas de concurso.

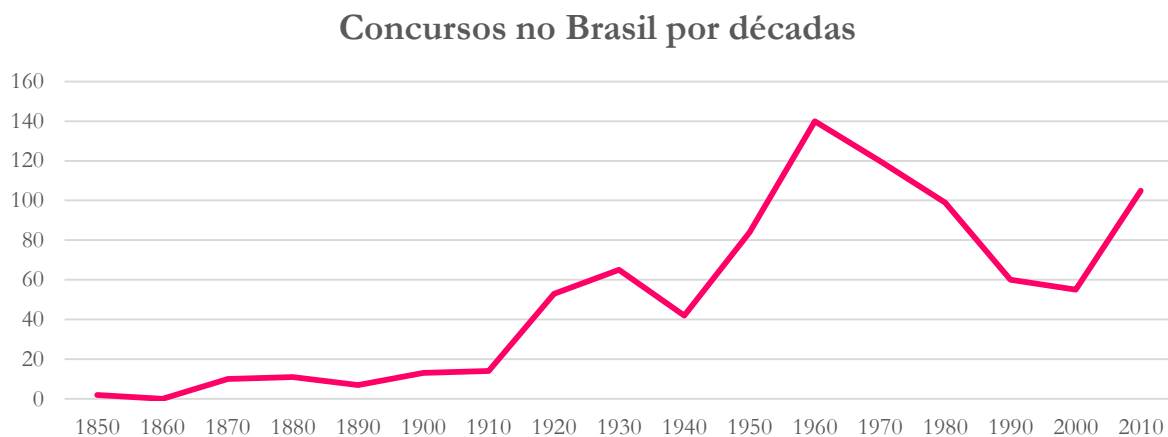


Gráfico 1 - Concursos no Brasil por décadas. Fonte: análise baseada em Flynn (2001) e Sobreira (2019)

Enfim, este panorama geral dos concursos serve de suporte para situar no tempo e no espaço, por meio desta periodização e do contexto histórico-social, o processo de transformação geral dos concursos no Brasil e de forma específica em Fortaleza, no Ceará.

2.2. CONCURSOS: LEGISLAÇÃO E REGULAMENTAÇÃO

Os concursos de arquitetura, possuem um histórico de ocorrência de antes da Renascença. Com tanto tempo de prática, alguns países europeus conseguiram chegar em mecanismos de legislação e regulamentação dos certames que podem ser tomados como exemplo. Santos (2002), apresenta a experiência da Loteria Nacional Inglesa que parece inspiradora para uma regulamentação e a criação de uma política pública de concursos.

A Loteria Nacional Inglesa é um jogo onde são separados recursos para a construção de equipamentos desportivos e culturais que exige que o projeto a ser desenvolvido seja fruto de concurso. Esse mecanismo é uma forma de incentivar as entidades públicas a realizar certames para escolher seus edifícios e por ser uma obrigatoriedade para a contratação, faz com que as entidades tenham interesse na regulamentação dos concursos para um processo mais inclusivo e transparente.

Santos (2002), aponta que as primeiras manifestações de interesse dos arquitetos na regularização dos concursos aconteceram durante as primeiras edições do Congresso Panamericano de Arquitetos, durante a década de 1920. Havia uma preocupação sobre com as contratações de projetos para edifícios públicos, então os arquitetos passaram a solicitar que o modelo de concurso fosse utilizado para a contratação de tais serviços.

Na década seguinte, 1930, junto de um crescimento dos concursos está o decreto da Lei nº 125, de 1935, que estabelece as regras para a construção de edifícios públicos. De acordo com a Lei, fica definido no Art. 5 que nenhum edifício público de grandes proporções será construído sem prévio concurso para a escolha do projeto respectivo. Essa mudança na legislação contribuiu para o desenvolvimento dos concursos no Brasil, mesmo que em alguns casos os projetos vencedores não tenha sido os construídos, deixando a realização dos concursos incompletas. Essa foi o caso do edifício do MES.

Vale salientar que, no mesmo ano em que o concurso do MES havia sido realizado e descartado, uma lei havia sido aprovada: a Lei 125, de dezembro de 1935, segundo a qual “Nenhum edifício público de

grandes proporções será construído sem prévio concurso para escolha do projeto respectivo”. O concurso do MES e o seu desdobramento confrontavam os princípios daquela Lei, que apesar de nunca revogada, não seria posta em prática como regra geral na Administração Pública brasileira, até os dias atuais. (SOBREIRA; RIBEIRO, 2016)

Durante o período do Regime Militar, houve alguns avanços com relação à legislação profissional. No ano de 1966, o então presidente, sancionou a Lei 5.194/66 que regula o exercício das profissões de engenheiro, arquiteto e engenheiro-agrônomo, e dá outras providências. O artigo Art. 83, que foi revogado pela Lei 8.666/93, indicava que os trabalhos profissionais relativos a projeto não poderão ser sujeitos de concorrência de preço, devendo, quando for o caso, ser objeto de concurso (BRASIL, 1966). A regulamentação da profissão apresentou uma vitória de classe e reforçou a prática dos certames vetando a realização de seleções apenas por preço de serviço. No ano seguinte, o Art. 144 do Decreto-lei 200/67, que dispõe sobre a organização da administração federal, reforça a práticas dos concursos ao indicar que a elaboração de projetos poderá ser objeto de concursos, com estipulações de prêmios aos concorrentes classificados, obedecidas as condições que se fixarem em regulamento. (BRASIL, 1967)

Na retomada democrática do país, houve alguns avanços na legislação sobre contratação de projetos, onde podemos destacar o Decreto-lei 2.300/86 de 21 de novembro de 1986 dispõe sobre licitações e contratos da administração federal e dá outras providências, no Art. 20 coloca o concurso como uma modalidade de licitação e dá diretrizes para a realização, como prazo mínimo, e instruções para regulamento do certame. No entanto não é explícito quando deve ser realizado este tipo de licitação e ainda, no segundo parágrafo do Art. 42, diz que o vencedor deve autorizar a Administração a executa-lo quando julgar conveniente. Esse último vai contra a credibilidade de qualquer concurso quando não há a garantia de que o projeto será executado conseqüentemente desencorajando a participação dos profissionais. No ano seguinte, sai o Decreto-lei 2.348/87 que altera o último Decreto sobre licitações e contratos da administração federal, mas nada é alterado sobre os concursos.

Uma das principais conquistas de legislação foi a Lei nº 8.666/93 que regulamenta o art. 37, inciso XXI, da constituição federal, institui normas para licitações e contratos da administração pública e dá outras providências. O inciso XXI diz: ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.

Diante da Copa das Confederações, Copa do Mundo, Jogos Olímpicos e Paraolímpicos, foi sancionada a Lei nº 12.462 em agosto de 2011 que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas – RDC. O RDC inicialmente era aplicável exclusivamente às licitações e contratos relativos aos projetos da Autoridade Pública Olímpica, do Grupo Executivo – Gecopa 2014 e obras de infraestrutura e de serviços para aeroportos nas capitais dos Estados que seriam sede dos mundiais. Infelizmente essa Lei que diz simplificar os processos e diminuir as burocracias não contempla os concursos, pois esses eventos seriam ótimas oportunidades para realizá-los. Certames com esse tipo de objeto mobilizariam arquitetos de todo o país ainda com a possibilidade de abrir a seleção para profissionais estrangeiros. A simplificação na hora da contratação não garantiu o sucesso das obras e gerou contratações questionáveis. A lei que seria temporária ficou efetiva e foram acrescentados outros tipos de edificações, deixando conveniente para o uso dos governantes.

Lei nº 125, sancionada em dezembro 1935, apresentava o concurso como processo obrigatório para contratação de todas as obras públicas, porém como atestado no artigo de Sobreira e Ribeiro (2016) nunca foi respeitada. Em sua última atualização em 1993 pela Lei nº 8666/93, o termo “obrigatório” foi substituído por “preferencialmente”, tornando essa modalidade licitatória ainda mais ocasional. Em 2017, a lei sofreu propostas de alterações, entre elas a exclusão da modalidade, porém antes de ser votada, após movimentação do IAB-DF em conjunto com o CAU, a categoria “concursos” foi reinserida, votada, aprovada e submetida ao Senado. (RIBEIRO, 2017)

Ao analisar o histórico das legislações relativas aos concursos de arquitetura no Brasil, podemos observar que há uma falta de interesse por parte do poder público no aumento da realização dos certames. Vemos que cada vez mais, são criados artifícios para desvalorizar esse tipo de contratação de projetos de arquitetura, utilizando o discurso que concursos são trabalhosos. Entretanto, enquanto não se cria a prática, aperfeiçoamento e institucionalização dessa prática, os processos continuarão lentos. Por fim, os arquitetos precisam lutar por uma política de concursos públicos, onde será possível desenvolver e aprimorar a regulamentação dos mesmos.

2.3. OS CONCURSO EM REVISTA: ESCRITOS E PESQUISAS

A escrita sobre os concursos estão presentes desde as primeiras ocorrências, quando os eventos eram divulgados através dos jornais. Este veículo teve um grande importância na propagação dos eventos principalmente pois eram de acesso de toda a população, diferente, de como vamos ver posteriormente, do caso das revistas e portais eletrônicos especializados.

Ao considerar que a realização de concursos de projeto acontece a mais de 150 anos, a pesquisa e discussão acadêmica, ou seja, dentro de instituições de ensino superior, sobre o tema é recente, sendo o primeiro registro de 1987. A pioneira foi Maria Helena Flynn, com a dissertação de mestrado “Anotações para uma história dos concursos de arquitetura no Brasil: 1957-1985”, na Universidade de São Paulo - USP. Essa dissertação, mesmo que com mais de 30 anos que foi escrita, continua sendo uma das principais bases da pesquisa histórica dos concursos. O interesse demonstrado da dissertação se estendeu e foi aprimorado por Flynn na tese de doutorado, em 2001, na FAU-USP. Na tese, “Concursos de Arquitetura no Brasil 1850 – 2000: sua contribuição para o desenvolvimento da Arquitetura”. É importante salientar dois pontos relevantes da pesquisa. O primeiro é o aprofundamento do assunto e o segundo é a ampliação do recorte temporal. Dentro desse recorte observamos o recuo da data inicial, que antes fazia referência ao concurso do Teatro de Ópera Lírico do Rio de Janeiro, 1857, e passa a indicar a data do concurso das Casas de Cadeia de Vilas, 1850, no Rio Grande do Sul. Por fim, amplia em 14 anos a data final, a diferença de tempo entre a realização dos dois trabalhos da arquiteta. A relevância e o ineditismo dos trabalhos de Flynn também são afirmados por Suzuki (2016, p. 55) quando afirma que “possivelmente trouxe um importante legado histórico com o registro da legislação, normas e regulamentos até então inexistentes no meio acadêmico”.

Para o levantamento das pesquisas e trabalhos produzidos sobre o tema concurso de projeto foi realizada uma busca nos repositórios acadêmicos das universidades com pós-graduação em arquitetura no Brasil. Esse

levantamento não tem como objetivo ser totalizador, mas sim apresentar um universo expressivo de pesquisas sobre o tema. O levantamento identificou 33 trabalhos entre monografias de pós-graduação *latu sensu*, dissertação de mestrado e tese de doutorado que abordam algum concurso específico ao logo do trabalho ou tem concurso como tema central.

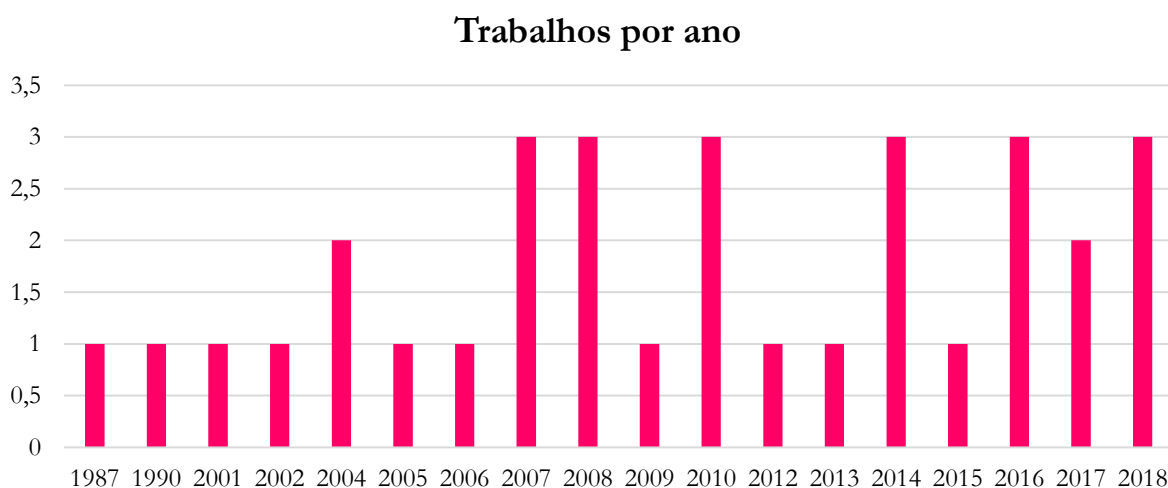


Gráfico 2 - Quantidade de trabalhos acadêmicos realizados por ano. Fonte: Tabela de trabalhos e pesquisas sobre concursos. Ver Apêndice A.

Ao analisar o Gráfico 2 podemos observar que mesmo tendo registro de pesquisas nos anos de 1987 e em 1990, elas se tornaram constantes a partir do início do século XXI. É possível observar que a partir de 2001, apenas em dois anos, 2003 e 2011 não foi possível identificar um trabalho com o tema sobre concursos. Estes trabalhos se concentram na Região Sudeste, na sua maioria em São Paulo, onde foram identificados trabalhos feitos na Mackenzie, Unicamp e USP, com destaque para a última instituição, com 13 pesquisas encontradas. Ao observar o Gráfico 3, podemos constatar que na Região Nordeste foram identificados apenas duas instituições com trabalhos desenvolvidos quem tratam de concursos, estas instituições são a Universidade Federal do Ceará - UFC e a Universidade Federal do Rio Grande do Norte – UFRN.

Trabalhos por instituições

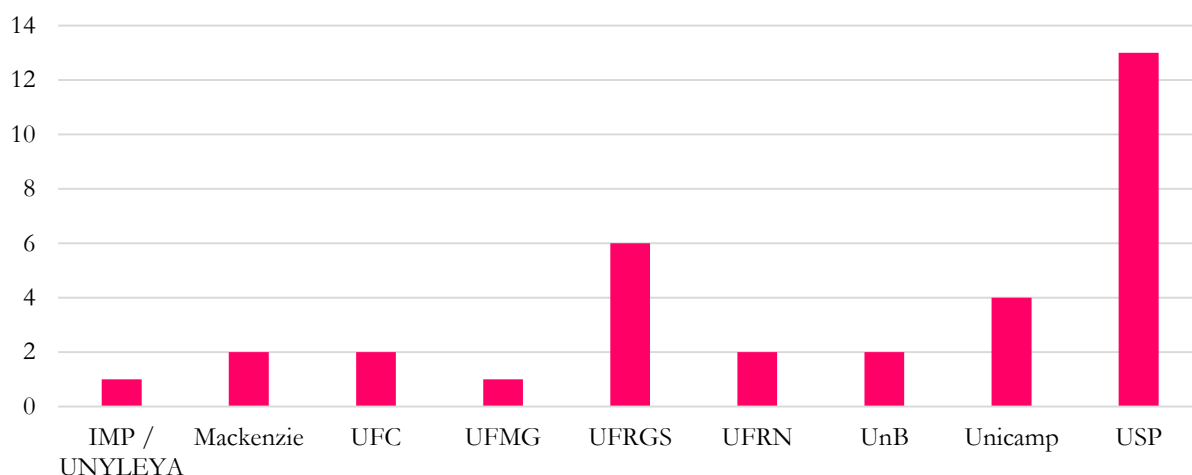


Gráfico 3 – Quantidade de trabalhos acadêmicos realizados por instituição de ensino. Fonte: Tabela de trabalhos e pesquisas sobre concursos. Ver Apêndice A.

Mas entre as duas instituições, UFC e UFRN, as pesquisas tem abordagens diferentes. Na UFC, nenhuma das pesquisas até então realizadas tem como tema principal os concursos de arquitetura. As dissertações de mestrado “Transformações espaciais no Centro de Fortaleza: estudo crítico das perspectivas de renovação urbana”, de Francisco Ricardo Cavalcanti Fernandes, em 2004, e a dissertação “Projeto e Imagem como Política Pública. Sobre a produção contemporânea da arquitetura institucional pública em Fortaleza - CE”, de Daniel Marques Arruda, em 2018, abordam concursos específicos dentro da pesquisa de outros temas. Essa relação dos concursos dentro de outros temas, acontece em mais dois trabalhos de pesquisadores de Fortaleza, uma pesquisa desenvolvida na USP e outra na Mackenzie. Essa breve análise sobre a produção da UFC, reforça a importância desta pesquisa por apresentar o primeiro panorama dos concursos no Ceará.

Diferente dos casos da UFC, os trabalhos acadêmicos realizados na UFRN têm o concurso como tema principal. Os trabalhos identificados são a dissertação “A representação em Projetos de Arquitetura: concursos para teatros em Natal e em Quebec”, de 2009, e a tese “Cultura da representação de arquitetura: concursos de projeto, Brasil 2008-2011”, ambos de autoria de Pablo Gleydson de Sousa. Além destes trabalhos,

foram identificadas¹³ três projetos de pesquisa desenvolvidos na universidade: Avaliação da qualidade do projeto em contexto profissional: uma análise de concursos de arquitetura no Brasil, realizado sob coordenação de Maisa Fernandes Dutra Veloso entre os anos de 2010 e 2013; O julgamento de projetos de arquitetura em contexto profissional: uma análise de concursos recentes no Brasil, também coordenado por Maisa Fernandes Dutra Veloso e realizado entre 2009 e 2011; por fim, O projeto como fonte de conhecimento: os concursos recentes no Brasil, sob coordenação de Marcelo Bezerra de Melo Tinôco e desenvolvido entre 2008 e 2010.

Dos 33 trabalhos encontrado, estes se dividem em dois tipos de abordagem do tema. Aqueles onde o concurso é o tema principal e os que abordam um concurso específico como um tema secundário. Foram identificados 24 pesquisas diretamente relacionadas aos certames e as outras 9 com abordagem em segundo plano. Esta segunda forma de tratar o tema é mais complexa de rastrear, pois nem sempre os resumos e palavras-chaves indicam a abordagem da temática, mas essas pesquisas são extremamente importantes por muitas vezes trazer eventos específicos de uma tipologia ou autor que acabam contribuindo para a construção de panoramas, como é no caso desta pesquisa sobre os concursos no Ceará.

Dentro do universo de pesquisas catalogadas, cada uma apresenta uma contribuição para a discussão do tema, sejam elas mais gerais ou específicas. Podemos destacar alguns trabalhos que acabam apresentando contribuições mais gerais.

O principal destaque é das pesquisas de mestrado e doutorado de Maria Helena Flynn (1987, 2001), como já mencionado anteriormente, pelo grande panorama apresentado e a contribuição para o estudo do tema. Essa importância é afirmada nos trabalhos de Santos (2002), Drummond (2006), Suzuki (2016), Ribeiro (2017). Como uma continuação do panorama de concursos no Brasil, mas dessa vez com um foco na

¹³ Fonte consultada: Currículo Lattes de Maisa Fernandes Dutra Veloso

eficiência dos certames, Eduardo Suzuki (2016) apresenta sua tese “Concursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos Concursos Públicos Nacionais”. O trabalho de mestrado de Milton Braga (1990), “O Concurso de Brasília. Os sete projetos premiados” se destaca por abordar um dos mais importantes concursos no país, o concurso para a então nova capital. É uma dissertação que apresenta boa parte da documentação do concurso então apresenta meios para uma melhor compreensão de todo o processo. Ampliando o tema dos concursos, as dissertações de Cristiana Rodrigues (2007), “Concursos Públicos Urbanos 1989-1994: projetos de fragmentos das cidades”, e de Leticia Lodi (2008), “O Concurso Público no Projeto Urbanístico: São Paulo, 1998-2004”, se destacam por concentrar a pesquisa na perspectiva dos concursos de urbanismo. Esses trabalhos até então citados, estudam o concurso de uma forma geral. Alguns trabalhos começaram a estudar outros temas dentro do universo dos concursos. Esse tipo de abordagem é possível observar na tese de Valéria Cássia dos Santos Fialho (2007), “Arquitetura, Texto e Imagem: a retórica da representação nos concursos de arquitetura”, na dissertação (2009) e tese (2014) de Pablo Gleydson de Sousa, citadas anteriormente, e na dissertação de Fernanda Gomes Campos (2018), “Linguagem e Representação Gráfica em Projetos: análise do acervo do concurso Opera Prima”. A lista completa dos trabalhos identificados pode ser encontrada no Apêndice A.

Além das dissertações e teses, a pesquisa sobre concursos pode ser encontrada nos artigos publicados em revistas acadêmicas, apresentados em eventos e em *sites* especializados em arquitetura. Essa divulgação do assunto acaba possuindo uma maior número de exemplares, pois uma pesquisa de mestrado, por exemplo, durante seu desenvolvimento, pode ter a produção de mais de dois artigos, assim como também a escrita de um artigo não precisa estar vinculada a uma pesquisa dentro de uma instituição de ensino. No entanto, os artigos são mais difíceis de serem localizados e assim construir um panorama completo, pois a identificação dos eventos e revistas amplia as buscas, demandando mais tempo de investigação do que o disponível nessa dissertação. Mesmo com esse limitante, foram investigados algumas referências a fim de entender de

forma geral as suas dinâmicas. Os artigos acabam tendo temas mais específicos dentro do âmbito dos concursos, com isso permitem uma maior exploração investigativa. Alguns dos eventos onde foi possível encontrar os artigos foram: Seminários Projetar, Docomomo Nacional e Regional e no ENANPARQ (Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). Esses eventos se relacionam com o tema das seguintes formas: os Seminários Projetar são seminários sobre o ensino e pesquisa do Projeto de Arquitetura. Além de ser organizado pelo Grupo Projetar, que possui um banco de dados sobre concursos e tem pesquisadores com trabalhos nesse tema, o Seminário por abordar projeto de arquitetura permite abordar os certames, que são eventos de uma larga produção de projetos arquitetônicos sobre uma mesma situação; O Docomomo, ao documentar e estudar a produção do movimento moderno, tem um amplo campo de estudo para os concursos, pois de acordo com Flynn (2001) e Sobreira (2019) entre os anos de 1935 e 1970 aconteceram pelo menos 300 concursos no Brasil; O ENANPARQ acaba sendo um evento mais generalista com relação ao tema dos certames, no entanto ao estar relacionado com pesquisa e pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo é um ambiente adequado para o debate de resultados parciais oriundos da investigação e escrita de dissertações e teses.

Dentro dos artigos levantados, podemos destacar alguns trabalhos. No IV Seminário Projetar podemos destacar o artigo de Sérgio Marques (2009), “O Projeto como investigação – A investigação (e documentação) do projeto Arquiteturas de Concursos do Sul: monitoramento e acervo (1984-2006)” onde o autor apresenta um projeto de pesquisa que acontece desde 1984 e que busca sistematizar as informações relativas aos concursos realizados no Rio Grande do Sul. Outro artigo que se destaca no mesmo evento é de Pablo Gleydson de Sousa (2009), “Representação de Arquitetura em Concursos”, artigo este publicado do mesmo ano que a dissertação de mestrado do autor. Esse é um exemplo do aproveitamento de uma pesquisa de mestrado através da ramificação do tema em artigos. No levantamento realizado foram identificados mais dois casos semelhantes, desta vez no VII Seminário Projetar. O primeiro é o artigo

de Paulo Victor Ribeiro e Sylvia Ficher (2015), “Arquitetura potencial, concursos de projeto: Nonato Veloso”, que dois anos depois, 2017, seria o tema da dissertação de mestrado, na UnB, de Paulo Victor Ribeiro sob a orientação da Sylvia Ficher. O segundo exemplo é novamente com Pablo Gleydson de Sousa que desta vez, junto a Daniel Macêdo (2015), escreveram o artigo “Entre editais e pareceres: representação de projetos vencedores de concursos de arquitetura”, dessa vez o artigo é um provável desdobramento da sua tese de doutorado. Relativo ao Docomomo, se destacam os artigos de Fabiano Sobreira e Paulo Victor Ribeiro (2016), “O lugar dos concursos na propaganda da Arquitetura Moderna Brasileira: registros e análises das revistas Acrópole e Módulo entre 1955 e 1965” e de Sylvia Ficher, Fabiano Sobreira e Bárbara Ledes (2017), “Concursos em Revista. Contrapontos entre Acrópole e Habitat, 1950 a 1965”. Acredito que o destaque desses artigos está relacionado com a pesquisa ser uma análise de uma base de dados onde os concursos eram divulgados e debatidos.

Ao observar os artigos encontrados, não foi localizado nenhum que aborde a prática dos concursos no Ceará e que tenha sido escrito antes do início dessa dissertação de mestrado. No entanto, ao longo dessa pesquisa foram produzidos dois artigos em conjunto com o orientador Ricardo Paiva. O primeiro foi “Concursos de arquitetura em Fortaleza: o caso da Sede do Banco do Estado do Ceará (1968-1969)” (2018), publicado no ICOMOS-BR II, que contextualiza o concurso e o edifício resultante na arquitetura moderna de Fortaleza, analisa as bases do certame e discute as características do edifício que permitiram a sua permanência ao longo do tempo. O segundo foi “O concurso do Cuca da Barra em Fortaleza: permanências e rupturas (pós)modernas” (2018), apresentado no Docomomo N/NE, que tinha o objetivo de analisar o projeto vencedor do Concurso Público Nacional de Ideias para o Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte (CUCA) Barra do Ceará de Fortaleza e discutir a intervenção em um edifício modernista cearense.

Um dos principais meios de documentação e debate dos concursos são as revistas de arquitetura especializadas. Para poder compreender a presença

dos eventos nesse tipo de mídia, foram coletados os dados presentes nos três volumes do Índice da Arquitetura Brasileira¹⁴ e foram reorganizados a partir dos seguintes critérios: título do artigo, autor, revista publicada, número, ano, tipo de abordagem e observação sobre o conteúdo. É importante salientar que esse levantamento não tem o objetivo de ser totalizante, mas sim de apresentar um panorama que ilustre a dinâmica das revistas. Foram encontrados 119 publicações em um período de 32 anos, 1951 à 1983, distribuídas em 13 revistas.



Gráfico 4 - Quantidade de artigos publicados sobre concursos em cada revista. Fonte: Tabela de publicações sobre concursos em revistas 1951-1983. Ver Apêndice B.

Ao analisar os dados levantados, podemos observar que as revistas se concentram em apenas três estados do sudeste: São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. A distribuição das publicações acontecem da seguinte forma, a maior concentração é no Rio de Janeiro com as revistas Arquitetura, Arquitetura Revista, Brasil Arquitetura Contemporânea, Casa

¹⁴ O Índice da Arquitetura Brasileira é uma produção pela USP que apresenta uma catalogação e classificação de artigos sobre arquitetura, urbanismo, arte e planejamento territorial publicados em revistas. O Índice é apresentado em três volumes separados cronologicamente: Volume I – 1950/1970; Volume II – 1971/1980; Volume III – 1981/1983.

& Jardim, CJ. *Arquitetura e Módulo*. Seguindo vem São Paulo com *A Construção em São Paulo*, *Acrópole*, *AD Arquitetura e Decoração*, *Habitat* e *Revista Projeto*. Por fim, Minas Gerais com *Arquitetura e Engenharia* e *Pampulha*. As quatro revistas com mais publicações são, respectivamente, *Acrópole*, com 28 publicações; *Projeto*, com 18; *Arquitetura* com 17; e *Habitat* com 13. As outras revistas não apresentaram mais de 10 publicações neste período. Um dado importante observado é que alguns concursos foram publicados em mais de uma revista.

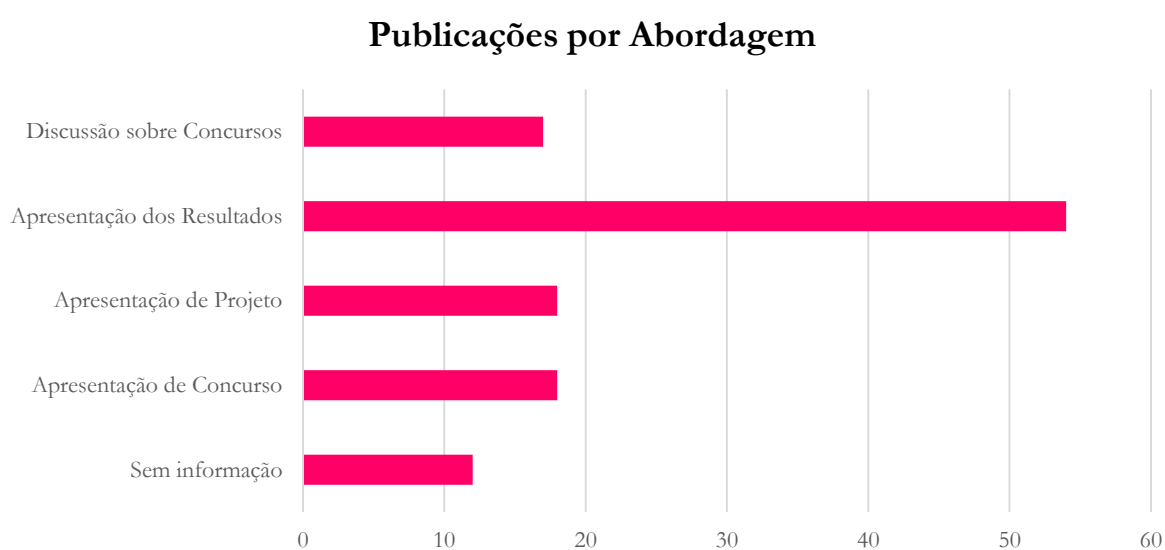


Gráfico 5 - Quantidade de publicações sobre concursos de acordo com o tipo de abordagem. Fonte: Tabela de publicações sobre concursos em revistas 1951-1983. Ver Apêndice B.

As publicações encontradas foram classificadas em cinco tipos de abordagens: sem informação encontrada, apresentação de concurso, apresentação de projeto, apresentação dos resultados e discussão sobre concursos. Apenas 12 publicações não tiveram suas abordagens identificadas. A maior parte dos artigos está relacionada à apresentação dos resultados. Essa abordagem tem um grande valor na difusão das ideias da arquitetura e na abertura de discussões sobre os resultados e eficiência do processo, no entanto, a reduzida ênfase na publicação da apresentação e discussões dos concursos, equivalente a um terço das publicações de resultados, implica em uma diminuição ao acesso de informações relativas

a novos eventos como não torna público o debate sobre a prática dos concursos.

Ao fazer o recorte das publicações com discussão sobre os concursos, ver Tabela 1, realizou-se uma análise uma pouco mais precisa do que era discutido nesse período. Foram identificados 17 artigos com essa abordagem, mas não foi possível identificar os autores de seis destes.

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano
Normas básicas para concursos de arquitetura	Rino Levi e Roberto Cerqueira César	Arquitetura e Engenharia	21	1952
Monumento a Rui Barbosa: o concurso visto sob novo aspecto	José de S. Reis	AD Arquitetura e Decoração	11	1955
Deve-se sempre proceder a concursos de arquitetura	Geraldo Ferraz	Habitat	26	1956
Em torno do concurso do plano piloto para a nova capital do país	-	Arquitetura e Engenharia	42	1956
Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto	Eduardo Corona	Acrópole	283	1962
Sobre concursos públicos de arquitetura	Miguel A. Pereira e J. C. Paiva da Silva	Habitat	70	1962
A propósito dos Concursos de Arquitetura	Eduardo Corona	Acrópole	307	1964
Concursos de arquitetura: regulamento	-	Arquitetura	27	1964
Regulamento para concursos de arquitetura	-	Acrópole	309	1964
No CREA-SP, a valorização do concurso de projeto	Ubirajá Gilioli	A Construção em São Paulo	1587	1978
O bom exemplo que chega de Minas	-	A Construção em São Paulo	1733	1981
Os concursos de arquitetura em 81	-	Pampulha	6	1982
Obra do Berço gera polêmica	Ernesto A. J. Paganelli	Projeto	43	1982
Os concursos de projetos de arquitetura	Maurício Andrés	Projeto	48	1983
Um ambiente favorável à discussão	Ana Elvira Zauli	A Construção em São Paulo	1872	1983
A cidade discutida pela própria cidade	-	A Construção em São Paulo	1866	1983

Dificuldades não impedem a apresentação de trabalhos de qualidade	Mauro Neves Nogueira	Projeto	49	1983
---	-------------------------	---------	----	------

Tabela 1 - Tabela das publicações com discussão sobre os concursos. Fonte: Tabela de publicações sobre concursos em revistas 1951-1983. Ver Apêndice B.

O primeiro ponto que podemos observar é que a discussão estava concentrada em São Paulo. Minas Gerais ainda conta com uma participação um pouco maior, mas o Rio de Janeiro apresenta só uma. O segundo ponto é que a maioria dos textos identificados, 12 trabalhos, abordam a discussão dos concursos em defesa dos eventos e dos arquitetos, buscando regulamentar e ilustrar o benefício da prática para o desenvolvimento da cidade e do edifício. Podemos destacar dois artigos que foram escritos em duas revistas mas que se relacionam, são eles: “O bom exemplo chega a Minas” (1981) na revista *A Construção em São Paulo* e “Os concursos de arquitetura em 81” (1982) na revista *Pampulha*. Os dois textos abordam a prática dos concursos em um estado e em um ano específico. Também cabe ressaltar, que alguns dos autores dos artigos eram participantes vitoriosos de concursos, como o caso de Miguel Pereira que escreveu junto de J. C. Paiva da Silva o artigo “Sobre concursos públicos de arquitetura” (1962) na revista *Habitat*.

Diante do levantamento apresentado e sistematizado pode-se afirmar que os concursos no Nordeste, em especial no Ceará, têm um lugar pouco destacado na historiografia da arquitetura brasileira. Na região, os trabalhos já abriram espaço para o debate dos concursos, e no caso do Ceará essa pesquisa inicia os certames como tema principal ao estudar os caminhos dos concursos de arquitetura no estado. Nas revistas, que são espaços de promoção e debate mais acessível aos arquitetos em geral, foram encontrados menos relatos sobre eventos no Nordeste e nenhum relativo ao Ceará. Essas constatações reforçam a importância do levantamento e análise dos concursos no Ceará.

A partir do histórico aqui apresentado dos concursos no Brasil, o desenvolvimento da legislação relativa a realização dos eventos e a sistematização das pesquisas e escritos sobre o tema, cria-se uma base teórica e histórica dos certames no Brasil e que permitem o levantamento

e sistematização dos concursos realizados no Ceará apresentados no capítulo seguinte.

3. PANORAMA DOS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO CEARÁ

3.1. PERSPECTIVA HISTÓRICA DOS CONCURSOS NO CEARÁ

A prática de concursos de arquitetura em Fortaleza é recente quando comparada com a realização de certames no país. Os primeiros registros são do final da década de 1950 e início de 1960, retardados quase cem anos após os concurso da Casa de Cadeia de Vilas e do Teatro Lírico do Rio de Janeiro.

Ao observar o Gráfico 1, no capítulo anterior, pode-se notar que a década de 1960 é o momento em que há a maior realização de concursos no país. Afim de poder contextualizar a efetivação dos eventos no Brasil com a prática no estado do Ceará, foram isoladas no Gráfico 6 apenas as décadas coincidentes entre o caso do Brasil e do Ceará. Nota-se que de 1960 para 1980 há uma diminuição nas realizações dos eventos. Essa queda é acentuada entre 1980 e 1990, que então suaviza e retorna a crescer na década seguinte.



Gráfico 6 - Concursos realizados no Brasil entre 1960 e 2018. Fonte: Elaborado pelo autor baseado em Flynn (2001) e Sobreira (2019)

Fortaleza concentra a maioria dos concursos realizados no estado. Os eventos que se tem registro e que não ocorreram na capital aconteceram

em Sobral¹⁵. É importante observar que, em todos os casos fora da capital, o prefeito neste período faz parte de um grupo político¹⁶ forte e que chegou pela segunda vez ao Governo do Estado, nas eleições de 2006.

Concursos no Ceará entre 1969 e 2017

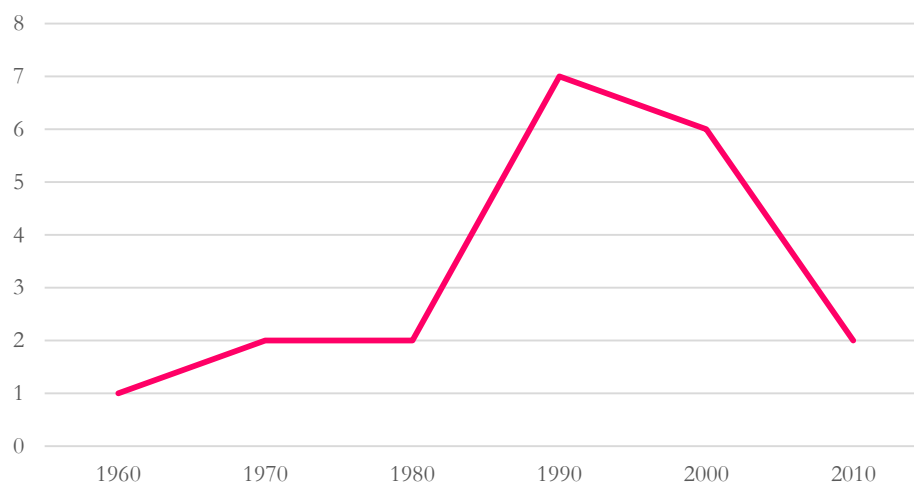


Gráfico 7 - Concursos realizados no Ceará entre 1969 e 2017. Fonte: Elaborado pelo autor.

O Gráfico 7, que apresenta os certames realizados no Ceará, indica um pequeno crescimento entre as décadas de 1960 e 1980 e um pico de crescimento em 1990. A década seguinte ainda tem uma realização significativa para o Estado, mas em 2010 é possível observar uma queda brusca para o mesmo número dos anos 1970 e 1980. Ao comparar o auge no caso brasileiro com o cearense, o número estadual de 7 concursos corresponde a 5% da realização no país.

Ao relacionar a quantidade de concursos realizados no Ceará e os realizados no Brasil, pode-se notar não só uma discrepância no número de eventos, mas também uma inversão de ascensão, no momento em que o Estado apresenta o seu auge de eventos, o país tem uma significativa baixa

¹⁵ Os concursos realizados foram: Concurso Nacional para a Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú (2001); e Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral (2006).

¹⁶ A família Ferreira Gomes é uma das forças políticas no estado do Ceará e que já está na quarta geração na política no estado e no município de Sobral. Filhos de José Euclides Ferreira Gomes, ex-prefeito de Sobral, Ciro, Cid e Ivo Gomes (quarta geração), estiveram e continuam a ocupar cargos políticos no estado e no município. Ciro Gomes: Deputado Estadual no Ceará (1983-1988); Governador do Ceará (1991-1994). Cid Gomes: Prefeito de Sobral (1997-2004); Governador do Ceará (2007-2015). Ivo Gomes: Prefeito de Sobral (2017-atual (2019)).

na realização dos concursos, demonstrando que os movimentos no estados estão desconexos com o restante do país. Este comparativo pode ser observado no diagrama da Figura 24.

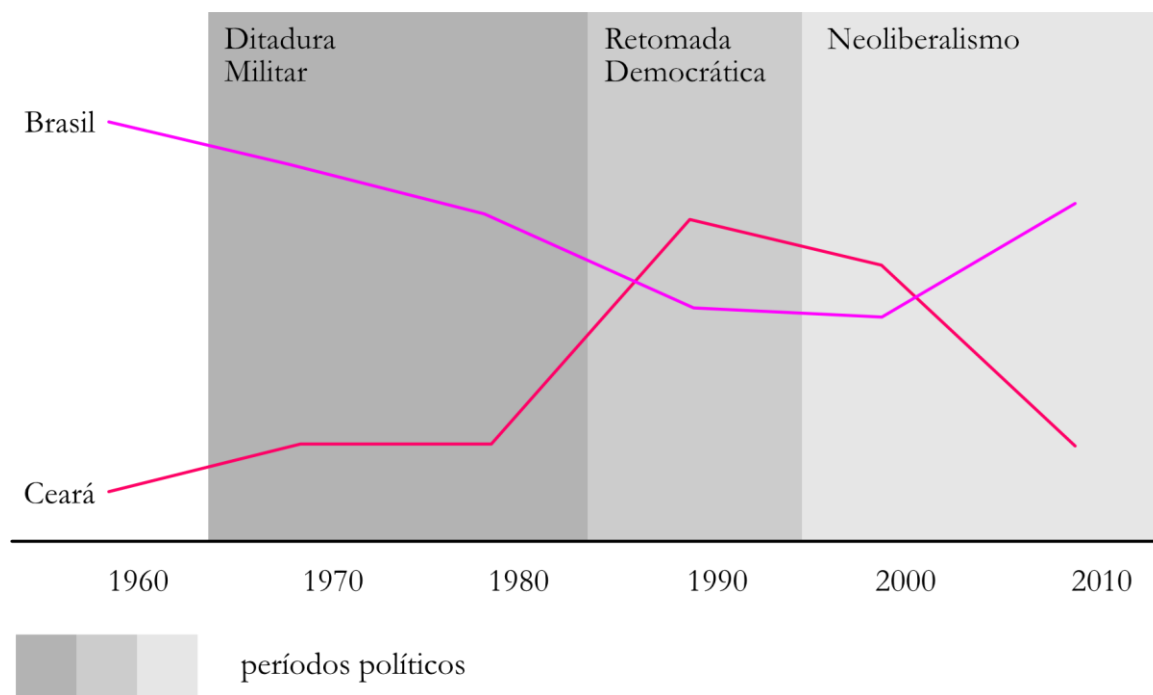


Figura 24 – Diagrama da relação entre a realização de concursos no Brasil e no Ceará nas décadas estudadas. Fonte: Elaborado pelo autor.

Assim, este capítulo se propõe a apresentar um panorama dos concursos no estado do Ceará identificando os eventos realizados, seus vencedores e o contexto em que aconteceram. Além disso, busca também apresentar e discutir os agentes que participaram dos processos e o papel do arquiteto nessa prática.

A virada da década de 1950 para 1960 é marcada pelo retorno à Fortaleza dos primeiros arquitetos que haviam migrado para estudar nas faculdades de arquitetura, principalmente, de Arquitetura na Escola de Belas Artes de Pernambuco, em Recife, e na Faculdade Nacional de Arquitetura da Universidade do Brasil, no Rio de Janeiro. Outro marco na década de 1960 é a criação em 1965 da Faculdade de Arquitetura da Universidade Federal do Ceará – UFC, que inaugurou uma cultura arquitetônica mais erudita na cidade. A partir da presença dos arquitetos na cidade, iniciou-se uma prática de concursos de arquitetura, confirmado o fato de que a

formalização da profissão e o advento do modernismo arquitetônico contribuíram para suscitar formas de contratação de projeto diferenciadas.

Antes mesmo da Escola de Arquitetura da UFC, foi criado no ano de 1957, a seção cearense do Instituto de Arquitetos do Brasil- IAB/CE. A entrada do Instituto no cenário arquitetônico ajudou a fortalecer a luta da classe profissional, com isso, a promoção e organização de concursos passou a fazer parte das suas ações. Sua presença não foi unânime nos certames no estado, mas colaboraram na maioria dos eventos.

O primeiro concurso de arquitetura que se tem registro foi o concurso para a Concha Acústica da UFC. Esse concurso foi consequência de uma conversa entre o então Reitor Martins Filho, da UFC, e o Reitor Alípio Correia Neto da USP sobre o interesse do primeiro em construir um espaço desses na recém criada UFC. O certame foi organizado por Hélio Duarte para os alunos concludentes da do curso da USP, tendo como vencedores os então estudantes de arquitetura Fábio e Ruth Kok de Sá Moreira.

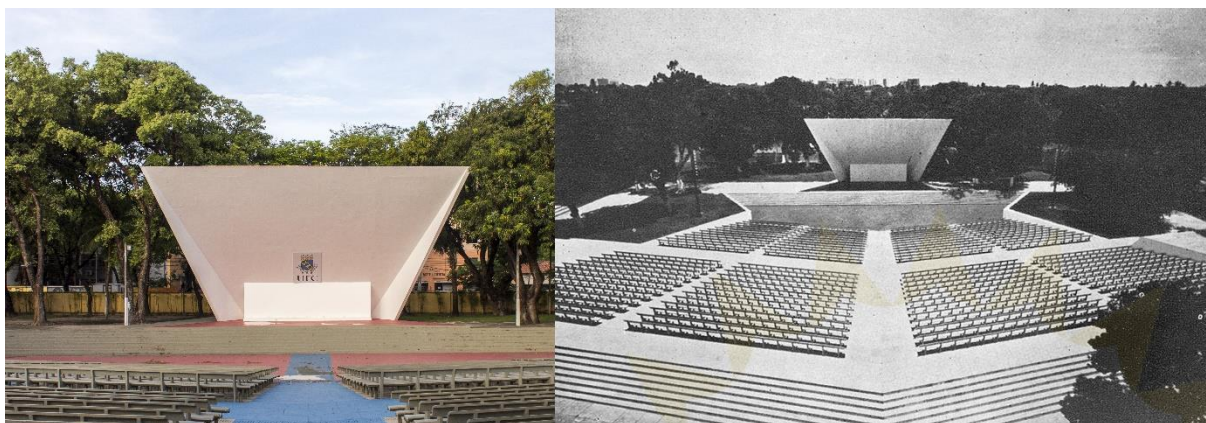


Figura 25 - Concha acústica da UFC (2016). Fonte: Acervo do arquiteto e fotógrafo Igor Ribeiro | Revista Acrópole n. 227 ano 1961.

Segundo Castro (2004, apud SAMPAIO NETO, 2012), Helio Duarte, que viria a ser o primeiro diretor da Escola de Arquitetura da UFC, havia recebido a solicitação do reitor da USP, para fazer o projeto para a UFC, mas que por respeito ao corpo técnico de arquitetos da universidade, muitos conhecidos dele, optou em transformar a demanda em um concurso para estudantes.

Em 1960 foi realizado Concurso de Projeto para a Sede da Prefeitura Municipal de Fortaleza. Este certame foi encerrado antes mesmo de haver julgamento além de uma denúncia de favorecimento a um profissional. O então prefeito, Manuel Cordeiro Neto, convidou para ajudar no processo o arquiteto Hélio Modesto que veio visitar Fortaleza e retornou ao Rio de Janeiro com os projetos para serem avaliados, mas, no entanto, ficou por isso mesmo e nunca deu retorno sobre o resultado. Essa falta de resposta pode estar diretamente relacionada ao fato de um arquiteto participante ter sido denunciado, uma vez que o prefeito fazia visitas ao seu escritório durante o processo de seleção¹⁷.

Dois anos após esse concurso não bem sucedido, em 1962, foram realizados dois certames privados na cidade. O primeiro foi para a Sede da Fortaleza Gás Butano fundada pelo Deputado Federal Moisés Santiago Pimentel e concorrente direto da empresa de Edson Queiroz, Ceará Gás Butano¹⁸. Este foi um processo de convite indireto sem edital formal, onde o cliente divulgou na imprensa uma chamada de projeto e os interessados em participar deveriam adquirir as informações necessárias diretamente com o proponente. Como na época havia poucos arquitetos na cidade, a seleção contou com uma grande participação de decoradores e práticos¹⁹. O vencedor do projeto foi o arquiteto José Neudson Braga, recém chegado do Rio de Janeiro, que destacou que ter ganho este encomenda proporcionou visibilidade no novo mercado de arquitetura em Fortaleza²⁰. A obra, localizada em um terreno no Centro da Cidade, ao ser construída, teve destaque através do uso de materiais de construção pouco utilizados na cidade como o caso de esquadrias de alumínio de produção local. Essa distinção através dos matérias indicam nos concursos as possibilidades de maior experimentação das novas tecnologias e o papel de propaganda arquitetônica dos edifícios.

¹⁷ Informação coletada em entrevista concedida pelo arquiteto José Neudson Braga ao autor no dia 28/02/2019

¹⁸ Atualmente a empresa se chama Nacional Gás.

¹⁹ Aqueles que exerciam as atividades de projeto de arquitetura sem uma formação acadêmica, de forma prática.

²⁰ Entrevista concedida pelo arquiteto Neudson Braga ao autor no dia 05/05/2016

A segunda seleção de 1962 foi para a ampliação da Sede Social do Iate Clube de Fortaleza e reforma do edifício existente. Este processo foi realizado através de convite direto e teve como vencedor também o arquiteto José Neudson Braga. Como o próprio arquiteto comenta²¹, o projeto não chegou a ser desenvolvido devido à uma mudança na diretoria do clube que optou em não seguir com o projeto fruto da seleção. Nesse caso, pode-se observar quão decisivo é o poder dos gestores e como facilmente um resultado pode ser descartado de acordo com a conveniência destes. Por mais que fosse uma seleção privada, a instituição deveria ter respeitado o processo do certame.

No ano seguinte, 1963, foi realizado o concurso para a Sede da Escola de Administração do Ceará²², em terreno da Rua Jaime Benévolo com a Av. Duque de Caxias. A escola, segundo Sampaio Neto (2015), na época, funcionava em uma casa simples alugada, após serem expulsos da Faculdade de Ciências Econômicas da UFC. Especula-se que houve participação do IAB-CE nesta competição, que na época se encontrava sob a administração do arquiteto José Armando Farias, fundador e delegado entre 1957 à 1963. O projeto vencedor foi do arquiteto José Liberal de Castro e o segundo lugar ficou com José Neudson Braga. O projeto não chegou a ser executado devido à uma provável falta de recursos.

A década de 1960 teve um crescimento expressivo na quantidade de concursos de arquitetura a nível nacional. No Ceará não foi diferente, no entanto a proporção foi bem reduzida. O período da Ditadura Militar foi de fortalecimento da imagem das instituições públicas, nesse contexto, os concursos realizados nesse período foram dedicados aos edifícios sede e administrativos de instituições estaduais e federais. Ao observar esse período no Brasil, Santos (2002) destaca que muito se construiu nessa época, mas sem nenhuma crítica, seguindo as obras já consolidadas dos grandes mestres. No caso do Ceará verifica-se um período em que os

²¹ Idem.

²² O diretor da Escola de Administração na época é Mozart Soriano Aderaldo.

primeiros arquitetos, formados fora do estado, estavam iniciando suas práticas com a influência de suas escolas e as adaptando para a realidade regional do Ceará.

Economicamente, o Estado se encontrava em um momento de incentivo e incremento do desenvolvimento econômico pelo viés da industrialização nos moldes do planejamento estatal gestado com a criação das SUDENE e do BNB. Neste contexto, surgiu o PLAMEG I – Plano de Metas Governamentais – (1963 - 1966), instituído pelo governador Virgílio Távora, que criou o aparato institucional necessário à implantação deste modelo de desenvolvimento, composto por: Superintendência do Desenvolvimento Econômico e Cultural do Ceará (SUDEC), Companhia de Desenvolvimento do Ceará (CODEC) e Banco do Estado do Ceará (BEC) (PAIVA, 2005). Além disso, a gestão do Governador Plácido Aderaldo Castelo, segundo Lima (2014), foi marcada por grandes obras que notabilizaram o seu poder, como a Estação Rodoviária de Fortaleza, a conclusão do Palácio da Abolição e o Estádio Plácido Castelo, popularmente conhecido como Castelão.

Para a elaboração do projeto do Estádio, ainda de acordo com Lima (2014), o IAB-CE organizou um concurso que contou com a inscrição individual de arquitetos²³ no Estado. Alegando conveniência de tempo, o Governo do Estado do Ceará cancela o concurso e sugere a reunião dos inscritos em uma única equipe para o desenvolvimento do projeto. No entanto, mesmo alegando conveniência de tempo, o Estádio foi inaugurado somente em 1973 e ainda incompleto.

²³ Arquitetos inscritos: Ivan Britto, José liberal de Castro, Gerhard Ernest Bormann, Reginaldo Mendes Rangel e Marcílio Dias de Luna. Estes arquitetos viriam a ser convidados para montar a equipe responsável pelo projeto do Estádio.



Figura 26 – Jogo no Estádio Plácido Castelo ainda incompleto em 1973. Fonte: Agência Diário

A partir deste concurso, desenha-se o marco inicial do recorte temporal deste trabalho. Assim, entre os anos de 1969 e 2017, foram identificados 20 concursos no estado do Ceará que serão apresentados cronologicamente. A seguir, apresenta-se a Tabela 2 com a lista deste concursos como forma de introduzir o panorama dos certames.

Concurso	Ano	Tipo
Sede do Banco do Estado do Ceará	1969	Arquitetura
Concurso público para Edifício Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Sede Ceará	1972	Arquitetura
Concurso Regional de Anteprojeto para a Sede da Direção Geral do banco do Nordeste do Brasil	1977	Arquitetura
Concurso de Projeto para a Sede Social da Associação dos Funcionários da Petrobras	1984	Arquitetura
Concurso Estadual de Anteprojetos Arquitetônicos para a nova unidade de emergência do Hospital Geral de Fortaleza	1986	Arquitetura
Concurso de Anteprojetos para o Posto Modelo de Fortaleza	1990	Arquitetura
Concurso de Projeto do Centro Administrativo Municipal de Fortaleza	1991	Arquitetura
Concurso Nacional de Anteprojetos para o Parque Ecológico da Maraponga	1991	Arquitetura / Urbanismo
Sede Sindicato dos Bancários	1992	Arquitetura

Concurso	Ano	Tipo
Concurso para a sede do TRT em Fortaleza	1993	Arquitetura
Concurso Nacional de Ideias para Embelezamento da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade	1999	Urbanismo
Concurso Público Nacional de Projeto Fortaleza Atlântica 2000	1999	Arquitetura / Urbanismo
Concurso Nacional para a Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú em Sobral	2000	Urbanismo
Concurso Público Nacional de Anteprojeto de Arquitetura para Construção do Edifício Sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - CREA/ CE	2001	Arquitetura
Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral	2003	Arquitetura
Concurso Público Nacional de Ideias para a Construção do Primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA de Fortaleza - CE	2005	Arquitetura
Concurso Público Nacional de Anteprojeto de Arquitetura para Requalificação de Delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana	2007	Arquitetura
Concurso Público Nacional de Ideias para o Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira-Mar em Fortaleza, Ceará	2009	Urbanismo / Paisagismo / Arquitetura
Concurso de Ideias para Design do Hub de Inovação do Nordeste	2016	Arquitetura
Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó	2017	Urbanismo / Paisagismo / Arquitetura

Tabela 2 - Tabela dos concursos realizados no estado do Ceará entre os anos de 1969 e 2017. Fonte: Elaborado pelo autor.

Entre os anos de 1968 e 1969, foi realizado o Concurso de Arquitetura para o Estudo Preliminar do Projeto para a Sede do Banco do Estado do Ceará (BEC). O certame foi organizado em parceria do BEC com o IAB-CE, que tinha como presidente o arquiteto Ivan da Silva Brito. O júri contou com a participação do arquiteto Miguel Alves Pereira além de um engenheiro do próprio banco e mais três arquitetos²⁴. A construção de

²⁴ Não foi possível identificar o nome de todos os participantes da comissão julgadora do Concurso.

agências e da Sede do BEC, objeto do concurso em questão, sinalizava a modernização pretendida pelo Estado, seja por meio da sua relação com o terciário público, formado por funcionários públicos das repartições emergentes, cumprindo a função de principal instituição financeira, seja por meio de incentivos financeiros para promoção de desenvolvimento no Ceará.

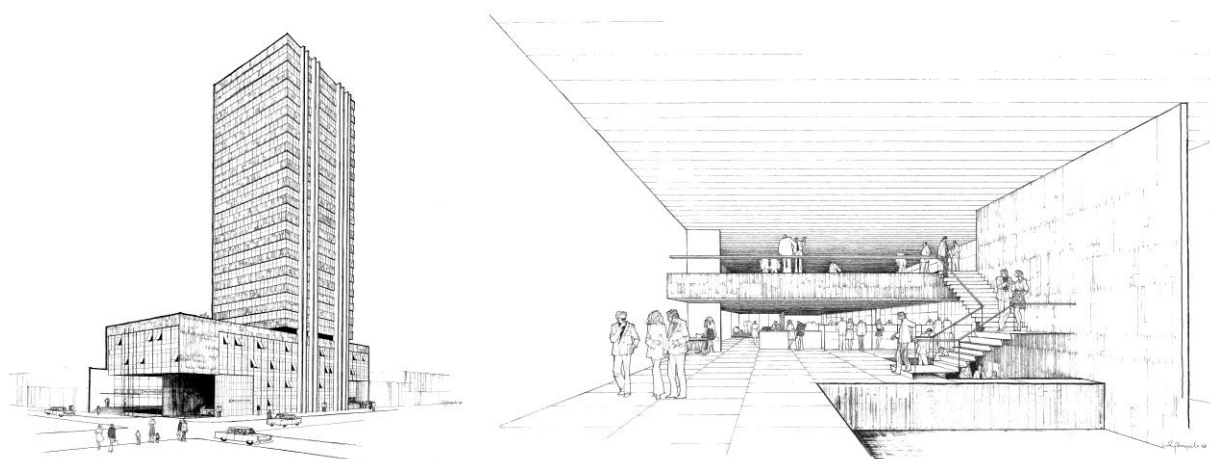


Figura 27 - Perspectiva principal do edifício e perspectiva interna do hall de entrada. Fonte: Acervo pessoal do arquiteto Neudson Braga.

O certame teve como vencedor o projeto do escritório do arquiteto José Neudson Braga, que à época já gozava de grande prestígio na cidade, tanto pela a sua atuação como professor na Escola de Arquitetura da UFC, como pela importância do seu escritório. O projeto provocou a indignação dos participantes após o resultado, pois este transgredia a legislação municipal vigente com relação ao gabarito da edificação.

Diante das mudanças provocadas pela Ditadura Militar, o então presidente Emilio Garrastazu Médici cria, em julho de 1970, através do Decreto-Lei nº 1.110, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA. Essa autarquia viria a ter as atribuições e responsabilidades dos então extintos Instituto Brasileiro de Reforma Agrária –IBRA, Instituto Nacional do Desenvolvimento Agrário – INDA e do Grupo Executivo da Reforma Agrária. Em 1972, o INCRA junto da Empresa de Urbanização de Fortaleza – EMURF, realizaram um concurso público para o Edifício Sede da Superintendência do INCRA no Ceará. A dupla de arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon, alunos da primeira e

segunda turma do curso de arquitetura da UFC e que se formaram em 1969 (DIÓGENES; PAIVA, 2013), venceu o certame, com apenas três anos de formados. Esta foi uma oportunidade em que os dois jovens arquitetos mostraram que mesmo tendo saído recentemente da universidade já possuíam capacidade de projetar um edifício de uma instituição federal reforçando o caráter democrático da contratação de projetos através dos concursos.

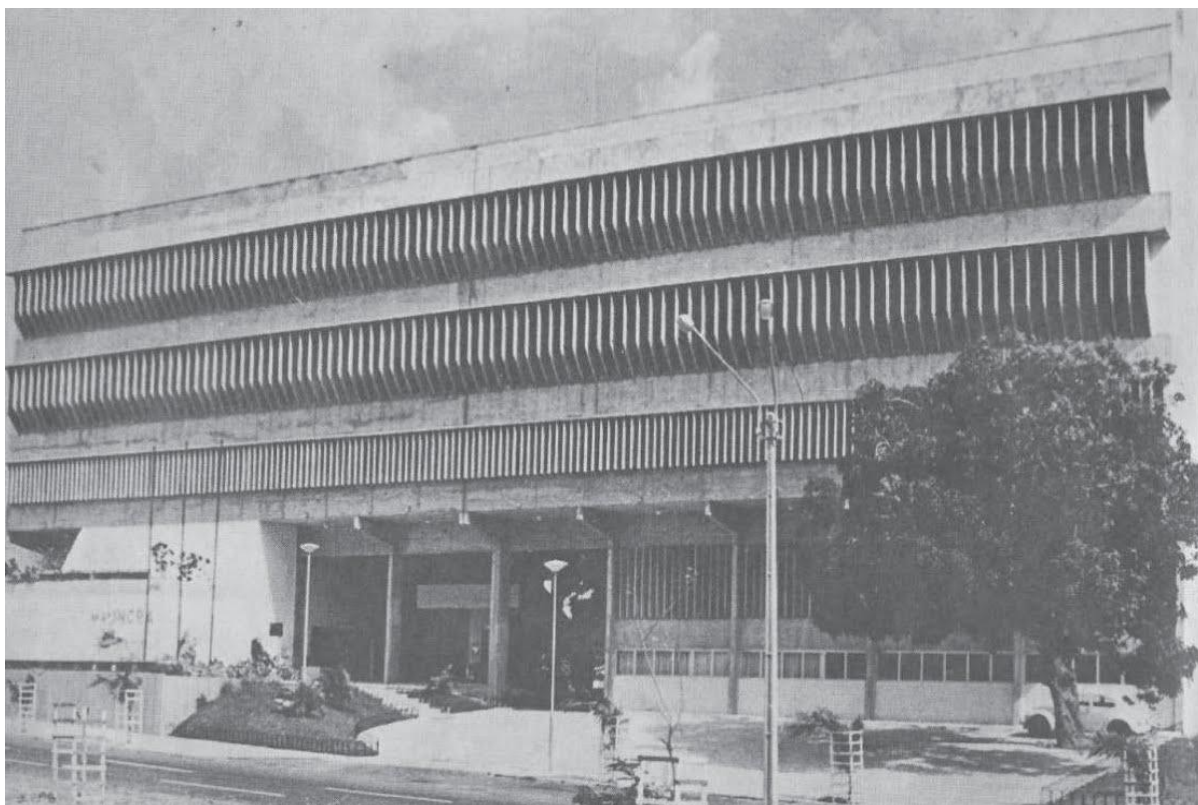


Figura 28 - Fachada leste da Sede do INARA no Ceará. Fonte: Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Panorama Cearense de Arquitetura Vol. II

O Ceará, inserido neste contexto, tem seu desenvolvimento e consequente aumento da produção de algumas tipologias de edifícios públicos decorrente dos investimentos nacionais no Nordeste, que datam do início da segunda metade do século XX. Neste contexto, vários órgãos e instituições são implementados no Estado, em especial na capital Fortaleza, e estes começam a demandar construções para abrigar suas atividades. Surge, então, a necessidade de se construir edifícios governamentais, instituições de ensino superior, bancos (como o Banco do Nordeste – BNB e o Banco do Estado do Ceará – BEC), distritos industriais e vários outros. (BRAGA, 2017, p. 73-74)

O Banco do Nordeste do Brasil – BNB, no ano de 1977, lança o Concurso Regional de Anteprojeto para a Sede da Direção Geral do BNB – Edifício

Raul Barbosa. Em contraponto ao primeiro choque do petróleo, em 1973, o Banco tinha um plano estratégico, dentro de políticas nacionais, para continuar o desenvolvimento da economia do Nordeste permitindo a expansão da instituição.

Graças ao referido plano administrativo, mesmo com a mudança no cenário econômico nacional, o BNB continuou, então, o seu processo de crescimento e, também, de construção de seus edifícios. (NOGUEIRA, 2018. p. 69)

O então processo de seleção do projeto foi através de convite. Acredita-se que não houve participação do IAB-CE na organização do certame pois o presidente do instituto na época, Antônio Carlos Campelo Costa, fez parte da equipe vencedora. Juntos na equipe estavam os arquitetos Nelson Serra e Neves, José Alberto de Almeida e Carlos Alberto Costa. O projeto foi executado, sendo inaugurado nos primeiros anos da década de 1980, porém não foi construído exatamente como estava no projeto vencedor. O prédio teve apenas três módulos de pavimento executados, diferente dos sete do projeto original. De acordo com matéria a Revista Projeto (1988), se construído integralmente seria um dos marcos da verticalização acentuada que o centro de Fortaleza conheceu na década de 1970.

O edifício foi publicado duas vezes pelo grupo Projeto Editores. Primeiro foi veiculado no Cadernos Brasileiros de Arquitetura – Panorama da Arquitetura Cearense no ano de 1982 e novamente na Revista Projeto n. 114, 1988 que apresenta o cenário da arquitetura do Norte/Nordeste. As duas publicações apenas informam que o edifício foi fruto de concurso mas em nenhum dos casos abre o debate sobre o assunto.



Figura 29 - Maquete e edifício construído. Sede da Direção Geral do BNB - Ed. Raul Barbosa. Fonte: Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Panorama Cearense de Arquitetura Vol. II e acervo do Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização da UFC – LoCAU.

Diferente do restante do país, os anos da Ditadura Militar foi de poucos concursos na cidade. Em vinte anos, de 1969 à 1984, foram apenas quatro eventos registrados, resultando em uma média de um concurso a cada cinco anos. No entanto, nesse período, mesmo as instituições no Ceará não realizando um número expressivo de seleções abertas, estas foram importantes no desenvolvimento da arquitetura cearense. Primeiro, de todos os eventos realizados, todos foram vencidos por arquitetos locais reforçando as características da produção regional. Em segundo, as instituições realizaram diversos projetos com arquitetos cearenses a partir de contratação direta. Entre os anos de 1968 e 1986, o BNB, maior instituição difusora da arquitetura cearense, segundo Nogueira (2018), 108 exemplares do total de 117 edifícios, tiveram a sua autoria relacionada com a cidade de Fortaleza. Contrapondo ao grande número de contratações de arquitetos cearenses por parte do BNB, pode-se fazer um exercício de conjecturar o potencial de concursos que poderiam ter sido realizados pelo Banco ao invés de contratações diretas, teria um impacto significativo nos profissionais da cidade e na consolidação da prática no Estado.

Na virada das décadas de 1970 para 1980, para além dos efeitos da crise econômica brasileira e toda a pressão popular pela redemocratização do país, o estado do Ceará passou por grande estiagem entre os anos de 1979 e 1984 prejudicando significativamente a pecuária e a exportação de algodão. Esse conjunto de dificuldades e a pressão pela redemocratização contribuíram para o declínio dos chamados coronéis e uma mudança política no estado e na capital.

Os coronéis dominaram o estado com punho firme graças ao apoio da ditadura. Com a democracia liberal, sucumbiram. Ao mesmo tempo, o eixo tradicional da economia, centrado no binômio gado- algodão, e um dos sustentáculos dos currais eleitorais dos coronéis no interior, após sofrer abalos contínuos, ruiu por completo como um castelo de areia. (FARIAS, 2012, p. 425)

No cenário político de Fortaleza, entrava em cena uma personagem que comprovava que as tradicionais oligarquias estavam em crise, a prefeita Maria Luíza Fontenele, do Partido dos Trabalhadores – PT. Maria Luíza representou uma ruptura muito grande. A Prefeita enfrentou muitas dificuldades tanto por boicotes das classes dominantes da cidade e dos executivos estaduais e federais. Isso reflete diretamente na realização dos concursos, que só acontecem até o início da década de 1990 através de instituições estaduais ou federais.

Em 1986, junto a um conjunto de concursos realizados após a abertura democrática do país, foi realizado em Fortaleza o Concurso Estadual de Anteprojetos Arquitetônicos para a nova Unidade de Emergência do Hospital Geral de Fortaleza. Organizado pelo Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social – INAMPS em parceria com o IAB-CE, sob presidência da arquiteta Águeda Maria. O projeto vencedor é de autoria de Augusto Alves Filho, Maria Aparecida Motta Sá e José Augusto Martins Pessoa, que contou com consultoria na parte estrutural e médica. No ano seguinte ao certame, o Hospital ainda em projeto, foi publicado na revista Projeto, n. 104.

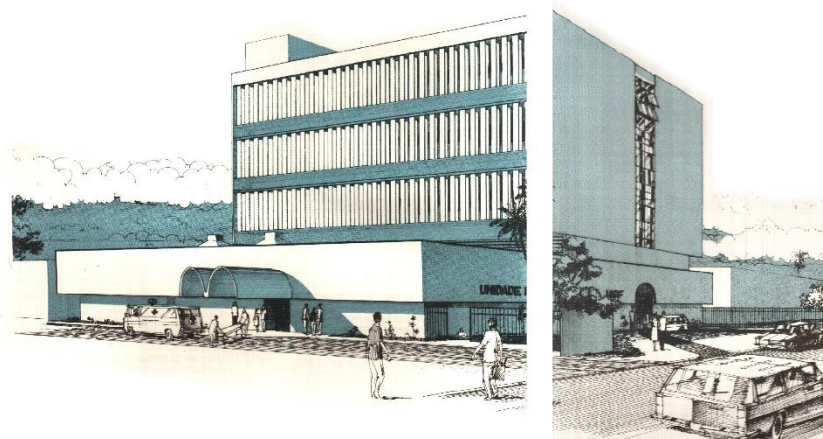


Figura 30 - Perspectiva da expansão da emergência do HGF. Fonte: Revista Projeto, n.104, ano 1987.

Entre meados da década de 1980 e 1990 a Petrobrás este direta e indiretamente relacionada à realização de dois concursos em Fortaleza. A empresa já estava implantada na cidade desde o ano de 1966 com a Refinaria Lubrificantes e Derivados do Nordeste – Lubnor. O primeiro concurso realizado pela Associação dos Funcionários da Petrobrás e foi o para o Clube de Funcionários, em 1984, na Praia do Futuro, orla leste da capital, localizando-se apenas a 5 km da sua Refinaria. O concurso foi organizado pelos próprios membros da Associação e contou apenas com uma orientação geral e compartilhamento de bases do IAB-CE²⁵. O projeto vencedor foi da dupla Mário Guerra Roque e Jayme Leitão, que na época era sócios. De acordo com Mário Guerra Roque²⁶ houve entre 10 e 12 participantes, todos arquitetos da cidade.

²⁵ Informação coletada em entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

²⁶ Idem.



Figura 31 - Clube dos Funcionários da Petrobrás. Fonte: Acervo do arquiteto Ricardo Paiva.

Quando o projeto construído foi publicado na revista *Projeto*, n 114, 1988, foi destacada a solução arquitetônica com estrutura metálica espacial com perfis em “L” e pouco usual na produção da cidade, que se apresentou eficiente. Além da publicação na Revista *Projeto*, também foi publicado na revista italiana *L’arca Magazine*²⁷ no entanto, não foi possível identificar a edição e ano da publicação pela informação incompleta na fonte e o acervo antigo da revista não estar disponível. As duas publicações do projeto são uma exceção diante dos outros resultados de concurso, principalmente no caso de uma publicação internacional.

O segundo certame foi pouco divulgado, dificultando o acesso as informações. Trata-se do Concurso de Anteprojeto para o Posto Modelo de Fortaleza, realizado no ano de 1990, que foi restrito para os profissionais da cidade. O projeto vencedor, de autoria do arquiteto Antônio Carlos Campelo Costa, não chegou a ser construído. Esse certame levanta uma questão interessante. Se por um lado o concurso de uma pequena edificação apenas para profissionais locais abre a possibilidade de ter seleções com abrangências de profissionais de acordo com sua escala. Por outro lado, a realização de concursos locais não abre espaço para o diálogo de ideias com profissionais de um outro contexto.

A década de 1990 marcou uma expressiva realização de concursos dentro do panorama da cidade. Foram lançados sete eventos, sendo quatro

²⁷ Informação presente no currículo lattes do arquiteto Mário Roque. <http://lattes.cnpq.br/3884786186081686>

exclusivos de arquitetura e três de intervenções na escala urbana. Os concursos foram organizados dois por instituições federais, dois pelo Governo do Estado e dois pela Prefeitura Municipal. Pode-se observar que o poder público ainda é muito atuante nesses eventos. Verifica-se que, em todo o recorte da pesquisa, essa foi a década com a maior quantidade de concursos realizados. Esse período foi marcado pela emergência do “*Governo das Mudanças*”, que representava a política de uma nova elite empresarial. De acordo com Paiva (2011a), no início da década de 1990 o então governador Ciro Gomes lança o 1º Plano Plurianual que dá continuidade às ações iniciadas em 1987 por Tasso Jereissati, levando à ampliação de infraestruturas para o turismo e a modernização da indústria. Esses movimentos coincidem temporalmente com o início dos neoliberalismo no Brasil (PAIVA, 2011a) com o Plano Real, provocando um novo momento econômico no país.

Em 1991, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado do Ceará (SDU) junto ao IAB-CE lançam o Concurso Nacional de Concepção do Parque Ecológico Maraponga. Esta seleção surge após a criação do Parque Ecológico no local através do Decreto nº 21.349 de 03 de maio do mesmo ano com o objetivo principal de controlar a ocupação desorganizada da área garantindo a preservação do recurso hídrico, além de criar uma área livre verde contribuindo para a melhoria na qualidade do ar, promover a educação ambiental e criar uma área de lazer para a população. O certame contou apenas com cinco propostas enviadas e que não abordavam a questão do parque da forma esperada.

“[...] a Comissão Julgadora verificou que, na sua totalidade, as soluções se encaminharam para uma proposta de Parque Urbano, sem maior aprofundamento no conjunto de questões que envolvem o conceito de Parque Ecológico.” (PARQUE ECOLÓGICO DA MARAPONGA, 1991a)

Dentre as cinco propostas recebidas, a Comissão Julgadora, formada pelos arquitetos Paulo de Mello Bastos, José Neudson Bandeira Braga, José Alberto de Almeida, Maria do Carmo Nogueira Cavalcante e Luiza Marilac Ximenes Cabral, atribuiu o primeiro lugar à proposta nº 1, de autoria do arquiteto Roberto Gerardo Jereissati Filho, e o terceiro lugar ao projeto nº

4, de autoria do arquiteto Fausto Nilo. Mesmo com esse resultado curioso, este foi mantido pela Secretária em função da decisão do júri.

De acordo com o Edital (PARQUE ECOLÓGICO DA MARAPONGA, 1991b) o responsável pelo projeto vencedor seria contratado como consultor da equipe técnica da SDU que ficaria responsável pelo desenvolvimento do projeto executivo. No entanto, o projeto não foi desenvolvido e nem chegou a ser construído.

No mesmo ano, 1991, a Prefeitura de Fortaleza, sob o comando de Juraci Magalhães, também organizou um concurso fechado para o Centro Administrativo Municipal de Fortaleza. A proposta vencedora é de autoria do arquiteto Marcos Thé Mota e faz uso de uma estrutura espacial metálica que faz referência ao Centro Administrativo do BNB (1981), do mesmo autor em parceria com o arquiteto Wesson Nobrega Assim como o concurso do Parque Ecológico da Maraponga, o Centro Administrativo também não foi construído. Mesmo não sendo executado, o projeto foi publicado na Revista Arquitetura e Urbanismo, n. 40, no ano de 1992.

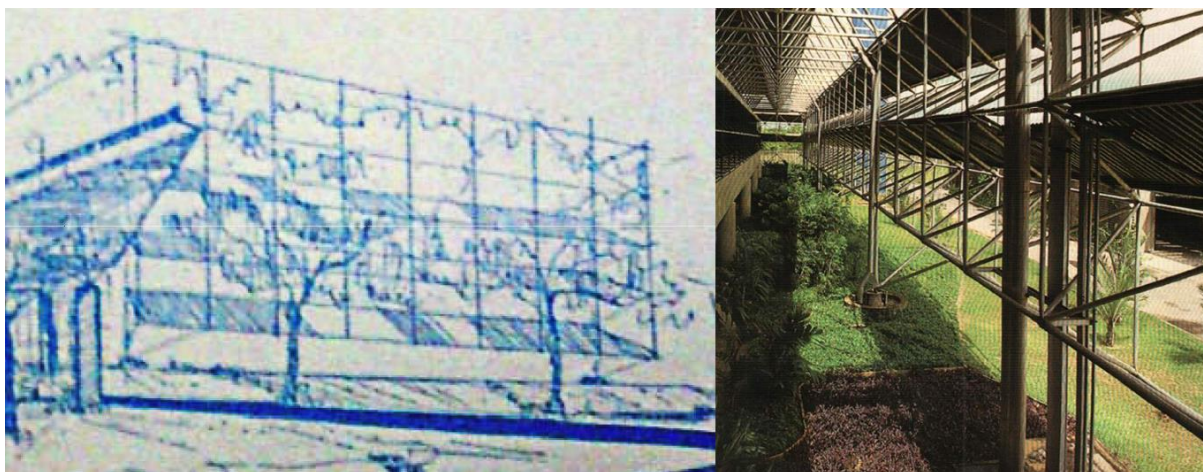


Figura 32 - Comparativo entre a proposta vencedora do concurso e a Sede Administrativa do BNB. Fonte: Revista Arquitetura e Urbanismo, n. 40, 1992 e Revista Projeto, n. 114, 1988.

Foi identificada a realização de um concurso para o Sindicato dos Bancários no ano de 1992. No entanto não foram encontradas maiores informações além dos dois primeiros projetos premiados. O primeiro lugar foi um projeto de autoria do arquiteto Napoleão Ferreira da Silva Neto e o segundo lugar o arquiteto Ricardo Muratori. Não foi possível

identificar se o projeto foi contratado para desenvolvimento, mas o projeto não chegou a ser construído.

No final do ano de 1993 a 7ª Região do Tribunal Regional do Trabalho organizou, em conjunto com o IAB/CE, o concurso para o edifício Anexo II, na mesma quadra onde a instituição se encontra desde 1971. A comissão julgadora contou com a participação dos arquitetos locais Roberto Castelo e José Nasser Hissa e escolheram como 1º lugar o projeto da equipe liderada pelo arquiteto Ricardo Muratori, que contou com a participação de Augusto Alves Filho. Após o resultado, o TRT realizou uma exposição com os projetos participantes em sua sede. No próprio edifício do Anexo II, eles ainda preservam uma maquete física do projeto vencedor.

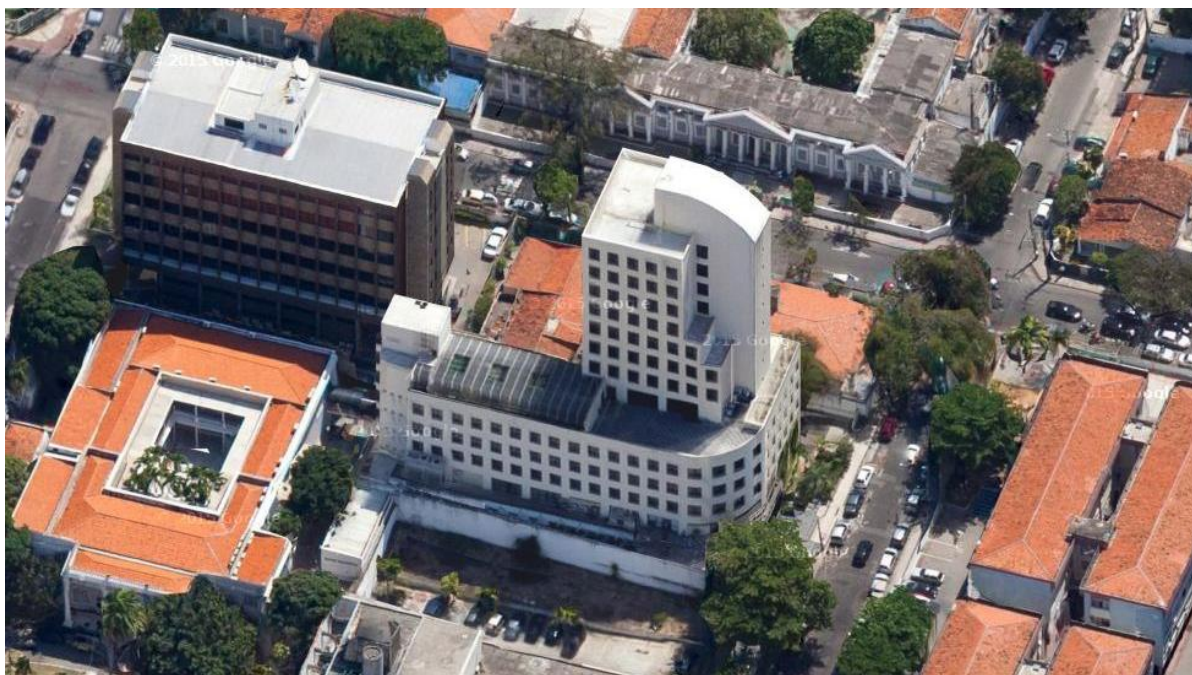


Figura 33 - Vista aérea do Anexo II do TRT-CE em Fortaleza. Fonte: *Google Maps 45° Imagery*

A tendência político-econômica adotada no país, com a crescente inserção nos fluxos globais por meio da estabilização monetária, competitividade e abertura do mercado interno, foi iniciado pelo então governador Tasso Jereissati em 1987 e continuado no seu segundo mandato na segunda metade da década de 1990. As ideias neoliberais acabaram fazendo o Governador privatizar, em 1998, a empresa de telecomunicação do estado, Teleceará, e a Companhia Energética do Ceará – COELCE. Junto a essas

privatizações, o país estava passando pela popularização da internet, que consequentemente aumentou o alcance de informações e conexões a nível global. Assim como outras cidades pelo mundo, a imagem da cidade começou a ter valor financeiro e gerar competitividade, atraindo assim, o interesse do capital privado.

Neste contexto, O Concurso Público do Anteprojeto de Arquitetura e Urbanismo da 1ª Etapa do Projeto Fortaleza Atlântica 2000 foi lançado em novembro de 1998 com o resultado apresentado em janeiro de 1999. O certame foi realizado por uma fundação apoiada por entidades de classe, Fundação Fortaleza Atlântica e contou com a participação do IAB-CE e da Secretaria de Turismo do Estado além do apoio do BNB. A Câmara de Dirigentes Lojistas – CDL foi o a entidade responsável pelo início dessa proposta, apresentada inicialmente para o Governo do Estado do Ceará, Prefeitura Municipal de Fortaleza, Capitania dos Portos, Companhia Docas e IAB-CE.



Figura 34 – Perspectiva digital da proposta vencedora do concurso. Fonte: Acervo Nasser Hissa.

O concurso recebeu poucas propostas e apenas de arquitetos da cidade. Uma das razões para essa baixa de inscrição foi o cronograma apertado confrontando o programa de necessidades grande. A comissão julgadora contou com a participação dos arquitetos Joaquim Guedes, Elvan Silva,

Milton Monte, Neudson Braga, Luís Vassalo Rosa (Portugal), e dos engenheiros José Carneiro de Andrade e Osmundo Evangelista Rebouças. Foram recebidas apenas cinco propostas. A equipe vencedora, e que recebeu um prêmio de 50 mil reais para desenvolver o projeto básico, foi a liderada pelos irmãos José Nasser Hissa e Francisco Nasser Hissa e contava ainda com Márcia Cavalcante, Antônio Campelo Costa, Romeu Duarte Junior, Roberto Castelo, Francisco Airton Correia Barbosa e Sérgio Sandler. O concurso não tinha segunda nem terceira premiação, mas teve duas menções honrosas. A equipe dos arquitetos Ricardo Muratori, Osvaldo Souza, Eugênio Celso e Patrícia Aquino ficou com a 1ª Menção enquanto a 2ª ficou com a equipe liderada pelo arquiteto Luiz Muniz Deusdará. Os dois projetos não premiados eram de autoria do arquiteto José Sales Costa Filho e do Luiz Fiúza, respectivamente.

A comissão julgadora, de acordo com o IAB-CE (1999), considerou que todas as propostas foram de altíssima qualidade e com nível internacional mas a escolha do vencedor se deu por unanimidade, o que comprova sua qualidade e inovação. Ainda acrescentam que esse evento foi importante porque coloca o concurso como a melhor opção para grandes projetos, para obras que modificam a cidade.

No ano seguinte ao lançamento do certame para a iniciativa público-privada do Fortaleza Atlântica 2000, a CDL, novamente, junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza lançam, em 1999, o Concurso Nacional de Ideias para Embelezamento e Valorização da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade que fazia parte da Ação Novo Centro. O objetivo era uma requalificação urbana e ambiental da área através de um plano de intervenções de longo prazo e um projeto piloto para a integração da Praça José de Alencar e a Praça da Lagoinha. Essa requalificação, segundo Fernandes (2004), necessitaria de estar pautada segundo uma visão prospectiva das características estruturais que se deveriam atribuir ao centro na medida da inserção da cidade nos processos decorrentes da globalização econômica. O concurso recebeu apenas sete propostas ficando os três prêmios com equipes cearenses. A comissão julgadora era composta por Vital Pessoa de Melo, Romeu Duarte Junior, José Alberto

de Almeida, José Paulo de Bem e Mauro Neves Nogueira. O projeto vencedor foi da equipe do arquiteto Ricardo Muratori que contou com a participação de Jean Togleate, Fabian Salles, Marcelo Gondim, Patrícia Aquino e Ricardo Sabóia. O segundo e terceiro prêmio ficaram, respectivamente, com os arquitetos José Sales²⁸ e Fausto Nilo.

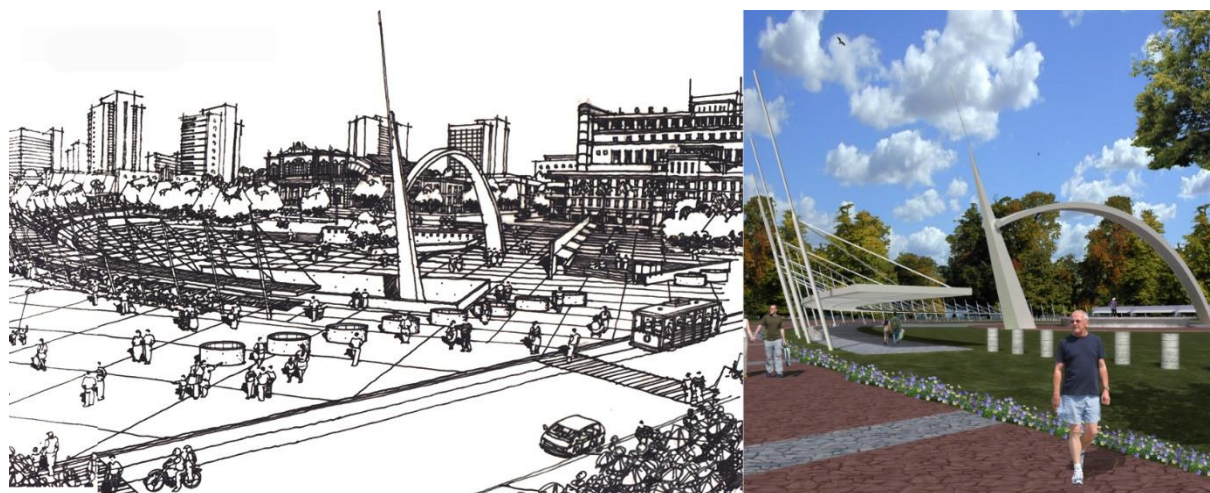


Figura 35 – Ilustração de autoria do arquiteto Fabian Salles e perspectiva digital da proposta vencedora do concurso. Fonte: acervo Ricardo Muratori.

Ao observar estes dois últimos concursos pode-se notar a presença da esfera privada na elaboração dos certames, com destaque para a CDL. Essas realizações público-privadas expõem a força das entidades promotoras e reforçam que esses projetos tinham interesses difusos, pois de um lado o poder público que devia priorizar o bem-estar urbano ao invés de usar as obras como alavanca eleitoral e do outro lado o setor privado guiado pela produtividade e competitividade urbana.

A criação de ícones urbanos e arquitetônicos constitui uma das principais estratégias utilizadas para a construção e reforço da imagem turística dos lugares, assim como servem para atrair investimentos públicos e privados para as cidades e regiões. Trata-se de um processo crescente de mercantilização da cultura, transformada em insumo para obtenção de vantagens econômicas. (PAIVA, 2011b)

A competitividade urbana não esteve presente na capital do estado, mas também chegou a Sobral. Foi o caso do Concurso Público de Anteprojeto

²⁸ Participaram também na equipe o arquiteto Daniel Ribeiro Cardoso, Nícia Paes Bormann, José da Rocha Furtado Filho e Ricardo Bezerra.

para Conjunto Paisagístico em Sobral/CE, realizado no ano de 2000. O certame foi uma promoção da Prefeitura Municipal de Sobral - PMS com a organização do IAB-CE. A comissão julgadora era composta por três arquitetos²⁹, sendo um indicado pelo IAB-CE, IPHAN e a PMS. O concurso foi realizado em duas etapas, a primeira a nível de estudo preliminar com apresentação de duas pranchas de 100x76cm e a segunda etapa a nível de anteprojeto apresentado em seis pranchas do mesmo tamanho. A primeira seleção escolheu três projetos finalistas que foram remunerados com R\$ 5.000,00 para o desenvolvimento do anteprojeto e o então vencedor recebeu a premiação de R\$ 20.000,00.



Figura 36 - Proposta vencedora do concurso para o Conjunto Paisagístico de Sobral e o projeto construído. Fonte: acervo do arquiteto Antônio Campelo Costa através de Suzuki (2016)

A proposta vencedora, apresentada na Figura 36, é de autoria de Antônio Campelo Costa e equipe. O projeto que ficou com o segundo lugar é de autoria do arquiteto Ricardo Fernandes e equipe. Não foi possível identificar os demais projetos finalistas. Cabe a observação de que este foi o primeiro registro de concurso de arquitetura no Ceará fora da capital, Fortaleza.

O Concurso Público Nacional de Anteprojeto de Arquitetura para Construção do Edifício Sede do Conselho Regional de Engenharia e

²⁹ Comissão Julgadora: José Alberto de Almeida (IAB-CE), Romeu Duarte Junior (IPHAN) e Francisco Edilson Aragão (PMS).

Agronomia do Ceará – CREA/CE³⁰, realizado em 2001, foi um certame com grande repercussão, pois tanto seria a sede regional do então conselho que os arquitetos estavam vinculados assim como não haviam tantos concursos sendo realizados no país. Essa seleção contou com grande participação nacional. Foram recebidos 76 propostas que após julgamento foram expostas em um shopping em Fortaleza. Das propostas premiadas podemos destacar o 1º Lugar para a equipe liderada pelo arquiteto Ricardo Muratori³¹, 2º lugar o escritório Projeto Paulista e o 3º lugar para o Grupo SP. Foram dadas 4º Menções as seguintes equipes: Carlos Alberto Maciel, dos Arquitetos Associados; Jonas Schettino; Alexandre Lacerda Landim; e Hélio Cavalcanti da Costa Lima. Neste certame podemos destacar que o projeto vencedor e uma das menções, de Alexandre Landim, são equipes cearenses.



Figura 37 - Propostas premiadas: 1º Lugar, 2º Lugar e 3º Lugar. Fonte: acervo Ricardo Muratori, acervo Projeto Paulista e acervo Grupo SP.

Após o concurso do CREA/CE houve um hiato de cinco anos sem a realização de certames em Fortaleza. Esse intervalo, provavelmente, é decorrente da situação econômica delicada do Estado que, segundo Farias (2012), se encontrava endividado de gestões anteriores com grandes obras e sofria com a crise econômica vivida pelo país desde 1998, o que veio a comprometer os investimentos governamentais e o amparo à população.

No entanto, contrapondo esse hiato na capital, foi realizado em 2003 o Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral. O concurso foi

³⁰ Antes da criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, no ano de 2010, os arquitetos eram vinculados ao CREA.

³¹ A equipe vencedora contou também com a participação de Jean Togleate, Fabian Salles e Daniel Pinho.

uma promoção da Prefeitura Municipal de Sobral com a organização do IAB-CE. No comando da Prefeitura estava Cid Gomes no seu segundo mandato. O concurso teve pouca repercussão, contando com apenas seis propostas. Essa é uma característica observada nos concursos no Ceará. Em grande parte dos certames foi detectada essa baixa participação de arquitetos.

O projeto vencedor é de autoria de Ricardo Muratori, Raquel de Carvalho e Patrícia Aquino. O arquiteto Ricardo Muratori relata³² que o processo de contratação ocorreu de forma transparente e que os honorários estavam de acordo com o volume de serviço e já previstos desde o início do processo.



Figura 38 - Ilustração do projeto vencedor do Mercado de Sobral. Fonte: Acervo pessoal do arquiteto Ricardo Muratori.

O primeiro mandato de Luizianne Lins³³ como Prefeita de Fortaleza sinaliza o encerramento de um ciclo político simbolizado pelas figuras de Juraci Magalhães e Antônio Cambraia, prefeito da cidade que mais tempo passou no poder. A vitória nas urnas de Luizianne também reflete um momento político onde os partidos da frente de esquerda ganham importantes disputas à cargos executivos, reforçados pela eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2003, como Presidente da República. Dentro do

³² Informação coletada em entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

³³ Luizianne Lins foi Prefeita de Fortaleza pelo Partido dos Trabalhadores (PT) por dois mandatos. O primeiro de 2005 à 2008 e 2009 à 2012.

plano de governo da Prefeita, há um entendimento que a juventude traz a possibilidade de inovação e a construção de um futuro renovado, proporcionando espaços de escuta, buscar um espaço social onde os jovens possam ser participantes dos processos de transformações através da cultura e do esporte.

A implantação dos Centros Urbanos de Cultura, Arte, Ciência e Esporte de Fortaleza fez parte do plano de campanha do primeiro mandato da Prefeita. Como uma demanda do Orçamento Participativo, Almeida (2009) afirma que a Prefeitura Municipal de Fortaleza tinha como objetivo construir uma unidade em cada uma das Secretarias Executivas Regionais (SERs), mas inicialmente foi contemplada apenas a SER I. O projeto de implantação continuou mesmo mudando a gestão da prefeitura, chegando ao ano de 2018 com mais duas unidades em funcionamento, o CUCA Jangurussu (SER VI) e o CUCA Mondubim (SER V), mas que não foram frutos de concurso.

O concurso foi realizado por uma parceria entre a Prefeitura de Fortaleza (PMF), Universidade Federal do Ceará (UFC), Instituto dos Arquitetos do Brasil (IAB/CE) e o Conselho Regional de Engenharia, Arquitetura e Agronomia (CREA/CE) e recebeu 45 propostas, sendo todas homologadas e aptas a serem julgadas. Essa diversidade de agentes organizadores expressa o comprometimento do certame em gerar um debate sobre o tema e assim proporcionar a escolha de um projeto mais adequado.

A comissão julgadora era composta por cinco membros e um suplente indicados pelos agentes responsáveis, sendo estes: o arquiteto Ivan Britto (IAB/CE), a arquiteta Zilsa Santiago (UFC), o projetista Eduardo Castro Melo (CREA/CE), o arquiteto Otacílio Lima Neto (PMF), o assessor de políticas da juventude Afonso Nunes de Sousa (PMF) e como suplente, o arquiteto Ricardo Paiva. O júri decidiu conceder duas menções e dois destaques além dos três prêmios.

O resultado permite observar que a concorrência teve um efetivo alcance nacional, pois dentro do premiado se encontram equipes do Ceará, São Paulo, Pernambuco, Santa Catarina e Paraná.

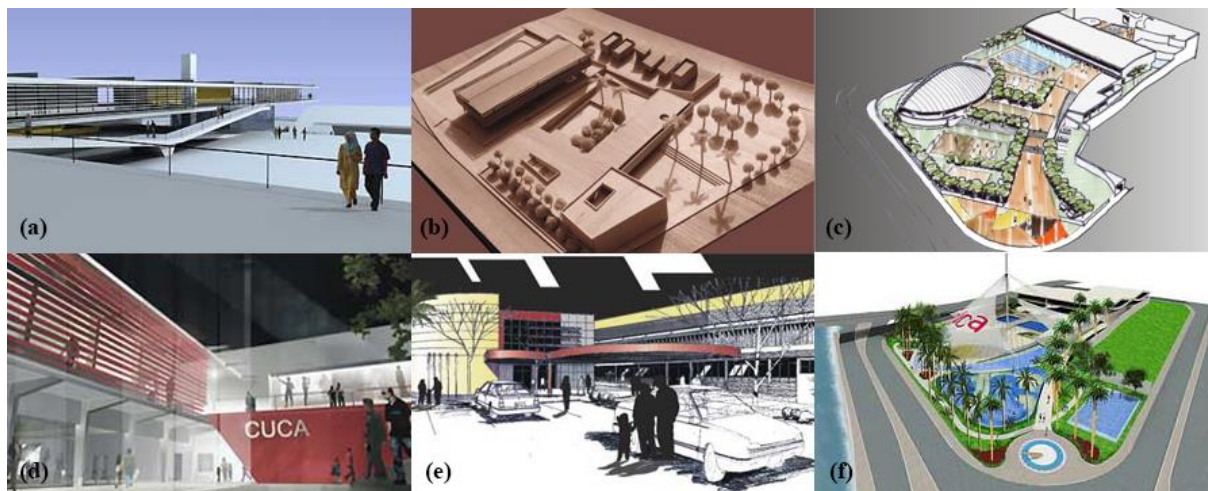


Figura 39 - Propostas premiadas dos destaques ao segundo prêmio: a) João Paulo Daolio, SP – destaque; b) Sérgio Sampaio, SP – destaque; c) Juliana Neves, PE – menção honrosa; d) Esdras Santos, CE – menção honrosa; e) Fazso Arq & Urb, SC – terceiro lugar; f) Luiz Fiúza, CE – segundo lugar.

O projeto vencedor do concurso foi do escritório Suzuki Arquitetura, de Londrina e, de acordo com a ata de julgamento,

se destaca entre as demais pela implantação e articulação do conjunto das edificações no terreno, respeitando o ambiente circundante através da hierarquia dos fluxos, acessos e disposição das funções do programa. A viabilidade econômica da proposta evidencia-se na manutenção racional e aproveitamento da estrutura do clube existente (edificação e piscina), integrando-a aos novos usos. Considera a temática ambiental, apresentando e justificando soluções sustentáveis e de conforto ambiental. Demonstra conhecimento e domínio do programa com solução espacial elaborada de forma consistente, criando linguagem arquitetônica de qualidade, resultando em um desenho harmônico identificado com a concepção institucional do CUCA (CUCA, 2006).



Figura 40 - Perspectiva digital do projeto vencedor do Concurso do CUCA.
Fonte: <http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/06.065/2640?page=3>.
Acesso: 23/05/2018

Após julgamento e divulgação do resultado, foi relatado pelos agentes públicos a tentativa de fraude do certame por parte de um participante local que havia sido premiado. Segundo Suzuki (2016, p. 171), este ofereceu à prefeita o seu projeto, que poderia ser doado sem nenhum custo para a realização da obra, em detrimento do classificado em 1º Lugar. A prefeitura não aceitou essa proposta e mesmo sendo um concurso de ideias, o projeto vencedor foi contratado e executado.

Depois de 16 anos de hegemonia do PSDB no Governo do Estado, uma oposição de centro assume o cargo. Como ação do primeiro ano de governo, o então Governador Cid Gomes, do PDT, promove através da Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social do Estado do Ceará e com organização do IAB/CE o Concurso Público Nacional de Anteprojeto de Arquitetura para a Requalificação de Delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana. O objetivo era escolher o melhor a melhor solução para a requalificação e definição da referência visual de nove delegacias de polícia. A comissão julgadora contava apenas com arquitetos locais³⁴. Este fato limita o interesse dos participantes, pois o julgamento deixa de ser plural, pois são grandes as chances da comissão ter uma formação semelhante resultando em uma visão homogênea. Segundo a Ata de

³⁴ Comissão Julgadora: Clélia Leite Carvalho, Eugênio Celso Leite de Oliveira, Romeu Duarte Junior, Mário Roque (coordenador do concurso) e Antônio Martins da Rocha Junior (presidente do IAB-CE 2004-2007)

Julgamento apenas seis projetos foram julgados, fato que a organização lamenta profundamente devido ao grande esforço das entidades promotoras e organizadoras para a realização do certame.



Figura 41 - Comparação entre a obra que foi realizada para as Delegacias de Fortaleza e seu projeto na época do Concurso. Fonte: Acervo UMPRAUM.

O projeto vencedor foi de autoria dos arquitetos Carlos Alberto da Cunha, Rafael Magalhães, Felipe Sardenberg e Juliana Ribeiro. As arquitetas Marina Hinckman Schwatz e Adriana Silva da Silva ficaram com o segundo prêmio, enquanto Ricardo Muratori, Esdras Santos e a então estudante Natália Gama, receberam o terceiro prêmio. O projeto foi desenvolvido e construído, transformando-se um dos edifícios símbolo da então gestão do Governo do Estado, sendo replicada por todo o Ceará.

A partir do final da década de 2000, podemos notar uma mudança no foco dos concursos na cidade. Os certames de escala urbana proporcionam uma maior propaganda e atraem o interesse por parte do poder público, com isso o objeto deixa de ser o edifício e passa a ser a cidade. Atualmente os municípios brasileiros ainda em crescimento vêm se desenvolvendo de forma desorganizada e exploratória com relação ao espaço. As cidades estão perdendo suas conexões com o meio natural e por muitas vezes encerrando relações históricas com a paisagem.

A cidade contemporânea enfrenta hoje problemas oriundos dessa dinâmica urbana que pouco ou nunca considerou os sistemas naturais como parte de seu processo de desenvolvimento. Dessa forma, o cenário que se apresenta é o de assentamentos ecologicamente desequilibrados, onde o uso compacto da terra afeta a biodiversidade e os fluxos naturais, trazendo consequências como inundações, má qualidade do ar, poluição dos corpos hídricos, ilhas de calor e a perda das relações sociais entre as pessoas e o meio ambiente. (FREITAS, 2017)

Diante dessa falta de discussão sobre a Paisagem Cultural nos projetos e desenvolvimento da cidade, fica evidente o papel das instituições da promoção deste debate. Para uma consolidação das instituições na produção do espaço público, Lara (2016) afirma que um catalisador para isso é a existência de um debate entre o Estado, os arquitetos e a comunidade acadêmica. No artigo “Projetando Instituições”, Lara (2016) entrevista 17 arquitetos de 8 países das Américas onde foram feitas perguntas sobre os modelos de contratação de obras públicas e como poderiam, estas contratações, se tornarem mais eficazes.

Neste ponto, chegamos a um outro importante catalisador da qualidade do espaço urbano mencionado por vários dos nossos entrevistados: a necessidade de formar profissionais para escolher e julgar (no caso de concursos) projetos com ênfase na qualidade e não quantidade. (LARA, 2016, p.38)

O Concurso Público de Ideias para o Plano de Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos para a Avenida Beira-Mar em Fortaleza, realizado no ano de 2009, foi organizado pela Secretaria de Turismo do Município de Fortaleza – SETFOR com a colaboração do IAB-CE. Este certame, conforme descrito no Termo de Referência (IAB-CE; SETFOR, 2009), visa estabelecer as diretrizes e ideias básicas que levem ao melhor aproveitamento geral do espaço e o redirecionamento das soluções de arquitetura, que devem estar mais voltadas ao bem-estar das pessoas, a preservação ambiental, bem como das necessidades diversas para o desenvolvimento das atividades culturais, turísticas, de esporte e lazer no trecho de orla situado entre a Avenida Rui Barbosa e o Mercado dos Peixes.

Nos objetivos específicos pode-se destacar a preservação de usos e costumes que não ferem a legislação vigente e que sejam compatíveis com a função social da área e eliminar obstáculos à contemplação da paisagem marinha. Quando o termo de referência alerta sobre compatibilidade de uso com a função social da área abre margem para a livre interpretação de que função o texto se refere. Com essa falta de definição, há uma margem para o julgamento do concurso como para a gestão do poder público municipal. Ao mesmo tempo que o Termo de Referência deixa essas

aberturas de entendimento, dentro das diretrizes que os projetos devem seguir está a preservação do Patrimônio Cultural.

O projeto deverá prever a preservação do patrimônio cultural material, e a salvaguarda do patrimônio cultural imaterial, de relevância simbólico-afetiva, ambiental, histórica, artística ou paisagística, seja ele tombado ou não. A Igrejinha de São Pedro, patrimônio cultural que está em processo de tombamento em âmbito estadual, deverá ser adequadamente tratado no âmbito do projeto. É de extraordinária importância a incorporação na concepção geral da proposta do contexto atual e da cultura local, bem como dos usos e costumes tradicionais existentes na área. (IAB-CE; SETFOR, 2009)



Figura 42 - Perspectiva digital da proposta vencedora do concurso da Avenida Beira-Mar de Fortaleza.

Fonte:<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.109/3559?page=3>, acesso em: 19/12/2017

O projeto vencedor do certame foi de autoria dos arquitetos cearenses Ricardo Muratori, Fausto Nilo e Esdras Santos. Mesmo que no Termo de Referência não esteja tão claro as preocupações com a preservação da Paisagem Cultural a proposta vencedora demonstra uma certa preocupação com as relações entre as atividades históricas da área do Mucuripe, a pesca e manutenção dos barcos e sua paisagem como pode ser observada na descrição do projeto no Portal Vitruvius (2010):

Zona dos estacionamentos de barcos, das oficinas de manutenção das embarcações, preservando os atrativos culturais da atividade, com acesso visual do público, promovendo ordenação física das atividades e implantando um “memorial ao ar livre, dos heróis

jangadeiros”. Este memorial será como uma coleção de elementos referenciais inscritos na paisagem urbanizada do novo calçadão, a partir de esculturas, poemas, textos e imagens representados em materiais que possam permanecer expostos ao sol e à chuva. A temática, naturalmente, envolverá os jangadeiros cearenses, desde dragão do mar, jacaré e mestre jerônimo. Aí estarão presentes seus mitos, sua história e, também, registros notáveis sobre o cineasta *Orson Welles* e sua obra, que envolveu pessoas simples da comunidade local, como atores. Nas proximidades, será implantado outro atracadouro de escunas de passeio.

É importante observar que o concurso da Beira Mar aconteceu no mesmo ano que a portaria nº127 do IPHAN, que estabelece a chancela da Paisagem Cultural Brasileira e tem por finalidade atender ao interesse público e contribuir para a preservação do patrimônio cultural, complementando e integrando os instrumentos de promoção e proteção existentes, nos termos preconizados na Constituição Federal. (IPHAN, 2009). Sendo a portaria do primeiro semestre e o certame acontecendo no segundo.

Após o concurso de Reordenamento da Avenida Beira Mar, a cidade passou sete anos sem o registro da realização de seleções de projeto. É importante destacar que nesse período teve o início de diversos projetos que poderiam ser resultado de certames mas não foram, como é o caso do Centro de Feiras e Eventos, a requalificação do Estádio Castelão e o Acquário de Fortaleza. Neste período, o IAB-CE iniciou a organização de quatro concurso que não chegaram a ser lançados, que são: Concurso Marco Castanhão (2002); Concurso para o Riacho Pajeú (2010/2011); Concurso Público de Anteprojeto de Intervenção Urbana do Complexo Jangurussu em Fortaleza (2013); e o Concurso para da Sede da APA de Sabiaguaba (2014).

No ano de 2016, o Banco do Nordeste lança o Concurso de Ideias para o Design do Hub de Inovação do Nordeste - HUBINE, um edifício para estimular a criatividade e promover a convivência e o intercâmbio entre os empreendedores visando a troca de informações e de conhecimento entre eles e seus apoiadores (BNB, 2016). Dois detalhes chamam a atenção na realização neste concurso. O primeiro é a forma de envio, um *pendrive* com os arquivos das pranchas que deveria ser entregue na Sede Administrativa do Banco. A entrega física, mesmo de mídia digital, acaba

limitando e onerando a participação de arquitetos. Aqui cabe apontar que em 2010 o IAB Nacional havia publicado um Caderno Técnico razões e recomendações para a realização de concursos em meio eletrônico, no entanto esse certame não contou com a participação do IAB-CE. O segundo detalhe, é mais delicado, pois nem no edital, nem no regulamento indicavam contratação e no entanto definiam que os direitos autorais das propostas selecionadas serão total e definitivamente cedidos ao Banco do Nordeste (BNB, 2016).



Figura 43 - Proposta vencedora do Concurso de Ideias para o HUBINE. Fonte: hubine.bnb.gov.br. Acesso dia 12 de dezembro de 2017.

Em contraponto aos detalhes apontados, esse foi um certame de abrangência nacional que apresentou mais de 130 inscrições e recebeu 35 propostas. O resultado comprova esse alcance. Os premiados foram: 1º lugar – Reginaldo Faria de Sousa, SP; 2º lugar – Earquitos, SC; 3º lugar - Luciano Leite Saraiva, CE; e a única Menção Honrosa – Marcelo Moss e Gabriel Bremer, RN e PE. Toda a comissão julgadora foi integrada por funcionários do próprio banco. Júri era composto por: Áureo Vasconcelos de Sousa, Carlos Eduardo Siqueira Gaspar, Luíza Cristina de Alencar Rodrigues, Magno Valença de Barros e Nilton Melo Almeida.

Sobre o julgamento, vale destacar a metodologia utilizada para a avaliação, mesmo que não apresentada de forma mais detalhada. Segundo a Ata de Julgamento (BNB, 2016a), a análise ocorreu em três rodadas onde em cada uma se deu ênfase a pontos exigidos no Edital. Após a avaliação dos

projetos em todos os aspectos solicitados, a comissão definiu os vencedores e expôs os pontos considerados em destaque.

Por ser um concurso de ideias, ainda não foi possível identificar se houve uma contratação após a premiação ou se o corpo técnico do banco está desenvolvendo o edifício proposto. O fato é que até o início dessa pesquisa o prédio não teve sua construção iniciada.

O Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó, ocorrido no ano de 2017, foi uma realização da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará – SEMA-CE em conjunto com o IAB-CE. O certame indica que as propostas devem contribuir para a promoção da inclusão social, da educação ambiental, da acessibilidade, da mobilidade urbana e democratização do espaço público, possibilitando espaço de convivência, contemplação, lazer, educação, esportes e serviços para a população. O trecho do Parque Estadual do Cocó objeto do concurso é limitado pela foz do Rio Cocó e a rodovia BR-116, abrangendo uma área de 1080,7377 hectares.

Assim como no concurso da Avenida Beira-Mar, o Termo de Referência não é explícito quanto à questão da preservação da Paisagem Cultural, mas já faz menções diretas sobre o tema.

É necessário que haja, para o Parque Natural Urbano Estadual do Cocó, compatibilização e adequação entre a preservação ambiental e o lazer contemplativo, de forma que as atividades humanas não causem danos ou prejuízos, de nenhuma sorte, aos seus recursos naturais e às comunidades tradicionais existentes que serão mantidas em algumas áreas. (IAB-CE; SEMA-CE, 2017b)

De acordo com Ata da Julgamento (IAB-CE; SEMA-CE, 2017a) a Comissão Julgadora, composta por Glauco de Oliveira Campello, Letícia Peret Antunes Hardt, Luiz Goes Vieira Filho, Maria Cecília Barbieri Gorski, Roberto Martins Castelo, Fernanda Cláudia Rocha, Newton Becker, destacou a importância da iniciativa do Governo do Estado do Ceará em promover a recuperação de um dos maiores patrimônios ambientais da cidade de Fortaleza e do próprio estado. Essa ação terá

desdobramentos significativos para as gerações atual e futuras, com reflexos na estrutura urbana da capital cearense.

O projeto vencedor é de autoria do escritório paulista Base Urbana sobre a coordenação da arquiteta Marina Grinover.

O projeto do Parque do Cocó é uma resposta na chave da integração entre os sistemas urbanos e os ciclos e recursos da natureza. Entende-se que é preciso tratar o parque e sua preservação dentro de um raciocínio em que a sociedade faça parte dos processos de desenvolvimento, preservação e ocupação do parque. Esta proposta fortalece o reconhecimento do valor deste patrimônio na vida cotidiana do cidadão, agente e espectador. No reconhecimento destes valores, criam-se novas possibilidades de relacionamento da sociedade com o parque, as pessoas passariam a aprender com os processos naturais do parque e assim contribuir ativamente para sua manutenção e desenvolvimento. (GRINOVER, 2017. p.1)



Figura 44 - Proposta vencedora do Concurso do Parque do Cocó. Fonte: <http://concursoparquedococo.com.br/site/parque-estadual-do-coco/participacoes/vencedores>. Acesso em: 19/12/2017

Após quase dois anos da premiação do concurso, não foi noticiada nenhuma contratação. Devido à grande escala do projeto, a maior possibilidade, diante dos certames anteriores, é de que não haja contratação nem execução do projeto, ficando apenas na discursão e não chegando a transformação. O concurso do Parque do Cocó foi o último registrado no Estado até o início da pesquisa. Durante o desenvolvimento da dissertação, no ano de 2018, foram realizados mais dois concursos que serão apenas citados mas que não serão discutidos. O primeiro foi o

Concurso de Projetos de Revitalização da Praça Coração de Jesus e Cidade das Crianças em Fortaleza, certame realizado pela Central de Licitações da Prefeitura de Fortaleza e não contou com a participação do IAB-CE. O segundo concursos foi o Monumento Luz em Sobral, seleção para um monumento comemorativo dos 100 anos do eclipse solar que possibilitou a comprovação da teoria da relatividade em Sobral. O certame foi uma realização da Prefeitura Municipal de Sobral com a organização do IAB-CE.

As cidade de Fortaleza e Sobral concentram a realização de todos os concursos efetuados no estado do Ceará. Ao longo de mais de cinquenta anos foram o total de 20 certames identificados. Dentre estes concursos pode-se separar entre arquitetura e urbanismo, ficando 14 de arquitetura e 6 de urbanismo. Os de urbanismo são relativos à requalificação e redesenho de áreas existentes. Nos concursos de arquitetura, pode-se identificar sedes institucionais, novos edifícios dentro de um mesmo lote da instituição, equipamentos de lazer e cultura e criação de um modelo de edificação e adaptação de existentes.

Um dado importante de observar é que de todos os 20 concursos, apenas três não foram vencidos por arquitetos locais, o CUCA da Barra (2006), o HUB de Inovação do BNB (2015) e o Parque Ecológico do Cocó (2017). Isso reforça a contribuição dos certames no desenvolvimento da arquitetura cearense, principalmente pois apenas um dos concursos vencidos por arquitetos de outro estado chegou a ser construído, o CUCA da Barra.

Dentro do recorte estudado dos 20 concursos, 11 foram construídos, ou seja, mais da metade, aproximadamente 60%, dos certames realizados em Fortaleza chegaram a ser construídos, mesmo que em dois casos as construções foram parciais. Como podemos observar o Gráfico 8, os 05 primeiros concursos que tiveram seus projeto executados, ocorreram nos primeiros 17 anos pesquisados, enquanto os outros 06 foram construídos

nos 31 anos seguintes. Com isso, nos 48 anos estudados, temos uma média de um concurso executado³⁵ a cada 4,36 anos.

Com esse panorama apresentado, pode-se compreender quais foram os concursos realizados no Estado do Ceará e em que contexto sócio-político foram realizados. Ainda nesse capítulo serão apresentados e comentados os agente envolvidos na realização dos certames e discutido o papel do arquiteto no processo.

³⁵ No caso da Beira-mar de Fortaleza a obra ainda não foi concluída, mas já está obras avançadas e algumas edificações, como o mercado do peixe, já estão finalizadas desde 2016.

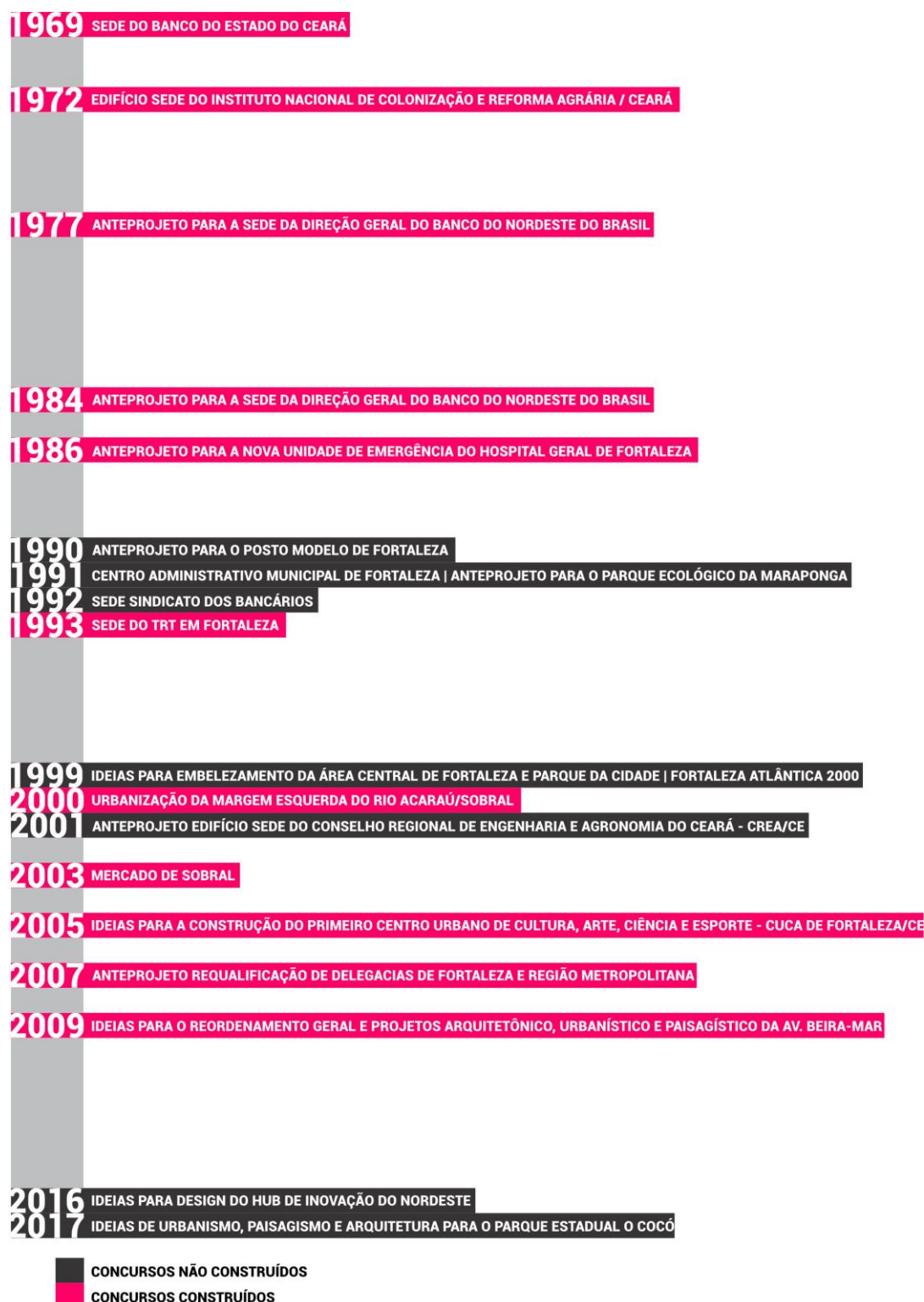


Gráfico 8 - Linha do tempo dos concursos realizados no Ceará com destaque para os construídos. Fonte: do autor.

3.2. OS AGENTES E OS PROCESSOS

O concurso de arquitetura se torna um evento complexo devido aos diversos agentes envolvidos no processo. O bom funcionamento deste

necessita de um acordo entre a Instituição Promotora, Entidade Organizadora, Comissão Julgadora e Arquitetos Participantes. Essa necessidade de um processo claro e alinhado entre os agentes é afirmada por Lara (2016, p. 43) “discutir o desenho institucional dos processos de contratação de projeto e obras públicas é algo tão importante (e central para a disciplina) quanto discutir os processos de projeção em arquitetura e urbanismo.”

Um exemplo deste desacordo em relação os agentes envolvidos foi o caso, já citado³⁶ do capítulo anterior, do edifício do MES no Rio de Janeiro, onde o então ministro Gustavo Capanema queria um projeto inovador mas a equipe do seu ministério responsável pela organização era conservadora e a comissão julgadora escolhida representava instituições profissionais tradicionais. Esse exemplo aponta duas divergências. Uma entre Instituição Promotora e Organização e a outra entre a Instituição Promotora e a Comissão Julgadora. Tanto essas divergências existem que um dos símbolos do Modernismo Brasileiro é fruto de um concurso mal sucedido, onde o projeto vencedor foi abandonado em função e uma contratação direta de um projeto de acordo com o interesse da Instituição Promotora, nesse caso o ministro Gustavo Capanema.

Este sub-capítulo se propõe a identificar os agentes envolvidos nos concursos realizados no Ceará e analisar suas participações dentro das informações coletadas. As informações estão sistematizadas na Tabela 3 onde são identificados as Instituições Promotoras, Entidades Organizadoras, Projetos Vencedores e Comissão Julgadora. Para complementar as informações de identificação dos agentes, foram realizadas entrevistas semiestruturadas³⁷ com arquitetos que estiveram nas diversas posições de agentes para poder construir este panorama. Foram entrevistados oito arquitetos contemplando doze concursos. Os arquitetos entrevistados são: Neudson Braga, Ricardo Muratori, Alexandre Landim,

³⁶ Citado nas páginas 38 e 39.

³⁷ Ver roteiro das entrevistas no Apêndice D

Mário Roque, Eduardo Suzuki, Romeu Duarte, Rafael Magalhães e Francisco Hissa.

Concurso	Instituição Promotora	Organização	Presidente IAB	Projeto Vencedor
Sede do Bando do Estado do Ceará	Banco do Estado do Ceará	IAB/CE	Ivan Britto	Neudson Braga
Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Sede Ceará	INCRA e EMURF	-	Reginaldo Rangel	Fausto Nilo e Delberg Ponce
Sede da Direção Geral do banco do Nordeste do Brasil	Banco do Nordeste	Banco do Nordeste	Antonio Campelo	Nelson Serra e Neves, José Alberto de Almeida, Antônio Carlos Campelo e Carlos Alberto Costa
Sede Social da Associação dos Funcionários da Petrobras	Petrobrás	Petrobrás	Napoleão Ferreira	Mário Roque e Jayme Leitão
Nova unidade de emergência do Hospital Geral de Fortaleza	INAMPS	IAB/CE	Águeda Maria	Augusto Alves Filho, Maria Aparecida Motta Sá e José Augusto Martins Pessoa
Posto Modelo de Fortaleza	Petrobrás	Petrobrás	Napoleão Ferreira	Antônio Carlos Campelo Costa
Centro Administrativo Municipal de Fortaleza	Prefeitura Municipal de Fortaleza	-	Napoleão Ferreira	Marcos Thé Mota
Parque Ecológico da Maraponga	SDU	IAB/CE	Napoleão Ferreira	Roberto Gerardo Jereissati Filho
Sede Sindicato dos Bancários	-	-	Romeu Duarte	Napoleão
Sede do TRT em Fortaleza	TRT	IAB/CE	Romeu Duarte	Ricardo Muratori e Augusto Alves Filho
Concurso Nacional de Ideias para Embelezamento da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade	PMF, CDL	-	Joaquim Cartaxo	Ricardo Henrique Muratori de Menezes, Jean Togleate, Fabian Salles, Ricardo Sabóia, Marcelo Gondim e Patrícia Aquino

Concurso	Instituição Promotora	Organização	Presidente IAB	Projeto Vencedor
Projeto Fortaleza Atlântica 2000	Promoção Fundação Fortaleza Atlântica e SETUR-CE e apoio do BNB	-	Joaquim Cartaxo	Nasser Hissa, Márcia Cavalcante, Antônio Carlos Campelo Costa, Romeu Duarte Jr., Francisco Correia Barbosa e Sérgio Sander
Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú em Sobral	Prefeitura de Sobral	IAB/CE	Marcus Lima	Antônio Carlos Campelo Costa
Edifício Sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - CREA/CE	CREA-CE	IAB/CE	Marcus Lima	Ricardo Henrique Muratori de Menezes, Jean Togleate, Fabian Salles e Daniel Pinho
Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral	Prefeitura de Sobral	IAB/CE	Marcus Lima	Ricardo Henrique Muratori, Raquel de Carvalho e Patrícia Aquino
Concurso Público Nacional de Ideias para a Construção do Primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA de Fortaleza - CE	PMF, CREA-CE, UFC	IAB/CE	Antônio Martins da Rocha Junior	Suzuki Arquitetura
Requalificação de Delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana	GOVERNO ESTADO CEARÁ	IAB/CE	Antônio Martins da Rocha Junior	Carlos Alberto C. da Cunha, Rafael Magalhães, Felipe Sardenberg e Juliana Ribeiro
Concurso Público Nacional de Ideias para o Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira-Mar em Fortaleza, Ceará	SETFOR	IAB/CE	Custódio dos Santos	Ricardo Henrique Muratori de Menezes, Fausto Nilo e Esdras Santos
Concurso de Ideias para Design do Hub de Inovação do Nordeste	BNB	BNB	-	Reginaldo Faria de Sousa

Concurso	Instituição Promotora	Organização	Presidente IAB	Projeto Vencedor
Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó	SEMA-CE	IAB/CE	Custódio dos Santos	Marina Mange Grinover

Tabela 3 - Tabela dos agentes envolvidos nos concursos realizados no estado do Ceará entre os anos de 1969 e 2017. Fonte: Elaborado pelo autor.

Ao analisar a lista pode-se constatar algumas questões com relação aos agentes envolvidos. A primeira é que os concursos, na sua maioria, foram promovidos por instituições do poder público, com destaque para as Prefeituras Municipais. Além dos poderes municipais, estaduais e federais, foram identificados conselhos de classe profissional, associações, sindicatos e bancos. Com relação aos organizadores, a maioria foi gerenciada pelo IAB-CE, o que demonstra a importância do Instituto na realização de certames. Os que não contaram com essa participação foram organizados pela própria Instituição Promotora. Com relação aos projetos vencedores, podemos observar que dois nomes se destacam na Tabela 3, Ricardo Muratori e Antônio Campelo Costa. Estes dois arquitetos foram, respectivamente, os que mais ganharam concursos no Ceará. Esse destaque de arquitetos cearenses dentre os vencedores está relacionado com certames com baixa participação nacional. Por fim, as comissões julgadoras apontam para dois caminhos distintos. O primeiro é de um júri diversificado com profissionais de outros estados e o segundo seria uma comissão formada apenas por profissionais locais.

Antes de começar a pontuar as participações dos agentes em concursos específicos, é importante destacar que todos os sete entrevistados são a favor dos concursos, mas cada um com suas considerações específicas. Uma observação presente em três entrevistas foi a importância de uma Comissão Julgadora bem escolhida e que seja fiel ao edital e termos de referência dos concursos. O arquiteto Mário Roque, que participou de concursos tanto como arquiteto participante como coordenador de

certame por parte do IAB-CE, destaca³⁸ que mesmo participando e se interessando pelo tema tem receio do concurso não ter um resultado justo. “Isso as vezes pode acontecer por algumas propostas vencedoras não atenderem todos os itens do edital ou termo de referência e mesmo assim ficar em primeiro lugar.” (Mário Roque – Informação pessoal)³⁹

Essa questão também foi apontada pelo advogado e arquiteto Alexandre Landim, que já participou como arquiteto de concursos e como Instituição Promotora quando foi Secretário da Casa Civil do Governo do Estado do Ceará. Alexandre Landim afirma⁴⁰ que pelo concurso ser uma modalidade de licitação, o edital tem peso de norma. Então no momento que uma proposta não cumpre algo do edital ele automaticamente deveria estar fora da avaliação. Essa é uma responsabilidade dos organizadores em conjunto com a Comissão Julgadora.

O arquiteto Romeu Duarte, que já esteve em concursos como participante, como organizador e em comissões julgadoras, ao ser questionado sobre a importância de uma comissão julgadora bem montada para um concurso, afirma:

Fundamental. Antes de mais nada, é preciso que a comissão julgadora eleja como referências principais para o seu trabalho o edital e o regulamento do concurso, bem como o programa de necessidades da obra que será construída e os indicadores urbanísticos do local onde será erguida. Muitos certames de arquitetura e urbanismo já tiveram seus resultados contestados, quando não suspensos, negados ou suprimidos, em razão do comportamento irresponsável do júri, que, como já se deu muitas vezes aqui no Brasil, opta por soluções que ignoram solenemente os documentos-guia do concurso aqui citados. (Romeu Duarte – Informação pessoal)⁴¹

Um exemplo de um projeto vencedor que não atendeu as normas e ganhou foi o primeiro concurso estudado nesta pesquisa, a Sede do Banco do Estado do Ceará. Neste caso, o projeto de Neudson Braga estava em desacordo com a legislação urbana da época mas ainda assim foi

³⁸ Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

³⁹ Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

⁴⁰ Entrevista concedida pelo advogado e arquiteto Alexandre Landim ao autor no dia 12/09/2019

⁴¹ Entrevista concedida pelo arquiteto Romeu Duarte via mensagem eletrônica ao autor no dia 03/10/2019

considerado o vencedor. Mesmo com manifestações dos outros participantes o Governo do Estado manteve a decisão. Anos depois a legislação sofreu modificações. É importante destacar que o arquiteto, Neudson Braga, não estava errado em propor algo em que acreditava, mas cabia à comissão julgadora uma avaliação mais criteriosa.

No Concurso para a Sede da Direção Nacional do Banco do Nordeste do Brasil é importante destacar que não houve a participação do IAB-CE durante o processo. A importância dessa informação se dá pelo fato do então presidente do Instituto, Antônio Campelo Costa, ser um dos autores do projeto vencedor e demonstrar a seriedade entre as instituições e o processo.

No caso do concurso Sede Social da Associação dos Funcionários da Petrobrás, em 1984, a associação, de direito privado e sem fins lucrativos, estava com interesse de construir um Clube, no entanto cada um dos seus conselheiros indicou um escritório para desenvolver o projeto. Como não chegaram a um acordo de quem contratariam, resolveram realizar um concurso. Segundo o arquiteto Mário Roque⁴², diante desse cenário, a associação procurou o IAB-CE a fim de receber uma orientação na preparação do certame. O instituto passou materiais de base para ajudar na organização desse certame, mas não teve participação direta na seleção. Novamente observamos uma participação do IAB-CE em um concurso, mas dessa vez de forma indireta, apenas aconselhando a Instituição Promotora em como proceder. Sobre a comissão julgadora, não foi possível identificar os participantes, apenas que foi composta pelos membros do conselho com o acompanhamento de um engenheiro.

Seguindo com a relação entre os agentes envolvidos em um certame, se destaca o caso do Concurso para o Parque Ecológico da Maraponga, onde houve apenas dois projetos premiados, um 1º lugar e um 3º lugar. Diante deste resultado, a assessoria jurídica da Secretaria questionou a não atribuição de um segundo lugar por parte da Comissão, que através de seu

⁴² Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

presidente, o arquiteto Paulo Bastos, justificou que apenas os dois projetos estavam aptos a receber premiação, porém entre elas havia significativa diferença de qualidade, o que não justificaria a sua classificação em lugares consecutivos.

Esse resultado curioso não foi uma exceção na história do país, se observarmos o capítulo anterior, no concurso para a Sede do IAB/BA a comissão julgadora considerou que nenhuma das duas propostas entregues eram merecedoras do primeiro lugar, sugerindo a união das duas ideias. Ao que tudo indica, esses resultados que deixam prêmios sem atribuição estão relacionados a concursos com poucas propostas entregues.

Na experiência do concurso para o Anexo do TRT, em 1993, o arquiteto Romeu Duarte, então presidente do IAB-CE, destaca que foram convidados pelo então presidente do TRT-CE, Dr. Ronald Soares, para elaborar um concurso de arquitetura com o objetivo de ampliar a sede da instituição que já não comportava todos os usos necessários. Romeu Duarte ainda explica como na posição de presidência contribuiu no certame.

Montamos uma equipe de trabalho chefiada pelo arquiteto-coordenador do certame, Arq. Oswaldo Souza, e convidamos alguns arquitetos de renome para participar do júri, tais como os colegas José Nasser Hissa e Roberto Castelo, entre outros. (Romeu Duarte – Informação pessoal)⁴³

Um importante agente no processo dos concursos de arquitetura é o poder público, desde a esfera municipal até a federal. Após dois anos da criação da Lei Federal nº 8.666/1993, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, o vereador de Fortaleza Sérgio Novais teve aprovado em primeira instância pela Câmara Municipal o Projeto de Lei nº 351/95 que implementaria a obrigatoriedade do concurso de arquitetura para determinados tipos de projetos.

Art. 1º - Fica estabelecido para a administração pública municipal, a contratação de Concurso, concernente a ideias e projetos

⁴³ Entrevista concedida pelo arquiteto Romeu Duarte via mensagem eletrônica ao autor no dia 03/10/2019

arquitetônicos relativos à construção, reforma, ou ampliação de obra de arquitetura destinada ao poder ou serviço público, nas seguintes situações:

I – Edifícios públicos:

- a) edificações sede do Poder Público Municipal;
- b) edificações com área superior a três mil metros quadrados (3.000 m²);
- c) edificações que não são reproduzidas mais de uma vez com base nas especificações ou nas variantes do mesmo projeto;
- d) restauração e reconversão de conjuntos arquitetônicos que integram o patrimônio histórico municipal.

II – Equipamentos urbanos:

- a) criação de parques urbanos;
- b) praças públicas acima de 10.000 m²;
- c) intervenções de renovação urbana com área superior a 30.000 m².

(FORTALEZA, 1995)

Infelizmente o projeto de lei não passou da primeira instância e acabou vetado pelo então prefeito Antônio Cambraia. O prefeito alegou que o assunto já é previsto na Lei Federal das Licitações, o que tornaria o citado projeto de lei inconstitucional. No entanto a legislação federal orienta o concurso como contratação preferencial para projeto, não obrigando o uso. A proposta rejeitada não interferia na lei maior e ainda regulamentaria a prática em Fortaleza, ajudando a consolidar os concursos no Ceará.

Durante a realização do Concurso Fortaleza Atlântica 2000, houve a manifestação de insatisfação por parte de um grupo de arquitetos⁴⁴. Nessa contestação os arquitetos levantam os seguintes pontos: a limitação à apenas pessoas jurídicas e equipes obrigatoriamente multidisciplinar; o prazo incompatível com as solicitações; qual a competência da Fundação proponente para tomar a si o processo de planejamento de Fortaleza; e por fim lamentam a participação do IAB-CE, acusando-os de negar suas tradições e cancelar uma iniciativa que subverte a organização da cidade. O IAB-CE, através de um ofício, em novembro de 1998, responde que a iniciativa partiu de uma entidade privada mas que foi amplamente debatido entre as entidades de esfera municipal, estadual e federal, sendo antes de ser lançado apresentado nos meios de comunicação e audiência

⁴⁴ Não foi possível encontrar o nome dos arquitetos que manifestaram por escrito a insatisfação. Apenas se teve acesso ao ofício de resposta, do então presidente do IAB-CE, Joaquim Cartaxo, e o texto da contestação.

pública. Concordam que o edital do certame possui aspectos imperfeitos e restritivos passíveis de crítica, mas que se ocorreram por adequação à um ambiente político-institucional existente.

Segundo o arquiteto Francisco Hissa⁴⁵, o projeto do Fortaleza Atlântica 2000 não foi contratado devido aos problemas com a propriedade do terreno onde seria implantado, onde não era claro se ele pertencia às Docas, Prefeitura ou Estado. Diante desta situação, não houve interesse político de chegar a um acordo, já que segundo o arquiteto não havia uma relação direta entre o prefeito Juraci Magalhães e o governador Ciro Gomes. Isso demonstra que, provavelmente, desde o início do certame não havia acordo com relação à área a ser utilizada no concurso.

Ao observar a comissão julgadora do Concurso para o Conjunto Paisagístico de Sobral, nota-se que ela é formada exclusivamente por arquitetos residentes no Ceará. Inicialmente esse já é um fator que demonstra que o concurso não propôs uma ampliação do debate das propostas colocando como avaliadores arquitetos de um mesmo contexto político-social. Isso por si só já poderia margem para a discussão dos efeitos culturais dos certames, mas acredita-se que neste caso é exposto algo mais sério na efetividade e legitimidade dos processos. Antes de tudo, gostaria de deixar claro que isso não é uma acusação, mas a demonstração de uma fragilidade do concurso e que abre margem para contestações por parte dos concorrentes.

O ponto considerado crítico é o somatório de um júri exclusivamente local e uma segunda fase de avaliação não anônima, pois as chances de os concorrentes e a comissão ser conhecida e ter vínculos é muito grande. Neste certame, aconteceu justamente isso. O arquiteto responsável pelo projeto vencedor já havia participado, e vencido, dois concursos com dois, dos três membros da comissão. Uma solução para reduzir as possibilidades de questionamentos seria o uso ainda anônimo da segunda etapa, garantindo um julgamento democrático.

⁴⁵ Entrevista concedida pelo arquiteto Francisco Hissa ao autor no dia 10/10/2019

Passando à análise da Instituição Promotora, destaca-se para o Concurso para a Sede do CREA/CE. O certame foi realizado entre a criação do Colégio de Arquitetos do Brasil em 1998, onde aprovaram o anteprojeto de lei para a criação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil, e a entrada deste anteprojeto no Congresso Nacional em 2003. Pode-se especular que o desgaste da negociação e a desistência por parte do CREA/CE esteja relacionada com as iniciativas, por parte dos arquitetos, de uma emancipação de classe.

Enquanto o concurso para a Sede do CREA/CE concentrou o diálogo com o IAB/CE, as duas entidades dos arquitetos, o Concurso para o Cuca de Fortaleza ampliou o debate para a Prefeitura Municipal de Fortaleza e a Universidade Federal do Ceará. Todas essas instituições foram contempladas com um lugar na comissão julgadora. Como já dito anteriormente, a diversidade de agentes no júri proporciona um maior debate na escolha do melhor projeto, mesmo que neste caso toda a comissão fosse local. É importante destacar que o arquiteto Ivan Britto é o autor do Clube que existia no terreno e que sofreria a intervenção do novo projeto.

Sobre a organização do Concurso de Requalificação das Delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana, o então presidente do IAB-CE Antônio Martins da Rocha Júnior convidou o arquiteto Mário Roque para coordenar e organizar o concurso para a Secretaria de Segurança Pública do Estado do Ceará. O arquiteto afirma que na época não estava no IAB-CE, mas diante de sua proximidade com os membros do Instituto foi convidado para participar do processo. Mário Roque⁴⁶ relata que ao longo da organização teve pouco contado com o Secretário mas que havia um coronel que acompanhou toda construção dos documentos base. O coordenador e organizador ainda relata que a Secretaria foi bastante respeitosa com o processo do Concurso, e que após o fechamento do

⁴⁶ Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

programa de necessidades e as especificidades de delegacias, a comissão teve liberdade para propor e julgar.

Em 2009, com o concurso para reordenamento e projetos para a Beira Mar de Fortaleza retoma a inserção da palavra “ideias” nos títulos dos certames iniciada com o Concurso do CUCA de Fortaleza. A partir do da Beira Mar, os outros dois realizados também tinha essa nomenclatura. Quando se coloca que um concurso é de ideias cria-se uma incerteza com relação a uma futura contratação, mesmo que haja a intenção por parte da Instituição Promotora. É importante diferenciar quando é um concurso de Anteprojetos, de Estudo Preliminar e quando é de Ideias, pois os concursos de ideias são relacionados a certames que desejam debater um tema sem obrigação construtiva e em concursos de estudantes. O concurso denominado de Ideias com a intenção de construção abre margem para uma possível não contratação e para um grande descaracterização do projeto vencedor. Por não exigir um grande desenvolvimento do projeto durante a seleção, estes concursos no Ceará deveriam ser denominados de Concursos de Estudo Preliminar.

Diante dos fatos apontados neste subcapítulo, pode-se observar que existem inconsistências entre os agentes que acabam pode deixar o processo de seleção mais travado e com desdobramentos ou encaminhamentos controversos. Uma das questões atribuídas a essas inconsistências é a baixa promoção de concursos e a conseqüente falta de prática na realização destes. Essa análise dos agentes reforça os princípios de um objetivo comum entre os agentes, o respeito da Instituição Promotora, a competência técnica da Organização, o cumprimento do Edital e a coerência na avaliação por parte da Comissão e a ética dos Arquitetos Participantes.

3.3. O PAPEL DOS ARQUITETOS

O arquiteto é principal personagem no processo dos Concursos de Arquitetura. Além do evidente, por ser o profissional habilitado para realizar projetos de arquitetura, o arquiteto, junto aos quatro agentes identificados no subcapítulo anterior, só não participa com tanta

frequência nas Instituições Promotoras, mas como Organizador, Vencedor e Comissão Julgadora as participações são quase que absolutas.

Dentro das Instituições Promotoras, os arquitetos tem dois papéis para desempenhar. O primeiro é como técnico da Instituição e que irá acompanhar junto da entidade Organizadora a construção do Edital e Termo de Referência auxiliando com os as necessidades técnicas do projeto. O segundo é como o gestor de uma Instituição, onde terá a autonomia para poder propor os próprios concursos e fomentar a prática na região, como é o caso do Ceará que tanto necessita de mais certames. A posição do arquiteto gestor é importante para o fortalecimento da profissão. O arquiteto Romeu Duarte reforça a importância dos concursos para nesse fortalecimento quando diz:

Se no Brasil, em alguns poucos estados (Rio de Janeiro e São Paulo, por exemplo), há uma maior tradição na frequência de sua efetuação, no restante dos estados do país, Ceará incluído, é rara a sua ocorrência, dificultando a inserção social dos arquitetos no tecido social mediante o que sabem fazer de melhor: propor espaços dignos para o uso social. (Romeu Duarte – Informação pessoal)⁴⁷

Neste segundo papel, de arquiteto gestor público, podemos destacar dois profissionais envolvidos no mesmo certame. No concurso para o Parque Estadual do Cocó, em 2017, houve envolvimento do então secretário da Casa Civil do Estado do Ceará Alexandre Landim que foi o responsável por dar início ao processo do certame e articulou os agente necessários para esse começo. A outra participação é do então secretário executivo da Secretaria do Meio Ambiente do Estado do Ceará Fernando Bezerra, que foi o responsável por acompanhar a organização e balizar as necessidades da Secretaria que deveriam ser contempladas no concurso.

Em conjunto às Instituições Promotoras está a Organização dos concursos. Como observado no subcapítulo anterior sobre os agentes no processo, dos certames realizados no Ceará a maioria foi organizado pelo IAB-CE. Esse aspecto está relacionado com o fato de parte das ações do

⁴⁷ Entrevista concedida pelo arquiteto Romeu Duarte via mensagem eletrônica ao autor no dia 03/10/2019

Instituto é a realização de concursos, sua regulamentação e difusão e dessa cultura. Diante desta presença do IAB-CE nos concursos é natural que a participação de arquitetos na organização seja constante.

A organização tem o papel importante de construir as bases legais e documentais do certame e para isso é importante considerar a capacidade técnica do arquiteto responsável por tal atividade. Além deste trabalho inicial, o responsável pela organização também conduzira o processo de consulta, recebimento das propostas garantindo o anonimato das mesmas e a condução do processo de avaliação. Uma atividade importante da Organização em conjunto à Comissão Julgadora é a redação de uma ata que documenta com precisão o processo de avaliação. As atas são documentos que registram as decisões e critérios e ampliam a compreensão dos eventos.

O arquiteto dentro da Comissão Julgadora será responsável pela avaliação dos projetos tem o compromisso de ser coerente na avaliação e considerando o cumprimento das exigências presentes no Edital e no Termo de Compromisso. Além deste respeito pelas bases do certame é relevante o conhecimento sobre o tema e a capacidade de debater para chegar ao resultado.

Pode-se destacar a participação de arquitetos importantes para a arquitetura brasileira nas Comissões dos concursos no Ceará. Miguel Pereira participou na Sede do BEC, Paulo de Mello Bastos no Parque Ecológico da Maraponga, Joaquim Guedes e Milton Monte no Fortaleza Atlântica 2000, Rosa Grena Kliass na Requalificação da Beira-Mar de Fortaleza e Glauco de Oliveira Campello no Parque Estadual do Cocó. Um arquiteto local destaque nessas participações é Roberto Martins Castelo, que esteve em pelo menos quatro Comissões. Vale repetir que uma Comissão com arquitetos de outras regiões ampliam o debate e garantem uma maior credibilidade ao processo, por diminuir as chances dos vencedores terem relação com toda a comissão.

A relação do arquiteto com o concurso extrapola a ideia de ser somente uma modalidade de licitação e mecanismo para a captação de projeto,

para ser também uma forma de exercício da profissão. Alexandre Landim⁴⁸ afirma que é uma prática onde arquiteto pode projetar com mais liberdade, pode projetar aquilo que realmente acredita sem ter a interferência de um cliente.

A prática participar de concursos é uma oportunidade de se inserir em um debate arquitetônico com a proposição de um projeto. Quando não se recebe a premiação, pode-se ficar com a sensação que este foi um trabalho perdido e muitas vezes um prejuízo financeiro. Para o arquiteto Ricardo Muratori⁴⁹, a produção de propostas não remuneradas pode ser um problema, mas enxerga que esse é dos menores problemas da profissão. Ainda ressalta que essa produção serve de arquivo para problemas futuros. Não que vá copiar uma ideia já utilizada, mas o projetista já tem mecanismo para resolver projetos semelhantes.

Um exemplo da possibilidade de debate em um concurso foi a participação do arquiteto José Neudson Braga no Concurso para a Sede Administrativa do Banco do Nordeste, que optou em responder a demanda da seleção com texto ao invés do desenho. Por meio de uma carta o arquiteto argumenta, principalmente, que o prédio não deveria ser construído naquele terreno no Centro. As justificativas essenciais são de que programa de necessidades é grandioso para o terreno disponibilizado e que a escala do edifício não teria boa relação com a região. Braga, Oliveira e Ribeiro (2014) destacam que após o resultado do concurso foram tomadas algumas medidas que amenizam a relação entre edifício e cidade como a não construção de todos pavimentos, reduzindo o gabarito pela metade, e a criação da Praça Murilo Borges proporcionando um espaço de contemplação do novo edifício.

A partir dessa breve análise, podemos constatar a importância do arquiteto na realização dos concursos, principalmente nas posições de Promoção e Organização. As participação em comissões e como concorrentes já são

⁴⁸ Entrevista concedida pelo advogado e arquiteto Alexandre Landim ao autor no dia 12/09/2019

⁴⁹ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

próprias do objeto pois o arquiteto é o profissional regularizado para realizar projetos arquitetônicos com interfaces urbanas e paisagísticas.

4. OS CONCURSOS DE ARQUITETURA NO CEARÁ: ENTRE CONTRIBUIÇÕES E CONTRADIÇÕES

Após entender a realização dos concursos de arquitetura no Brasil, a evolução da legislação pertinente e o cenário das pesquisas realizadas sobre tema, pode-se compreender em que contexto os concursos foram realizados dentro recorte temporal e geográfico dessa pesquisa, qual seja, o Ceará entre os anos 1969 e 2017. A construção desse panorama é a base para uma análise da eficiência destes processos de seleção, pois o fortalecimento e continuidade da prática depende diretamente dos resultados obtidos durante o processo. Para essa análise, os critérios de avaliação utilizados foram baseados na metodologia apresentada por Campolina (2009) no artigo eletrônico “A Eficiência dos Concursos Públicos de Arquitetura organizados pelo IAB-MG”.

Concursos Públicos de Arquitetura, organizados pelos IABs (Institutos de Arquitetos do Brasil), têm motivado polêmicas. Alguns questionam sua validade, seja como fator decisivo na qualificação do exercício da profissão do Arquiteto ou como pressuposto da produção de edificações contributivas para a qualificação do meio ambiente construído. (CAMPOLINA, 2009)

A pesquisa feita por Campolina (2009) é baseada na análise de três contribuições por parte dos Concurso: para o aprimoramento do exercício da Arquitetura; para a qualificação da obra decorrente; e para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos.

É importante destacar que a eficiência de um concurso não é uma definição absoluta e que um evento mesmo chegando a ser construído pode apresentar contradições durante o seu processo, pois a eficiência também está relacionada à gestão.

O Erro! Fonte de referência não encontrada. apresenta a situação dos oncursos após a premiação. Estes foram catalogados em cinco categorias entre: não construído; contratado e não construído; em construção; construído parcial; e construído. As variações entre esses dois pontos ajudam a ilustrar que quando analisamos a realização de concursos existem

diferentes nuances. Foram 11 concurso entre construídos e em construção e 9 não construídos. Nos subcapítulos seguintes os concursos foram separados em dois grupos: os que foram efetivos, que resultaram em construção, e aqueles que não foram construídos, onde serão exploradas as diferenças entre cada projeto e onde serão aplicadas as análises das contribuições baseadas em Campolina (2009), assim como as contradições. Foi adicionado um terceiro subcapítulo onde são discutidos projetos contemporâneos de grande porte de nível estadual que poderiam ser fruto de concurso mas não foram.

Situação dos Concursos no Ceará (1969-2017)

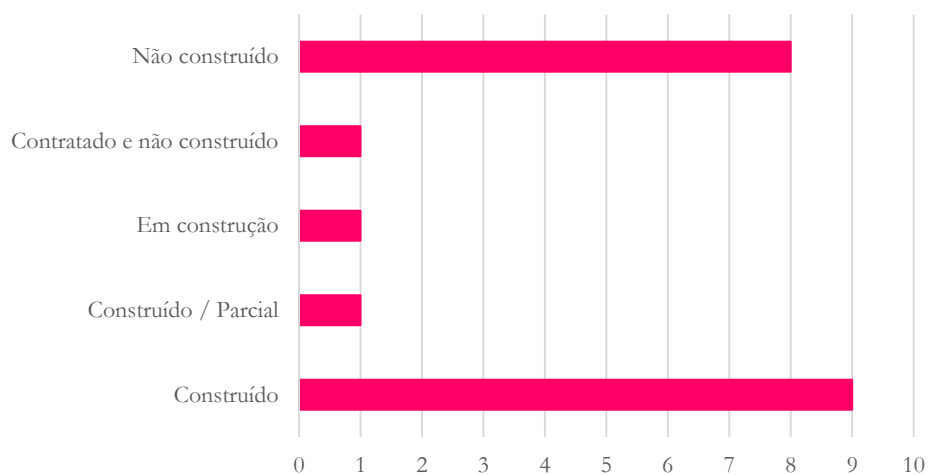


Gráfico 9 - Situação dos Concursos no Ceará relacionada aos respectivos desenvolvimentos. Fonte: Lista de concursos realizados do Ceará (1969-2017). Ver Apêndice C.

4.1. OS CONCURSOS CONSTRUÍDOS

Sede do Banco do Estado do Ceará (1969)

Após a vitória no concurso, o escritório do arquiteto Neudson Braga foi contratado para o desenvolvimento e detalhamento da proposta. O projeto foi pensado, conforme o edital, para ser construído em duas etapas distintas. A primeira seria o embasamento para o funcionamento prioritário da agência e posteriormente seria construída a torre administrativa, entretanto o projeto foi construído, mas parcialmente.. Mesmo o concurso resultando na construção do edifício, a segunda etapa teria uma importância simbólica para a sede do BEC como pode ser observado na Figura 45.

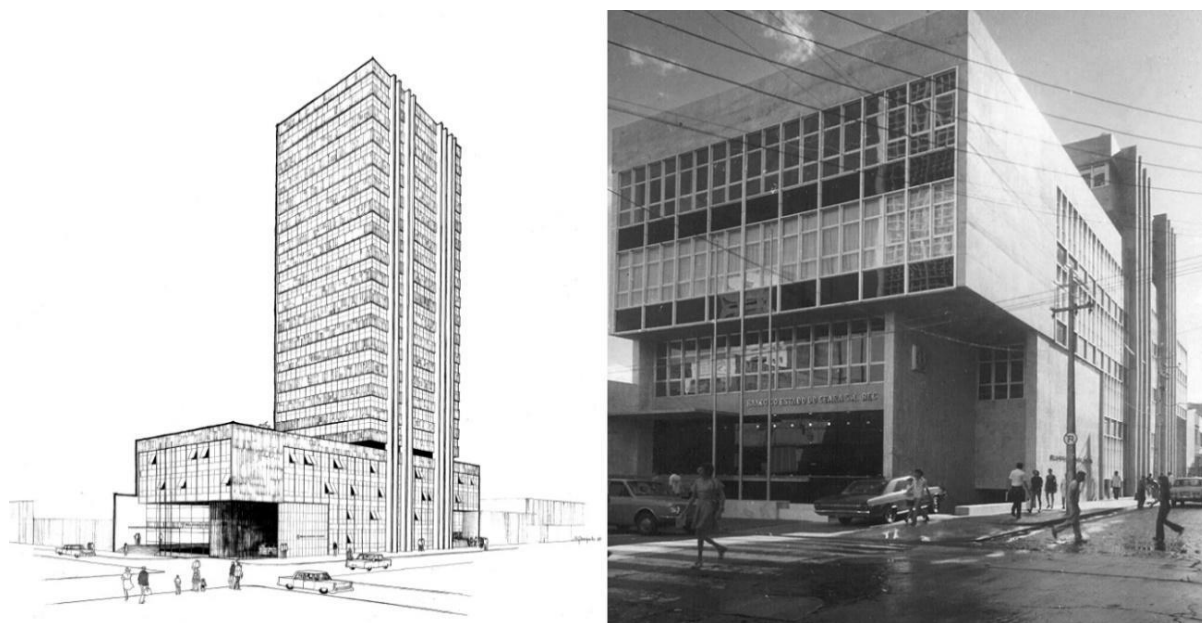


Figura 45 - Banco do Estado do Ceará comparando a ilustração apresentada na prancha do concurso e uma foto do edifício quando construído parcialmente. Fonte: Acervo pessoal do arquiteto Neudson Braga

Conforme consta no memorial descritivo do projeto apresentado na primeira prancha do concurso, o código de obras previa a construção de doze pavimentos e até 40 metros de gabarito, com taxa de ocupação de 70%. A solução proposta previa a divisão em dois blocos, sendo o primeiro horizontal localizado nos limites o lote e o segundo vertical, recuando frontalmente e lançando mão de uma lâmina mais alta que o gabarito permitido e compensando com uma taxa de ocupação de 42%. Tal decisão, se justifica, em nome da sua função “plástica e representativa (...) que não impediria de confundir a sede do Banco do Estado do Ceará com outros edifícios comerciais” (BRAGA, 1969), confirmando a importância da dimensão simbólica do projeto.

No Código Urbano de 1962 em Fortaleza, a legislação preconizava que a altura das edificações não ultrapassassem a largura do logradouro, o gabarito não poderia ser maior que três pavimentos, com exceção da área central da cidade onde era permitido o gabarito de 12 pavimentos com a última laje de teto a 40 metros acima do nível do passeio. A mudança desta legislação urbana iniciou em 1965 com a criação de uma comissão de estudos para o anteprojeto de modificações do Código Urbano e Zoneamento da Cidade, mas que só veio entrar em vigor na Lei de

Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo de 1975, onde já se permitia ultrapassar o dezesseis pavimentos com a condição de acrescentar 0,30 metros por pavimento em todos os recuos.

O projeto, ao questionar a legislação urbana a favor de um projeto com uma menor ocupação do lote em função de um gabarito maior, respeitando a área máxima construída, reforça que o concurso e a arquitetura são instrumentos urbanísticos de debate da cidade. Essa é a contribuição deste certame para o aprimoramento do exercício da arquitetura na sua relação com o espaço urbano.

A contribuição para o aperfeiçoamento do processo também está pautada na proposta arquitetônica que desafiava a legislação. O resultado, mesmo questionado pelos outros participantes, afinal o projeto não atendia à legislação urbana da cidade, foi mantido pela Instituição Promotora (o BEC) em função da qualidade arquitetônica. Com isso entra o questionamento de que uma decisão arquitetônica prevaleceu sobre as normas urbanas e do próprio concurso, deixando o julgamento mais subjetivo com a escolha menos pautada nas normas do certame e mais baseada na análise da comissão. Essa questão é agravada quando diante da desenvolvimento e construção do edifício, a parte que transgredia a legislação não chegou a ser construída. Com isso, este concurso contribuiu ao alertar que o julgamento deve respeitar o Edital para que o processo continue sendo democrático e justo.

Sede Incra (1972)

O projeto foi construído, em 1974, em um terreno triangular na esquina da Avenida José Bastos com a Rua Monsenhor Furtado possibilita dois acessos ao lote. Sua grande entrada distribui os fluxos de carro e pedestres em níveis diferentes além de interligar as duas vias. O edifício possui uma planta racional e flexível, centralizando a circulação vertical, colocando a circulação nas varandas protegidas e os serviços concentrados nas extremidades norte e sul. (PONCE DE LEON, NEVES, LIMA NETO, 1982)

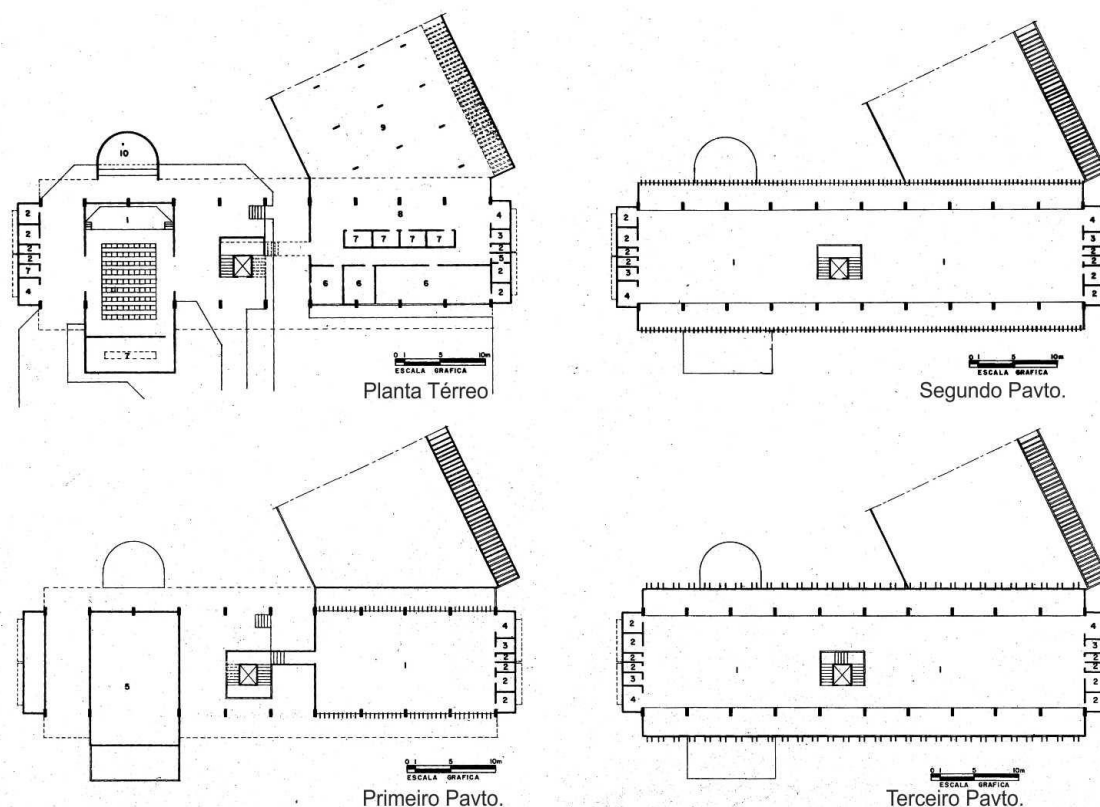


Figura 46 - Plantas da Sede do Inca no Ceará. Fonte: Cadernos Brasileiros de Arquitetura: Panorama Cearense de Arquitetura Vol. II

A principal contribuição deste concurso para o aprimoramento do exercício da Arquitetura está na solução espacial do segundo e terceiro pavimento junto com a proteção solar do edifício. A planta dos dois últimos pavimentos apresenta uma solução extremamente racional e que permite a flexibilidade das alterações de serviços ao longo do tempo. A solução de proteção solar nas fachadas leste e oeste é uma combinação de brises verticais e uma marquise, ambos de concreto, que com o auxílio de uma circulação horizontal externa resguardam o ambiente de trabalho climatizado. As propostas apresentadas configuram a contribuição arquitetônica desse concurso ao permitir que o prédio permaneça preservado ao longo do tempo e dando um bom exemplo que como fazer um projeto adequado ao clima de Fortaleza.



Figura 47 - Fachada leste com os brises em concreto. Fonte: Acervo do Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização da UFC - LoCAU

A contribuição para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos está relacionada com o caráter democrático destes eventos, pois foi um certame que deu a oportunidade para que arquitetos recém egressos da UFC estivessem envolvidos em um projeto de relevância federal. Por isso, os concursos devem ser mecanismos de contratação onde todos os profissionais terão as mesmas oportunidades e chances no que depende as instituições promotoras.

Concurso Sede da Direção Geral do BNB (1977)

O concurso para a sede do BNB foi realizado e após o resultado a equipe vencedora foi contratada pelo banco para o desenvolvimento do projeto. Cabe lembrar que durante o certame um dos competidores entregou uma carta manifesto ficando de fora da exposição, por parte do banco, dos projetos da competição. O projeto contratado acabou sendo alterado de acordo com novas condições por parte do contratante.

Sobre a contratação e as alterações um dos autores do projeto, o arquiteto Antonio Campelo Costa, afirma:

Fomos contratados para o desenvolvimento do projeto e na execução da obra a equipe também se responsabilizou pela a compatibilização dos projetos complementares e o acompanhamento da obra. Esclarecemos que a Direção do BNB por razões administrativas resolveu unilateralmente reduzir o número de pavimentos do projeto inicial, sem prejuízo do resultado final da obra. (COSTA, 2013, apud SUZUKI, 2016)

Ao afirmar que a alteração dos pavimentos não comprometeu o resultado final, Costa (2013, apud SUZUKI, 2016) destaca a contribuição à Arquitetura por parte deste projeto. O sistema modulado de blocos de pavimentos, como pode ser observado na Figura 48, é o elemento base do edifício e que se repete formando uma fachada uniforme sem a percepção clara dos pavimentos dentro desses blocos. A redução alterou o porte do edifício significativamente, que inicialmente seria mais vertical com sete módulos ao invés dos três construídos, mas preservou o partido e os elementos construtivos.



Figura 48 - Imagem comparativa entre o corte transversal e maquete do projeto original e o edifício construído. Fonte: Panorama da Arquitetura Cearense – Cadernos Brasileiros de Arquitetura. Vol.1 e 2 e Acervo do Laboratório de Crítica em Arquitetura, Urbanismo e Urbanização da UFC - LoCAU

São duas as contribuições para o processo de organização e normatização dos concursos por parte deste evento. A primeira é a demonstração que os concursos não necessitam ser organizados pelos IABs, mesmo que eles por tradição sejam a principal entidade sobre o assunto, e podem ser

realizados por gestores independentes desde que preservem um processo democrático e transparente. Neste caso o concurso foi organizado pelo próprio Banco do Nordeste. A segunda contribuição é ao fato de a carta manifesto apresentada por um dos concorrentes não ser exposta junto aos outros projetos apresentados, afinal o conhecimento público do documento é importante diante do debate do ambiente construído proporcionado pelo concurso tanto quando os projetos.

Sede Social da Associação dos Funcionários da Petrobrás (1984)

O processo de contratação se deu de como o esperado, pois a entidade possuía certa independência e pretendia construir o edifício. O arquiteto Mário Roque⁵⁰ afirma que não houve problemas durante a contratação e desenvolvimento, e como na época os arquitetos⁵¹ eram bem jovens, essa vitória foi muito positiva para eles.



Figura 49 - Pavilhões e área de lazer infantil do Clube de Funcionários da Petrobrás. Fonte: Revista Projeto, n. 144, ano 1988.

O projeto não sofreu modificações no seu processo de desenvolvimento desde o concurso, mas ao longo do tempo passou por pequenas reformas

⁵⁰ Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

⁵¹ Os arquitetos Mário Roque e Jayme Leitão, autores do projeto.

e manutenções que mudaram algumas poucas coisas, mas segundo o arquiteto⁵² essas alterações não prejudicam a obra como um todo.

A contribuição para o aprimoramento do exercício da arquitetura está na solução adotada que consiste em pavilhões com uma cobertura com a estrutura em treliça espacial com perfil metálico de seção “L”. Esta solução, pouco usual na cidade, de acordo com um dos autores⁵³, proporciona uma estrutura mais simples e mais barata do que a opção por perfis de seção circular.

No aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos, a contribuição deste certame está na iniciativa de uma associação de direito privado, que não tinha obrigação de realizar um concurso, mas buscou a orientação do IAB-CE, mesmo o Instituto não participando da organização. É importante também destacar o comprometimento da associação de não descaracterizar o projeto entre o concurso e o desenvolvimento.

Nova Unidade de Emergência do HGF (1986)

O projeto foi contratado, mas passou por um incremento no programa de necessidades, embora não tenha sido ratificado o valor dos honorários. Segundo Pessoa (2013, apud SUZUKI, 2016), a equipe de supervisão do INAMPS junto dos arquitetos reviram os setores, áreas e equipamentos, provocando uma mudança de mais de 1.000 m² no projeto. Mesmo com solicitação dos projetistas para correção do preço do serviço, o contratante não fez esse reajuste. Essa divergência entre o que foi solicitado no concurso e realizado está diretamente relacionado à uma possível pressa dos proponentes do certame.

A contribuição para o aprimoramento do exercício da arquitetura está na construção de um equipamento público importante para o Ceará. Apresenta uma linguagem modernista íntegra com destaque para a proteção solar das esquadrias. O projeto apresenta brises verticais fixos

⁵² Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

⁵³ Idem.

que protegem as fachadas norte e sul reforçando a importância de projetos adequados climaticamente aos seus contextos, como forma de garantir o melhor conforto aos usuários e um menor consumo energético do edifício.

A situação aqui apresentada sobre o processo de contratação e a ampliação do programa de necessidades sem o ajuste de remuneração é um prejuízo ao processo e a credibilidade destes eventos. Sua contribuição ao aperfeiçoamento dos aspectos institucionais e normativos da organização de concursos está no exemplo a não ser repetido. Ao realizar um certame, a Instituição Promotora lança um edital que é balizador da contratação, no momento que se amplia o escopo do trabalho e não são renegociados os honorários, há uma exploração do acordo pré-estabelecido a partir do resultado do concurso.

TRT-CE em Fortaleza (1993)

O projeto foi contratado sem muitas complicações. De acordo com Muratori⁵⁴ houve apenas um inconveniente neste processo, pois como a inscrição pra participação foi através de pessoa física, não foi possível mudar para pessoa jurídica no momento do fechamento do contrato, acarretando uma alta tributação nos honorários. O edifício foi construído em duas etapas, a primeira entre os anos de 1994 e 1996, e a segunda de forma sequencial entre 1996 e 1998. O principal desafio da segunda etapa foi construir a torre interferindo o mínimo possível no funcionamento da base, além de organizar o canteiro de obra na laje de cobertura da mesma.

A contribuição para o debate do exercício da arquitetura está na realização do edifício em duas etapas acima citada. Esse hiato de dois anos não foi programado e segundo o autor⁵⁵ do projeto a execução da segunda etapa, o volume da torre, não foi satisfatória e apresenta erros, como a falta de chapim na parte curva da torre que permite que a água escorra sujando as fachadas.

⁵⁴ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 21/09/2018.

⁵⁵ Idem.

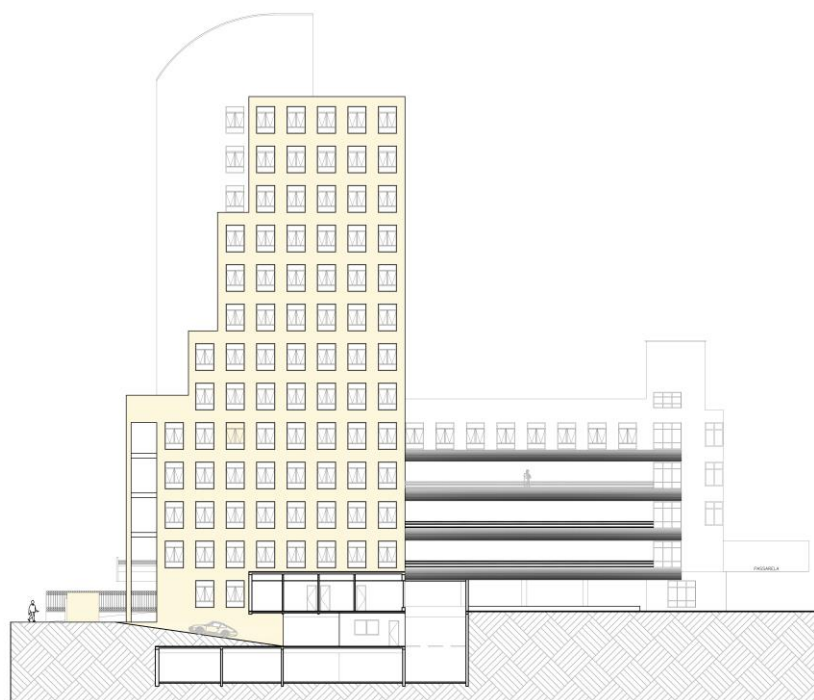


Figura 50 - Desenho da Fachada Sul do Anexo II do TRT-CE. Fonte: Arquivo do TRT-CE

As contribuições deste concurso no aprimoramento da organização deste evento são divididas em dois pontos. O primeiro é o compartilhamento público dos projetos participantes que foi realizado através de uma exposição organizada pelo IAB-CE no edifício existente do TRT-CE. O compartilhamento dos projetos participantes de um concurso amplia o debate arquitetônico para o público em geral ao invés de ficar apenas entre os concorrentes e a comissão julgadora. O segundo ponto se refere à contratação de pessoa física ao invés de pessoa jurídica. Esse tipo de contratação tem uma interpretação dúbia, pois por um lado permite a participação de profissionais autônomos, mas para a instituição promotora há um custo elevado nesse tipo de contratação em função da carga tributária, que pode refletir em uma baixa remuneração do projeto contratado.

Urbanização da Margem Esquerda do Rio Acaraú – Sobral (2000)

Com a realização do concurso no ano 2000, o projeto foi contratado e a sua construção foi finalizada no ano de 2004. Pode-se considerar que o

certame foi eficiente, pois ao que tudo indica o processo de contratação, desenvolvimento e construção transcorreu dentro do previsto. Aqui cabe destacar que concurso e execução ocorreram dentro de gestões diferentes de um mesmo prefeito, Cid Gomes, garantindo assim uma maior possibilidade na eficiência da seleção. No entanto, o aprimoramento deste processo e a garantia de construção de projetos públicos e privados selecionados por concursos deveriam estar menos dependentes das decisões dos gestores e mais por questões técnicas e do interesse público.

A contribuição do concurso para a arquitetura, e urbanismo, está possibilidade de reconectar o lazer da população de Sobral com o Rio. O projeto se encontra em no entorno do Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral, tombado pelo IPHAN em 1999, um ano antes do certame, e garante uma não interferência à esse conjunto e permite a sua contemplação. Convém evidenciar que o projeto apresenta áreas muito amplas que não possuem nenhum tipo de sombreamento arbóreo, não sendo adequado para o clima quente e seco encontrado no interior do Ceará.



Figura 51 - Urbanização da margem do Rio Acaraú e Conjunto Arquitetônico e Urbanístico de Sobral. Fonte: Acervo do IPHAN

A contribuição deste certame para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos está em um exemplo a ser evitado em relação ao julgamento e ao anonimato do participantes. Como citado no capítulo anterior, a partir do momento em que a comissão é composta por apenas arquitetos locais, a segunda etapa não anônima e o vínculo de trabalhos anteriores do arquiteto vencedor com membros da comissão abrem margem para o questionamento de se o processo de seleção foi de fato justo e democrático.

Mercado de Sobral (2003)

O concurso para o Mercado foi na mesma gestão do concurso da margem do Rio Acaraú e que ambos foram eficientes ao realizar a construção do projeto vencedor. Cabe ainda destacar que os dois foram construídos fora de Fortaleza. O projeto congrega o uso público e privado de mercado em dois pavimentos que são conectados por uma rampa de inclinação suave e que permite o uso dos comerciantes, proporcionando uma relação de serviço entre os dois pisos.



Figura 52 - Mercado de Sobral: fachada principal e pátio rampado central Fonte: Acervo profissional do Arquiteto Ricardo Muratori.

O mercado contribuiu para o aprimoramento do exercício da arquitetura ao apresentar uma solução que combina área de quiosques e circulação vertical garantindo ampla acessibilidade ao equipamento. O projeto ilustra que a acessibilidade pensada desde o início do processo toma partido na solução e não aparece como um aplique ao edifício. Cabe apontar que o projeto combina uma planta funcional e fachadas com diversidade plástica, garantida pelo eixo central de estrutura que sustenta a cobertura liberando as faces de qualquer interferência.

Quanto à contribuição nos aspectos institucionais da organização dos concursos pode-se destacar dois pontos. O primeiro é com relação a baixa participação dos arquitetos, que compromete a realização de novos eventos, pois existe um investimento financeiro da Instituição Promotora e da Organização onde parte desse investimento é retornado através das inscrições. A partir do momento que não há inscritos suficientes, o processo de concurso se apresenta financeiramente desinteressante e os poucos concursos realizados no estado podem ficar mais escassos. É importante apresentar o episódio relatado pelo arquiteto vencedor que o prefeito não havia ficado satisfeito com o resultado mas que a comissão defendeu a avaliação dos projetos convencendo-o a manter a decisão apresentada em Ata.

Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA de Fortaleza (2005)

Mesmo o projeto chegando a ser construído e comprovada a eficiência do certame, o processo de contratação contou com algumas adversidades, pois o contrato não era claro com relação ao objeto, como a falta de projeto de paisagismo, climatização e acompanhamento de obra. No caso dos dois projetos complementares foi necessário fazer um novo contrato, enquanto o acompanhamento ficou a sob a responsabilidade do contratante. Sobre este último item, Suzuki (2016, p. 230) afirma que:

“Mesmo a obra contando com a fiscalização da Prefeitura, e em constante contato com os arquitetos responsáveis pelo projeto, o projeto foi executado com diversas alterações que resultaram em um prejuízo da arquitetura final.”

Cabe destacar a contribuição social do concurso e do edifício, que foi implantado em uma área periférica de Fortaleza e serviu de modelo para outros equipamentos culturais construídos na cidade pela Prefeitura.



Figura 53 - Vista aérea do CUCA da Barra junto ao Rio Ceará.

Fonte: <http://suzukiarquitectura.wixsite.com/suzukiarquitectura/institucionais/>. Acesso: 16/06/2018.

O maior problema foi durante a execução da obra. Como toda obra pública, a contratação da construtora/empreiteira por processo de licitação pelo menor preço, traz problemas de qualidade nos recursos humanos, construtivos e materiais. Como salientei sobre o escopo dos serviços, não foi previsto o nosso acompanhamento e assessoramento técnico durante a obra. Pelo que me lembro fomos solicitados para visitar a obra em duas oportunidades, para elucidações de dúvidas. Mas como a prefeitura tinha limitações de recursos fomos consultados por mensagens e telefonemas para os

esclarecimentos. Por mais detalhado que foram realizados os projetos, verificamos a dificuldade dos executores na leitura e compreensão dos detalhes arquitetônicos e complementares. É claro, também não somos perfeitos, mas foi uma construção coletiva e com boas intenções, face a todas as dificuldades, principalmente técnicas e financeiras. (Eduardo Suzuki – Informação pessoa⁵⁶)

A contribuição para o exercício da arquitetura observado neste concursos está nos meios de preservação do patrimônio arquitetônico moderno do Ceará, pois o projeto do CUCA de Fortaleza no antigo Clube de Regatas da Barra do Ceará, expõem a situação de aproveitamento de um edifício modernista que se encontrava totalmente abandonado e que sofreu uma intervenção, embora tenha descaracterizado o projeto original. Fica o questionamento se o certame não deveria proporcionar a recuperação do Clube de Regatas e a criação de edifícios anexos contemporâneos, afim de preservar a sua identidade arquitetônica ao invés de apenas aproveitar a estrutura existente para um novo edifício, afinal parte do programa de necessidade poderia ser aproveitado. Esta questão é fundamental no debate sobre a documentação e conservação do patrimônio moderno, revelando a importância de refletir sobre o projeto, a obra, o uso e a memória no processo de intervenção do patrimônio moderno (JUCÁ NETO; PAIVA, 2018).

A contribuição nos aspectos institucionais e normativos para o aperfeiçoamento da organização de concursos está na atenção da Organização e da Instituição Promotora ao montar o edital e contrato, pois como apresentado anteriormente, estes não estavam claros com relação ao escopo a ser contratado. Neste caso essa diferença foi resolvida com um contrato a parte para o que não estava contemplado no primeiro acordo, mas mesmo assim causou prejuízo público pois foi gerado um custo adicional ao que se havia planejado no início do certame.

Requalificação das Delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana (2007)

⁵⁶ Entrevista concedida pelo arquiteto Eduardo Suzuki via mensagem eletrônica ao autor no dia 13/09/2019

O projeto de requalificação foi contratado e desenvolvido, mas os arquitetos alegam⁵⁷ que nunca receberam nada além do valor da premiação. Foram construídas mais de 40 unidades pelo estado, mas a falta de qualidade de algumas empreiteiras contratadas comprometeram o resultado final de algumas obras.

A solução presente no projeto vencedor contribuiu para o exercício da arquitetura ao apresentar uma solução eficiente e economicamente adequada para a adaptação nas nove delegacias iniciais. Mais do que apresentar o projeto para uma edificação, a proposta contém um sistema de intervenção que permite ser replicado a partir de elementos que cobrem a fachada existente proporcionando proteção direta solar e identidade visual.

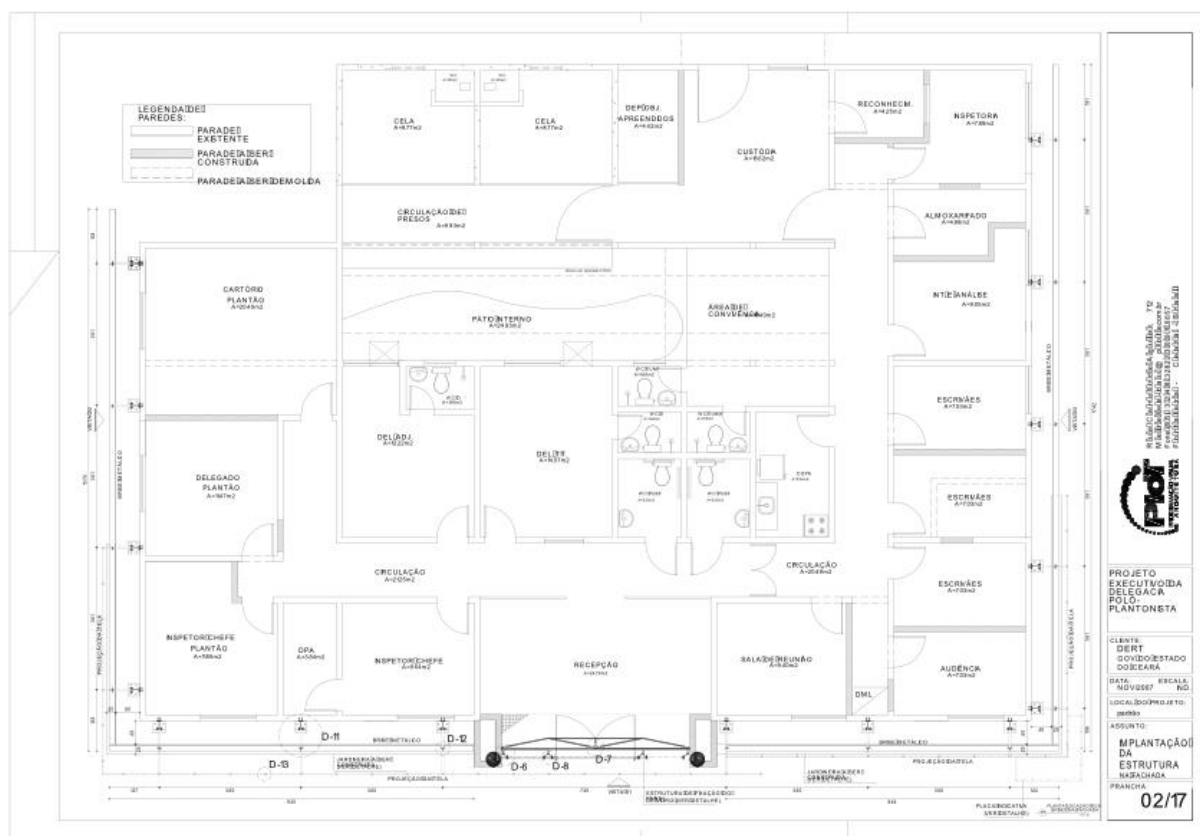


Figura 54 - Implantação da Estrutura na Fachada: planta de localização dos brises na fachada.
Fonte: Acervo do escritório UMPRAUM

⁵⁷ Entrevista concedida pelo arquiteto Rafael Magalhães ao autor no dia 15/02/2019

A contribuição para o aperfeiçoamento da organização dos concursos está no alerta em relação a baixa participação de arquitetos com propostas. Esse número restrito pode ter três causas distintas, mas correlatas. A primeira, mencionada anteriormente, seria a comissão formada apenas por arquitetos locais e que pode causar desconfiança daqueles que têm interesse de participar pois o vencedor pode ter alguma relação com membros da comissão, como já visto anteriormente nessa pesquisa. A segunda questão é por se tratar de um concurso de anteprojeto ao invés de estudo preliminar, pois exige uma maior dedicação laboral dos participantes, que correm o risco de não serem renumerados, o que leva para a terceira questão: a premiação apenas do primeiro lugar, não sendo financeiramente interessante para os demais participantes.

Reordenamento Geral da Avenida Beira-mar em Fortaleza (2009)

Este certame possui uma condução particular, uma vez que o processo foi demasiado demorado, tanto que depois de dez anos da realização do concurso, a obra ainda não foi concluída. Parte dessa demora é em função do porte da intervenção com aproximadamente 3 km de extensão, como pode ser observado na Figura 55. Outro agravante neste processo é que a gestão da Prefeitura que realizou a seleção⁵⁸ não é a mesma que está conduzindo a obra⁵⁹. Para o arquiteto Ricardo Muratori⁶⁰ o processo de desenvolvimento provocou um desgaste com o contratante, pois logo após a vitória surgiram novas demandas que não estavam no Edital e posteriormente a Prefeitura começou a modificar elementos do projeto sem consulta prévia aos arquitetos, apenas comunicando por ofício a mudança. O desgaste foi tanto que os autores romperam com a Prefeitura transferindo os direitos do projeto para a mesma.

⁵⁸ Prefeita Luizianne Lins (2005 – 2012)

⁵⁹ Prefeito Roberto Cláudio (2013 – atual)

⁶⁰ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019



Figura 55 - Planta geral do projeto vencedor.

Fonte: <https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.109/3559?page=3>

Este concurso contribuiu para o aprimoramento do exercício da arquitetura ao abrir a questão de qual o limite das modificações realizadas entre o projeto vencedor do certame e o edifício executado. Neste caso a análise será realizada nas alterações ocorridas no Mercado dos Peixes, mesmo que a Ata de Julgamento (IAB-CE; SETFOR, 2009) indicasse que o impacto na paisagem do equipamento poderia ser minimizado. Além disso, Ricardo Muratori⁶¹ afirma que a mudança no mercado veio de uma solicitação da Prefeitura.



Figura 56 - Comparação entre a obra que foi realizada para o Mercado dos Peixes e seu projeto na época do Concurso. Fontes:

<https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/> |

<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.109/3559?page=3>

Ao observar a Figura 56, pode-se notar que no Mercado dos Peixes, edifício que faz parte do reordenamento da Avenida Beira-Mar e única parte concluída da obra até o início deste trabalho, há uma grande diferença entre a proposta apresentada no concurso e o projeto desenvolvido, na verdade são dois projetos completamente distintos. A

⁶¹ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

primeira diferença está nos partidos arquitetônicos. A proposta inicial consistia em um grande bloco em concreto aparente com dois pavimentos, coberta plana e com implantação perpendicular à faixa de praia, enquanto o Mercado construído é um conjunto de cinco blocos brancos de um pavimento com uma cobertura metálica curva e implantação perpendicular ao mar.

Mudanças significativas entre o projeto apresentado no concurso e o desenvolvido são práticas que não contribuem para o aperfeiçoamento dos aspectos institucionais e normativos dos concursos. O respeito da Instituição Promotora e da Comissão Julgadora com o projeto escolhido como vencedor deve ser soberano para que estes eventos mantenham suas credibilidades, pois se não o concurso passa para ser apenas uma seleção para escolher um arquiteto para desenvolver um segundo projeto.



Figura 57 - Mercado dos peixes construído e a proposta do segundo colocado para o Mercado. Fontes: <https://www.galeriadaarquitetura.com.br/projeto/> | piniweb17.pini.com.br/construcao/arquitetura/arquiteto-ricardo-henrique-muratori-de-menezes-vence-concurso-de-revitalizacao-159188-1.aspx

Acredita-se que as mudanças solicitadas pela Prefeitura no mercado deixaram com o mesmo partido arquitetônico da proposta que ficou em segundo lugar. Como pode ser observado, na Figura 57, os dois casos apresentam a distribuição em blocos térreos perpendiculares ao mar com cobertas curvas com estrutura metálica branca e fechamento em tom amadeirado.

4.2. OS CONCURSOS NÃO CONSTRUIDOS

Ao observar a lista de concursos do Apêndice C, pode-se notar que o primeiro concurso documentado que não foi construído ocorreu em 1990, mais de 30 anos após a realização do primeiro da lista em 1969. Isso é

importante para identificar uma maior eficiência dos certames no início em contraponto à década de 1990, que foi a década com mais concursos, mas que dos sete eventos apenas um foi efetivamente construído.

A não contratação e não construção de um concurso, tornando-o conseqüentemente não eficiente pode ter causas diversas. Para Romeu Duarte:

Concursos caros (inscrição, produtos exigidos, técnicas utilizadas etc.), demorados, de elaboração intrincada, analógicos (ainda existem), destituídos de comissões julgadoras comprometidas com seus resultados e de amparo técnico-jurídico, de premiação barata ou incerta, entre outros problemas, são geralmente mal sucedidos. (Romeu Duarte – Informação pessoal⁶²)

Continuando sobre a não efetivação dos concursos, Eduardo Suzuki complementa:

Muitos concursos são realizados somente com intuito de promoção política, sem comprometimento para a realização da obra e não acho isso interessante "arquitetura é obra construída". Os critérios de avaliação (jurados) também deveriam ser mais criteriosos, técnicos e fundamentados. Com mais tempo de análise e debates. Também deveriam se ter mais respeito pelo processo e a efetivação das obras, com orçamentos definidos e comprometimento dos agentes públicos e políticos. (Eduardo Suzuki – Informação pessoal⁶³)

Devido à pouca informação encontrada sobre alguns concursos, não foi possível realizar as devidas análises e identificar as suas contribuições para o processo. Estes concursos são: Concurso para Posto Modelo de Fortaleza; Centro Administrativo de Fortaleza; e Sede do Sindicato dos Bancários. Em função disto, os certames não serão comentados abaixo, sendo considerados ineficientes e contribuindo apenas com a abertura de debate sobre uma solução de uma necessidade por parte dos participantes.

Parque Ecológico da Maraponga (1991)

Neste concurso, onde não houve a contratação, como previsto em edital, nem a realização da obra, não foi apontada nenhuma contribuição

⁶² Entrevista concedida pelo arquiteto Romeu Duarte via mensagem eletrônica ao autor no dia 03/10/2019

⁶³ Entrevista concedida pelo arquiteto Eduardo Suzuki via mensagem eletrônica ao autor no dia 13/09/2019

arquitetônica e urbanística, pois mesmo tendo um resultado final, nenhuma das propostas apresentadas, de acordo com a Comissão Julgadora, aprofundaram as questões relativas ao conceito de parque ecológico encaminhando as propostas para parques urbanos. Ainda de acordo com a Comissão, o conceito de parque ecológico está relacionado à incorporação do máximo possível de bio-massa na área de intervenção.

No então, sobre a contribuição para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos pode-se fazer duas observações sobre esse concurso. A primeira é relativa ao fato do edital afirmar que o 1º classificado vai ser contratado apenas como consultor de projeto da a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente ao invés de ser contratado para desenvolver o projeto como deveria ser. Tal informação presente no edital não contribui para a realização e participação de certames, provavelmente provocando a baixa presença de projetos nessa seleção. A segunda observação é direcionada ao inusitado resultado quando não houve um projeto como 2º classificado, sob alegação de que apenas dois projetos mereciam premiação e que a diferença entre os dois era demasiadamente grande justificando deixar um prêmio sem nenhum selecionado. Essa praticamente é questionável pois os editais não apontam critérios mínimos para ser considerado classificado, sendo uma relação de valores comparativos entre os participantes. Cabe destacar que não foi identificado nenhum outro evento no Brasil com essa mesma solução.

Concurso Nacional de Ideias para Embelezamento da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade (1999)

Após a seleção do projeto vencedor os arquitetos responsáveis foram contratados para o desenvolvimento da praça presente no objeto do concurso, mas no momento da implantação desta houve problemas, onde o principal foi a interface com o Metrô de Fortaleza, pois seria necessário que a estação que haveria na praça fosse construída para que o projeto da praça pudesse ser construído. Esse processo foi um entrave entre Governo do Estado (Metrô de Fortaleza) e a Prefeitura. No seu segundo mandato, em 2003, o então prefeito Juraci Magalhães solicitou à equipe

um novo projeto que não estivesse na mesma área da estação. Desta segunda proposta foi executada apenas a paginação do piso, não levando este certame a efetivar suas intenções iniciais. Sobre este processo Ricardo Muratori complementa:

Foram realizadas reuniões com o Metrofor para poder fazer a compatibilização dos projetos, principalmente as rampas de acesso da estação, mas estes foram muito refratários e que não mudariam nada na estação. Na época não foi feita a estação. Provavelmente a estação de hoje não foi a realizada na época. (Ricardo Muratori – Informações Pessoais⁶⁴)

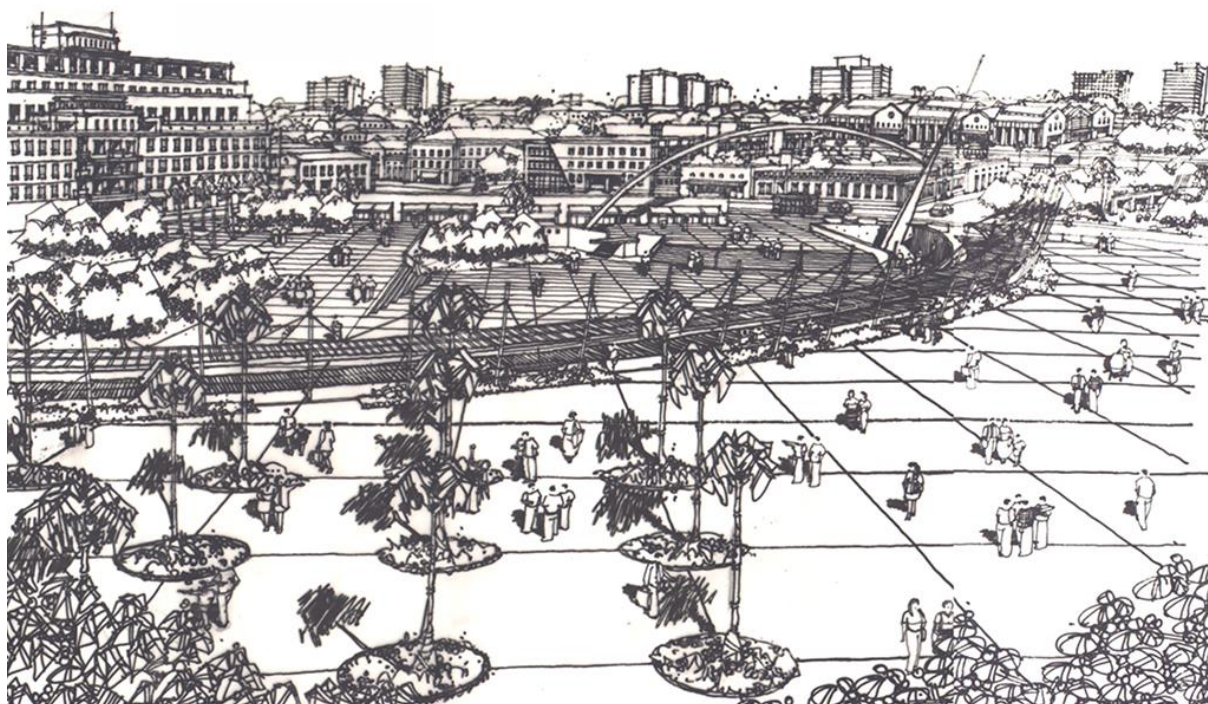


Figura 58 - Ilustração de autoria do Arquiteto Fabian Salles da proposta vencedora do concurso. Fonte: Acervo profissional do arquiteto Ricardo Muratori

A proposta do concurso como um todo é contestável. Fernandes (2004) aponta que o próprio edital é incoerente com o objetivo proposto, pois solicita um plano de intervenções para uma macro área e o desenvolvimento de uma área específica, no entanto o peso dos julgamentos foi desproporcional. O projeto pontual teve mais força na análise que o planejamento que deve orientar as futuras intervenções.

A ênfase na solução pontual das Praças José de Alencar e Lagoinha – denominadas pretensiosamente de “Parque da Cidade” – revela a

⁶⁴ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

visão mesquinha de espaço urbano dos promotores e o interesse político subjacente: erigir mais uma obra de visibilidade junto à população com vistas a torna-la objeto de marketing eleitoral. Tal estratégia se deu à época da promoção do concurso, quando se veiculou exaustivamente as imagens da nova praça nas campanhas políticas de reeleição. Da mesma forma deu-se neste ano eleitoral de 2004 quando da conclusão da primeira etapa da obra. (FERNANDES, 2004, p. 112)

Segundo Ricardo Muratori⁶⁵ ficou claro que desde o início o concurso era para a praça e que essa proposta urbanística era uma solicitação mais para evitar questionamentos com a sociedade, tanto que focou muito mais na praça do que na proposta urbana, enquanto outras equipes propuseram o contrário.

A contribuição pra o aprimoramento do exercício da arquitetura está ligada à desconformidade entre o projeto da praça e a futura estação do metrô, pois alerta para a necessidade da compatibilidade entre os projetos em uma mesma área, principalmente quando neste caso o da estação já era existente.

Sobre a contribuição para a organização dos concursos nos seus aspectos institucionais cabe a cautela ao realizar concursos com interesse de visibilidade política e em conjunto com a iniciativa privada, pois abre-se polêmicas sobre a retidão do evento. Sobre a realização com interesses políticos pode-se questionar a necessidade do certame, mas também pode indicar uma pressa para a realização não possibilitando a devida negociação com as instituições afetadas, como foi o caso do Metrô de Fortaleza. Sobre misturar iniciativa pública e privada em um mesmo concurso abre-se margem para o questionamento de se o evento tem como principal interesse a sociedade ou o benefício da instituição privada.

Concurso Público Nacional de Projeto Fortaleza Atlântida 2000 (1999)

De acordo com Suzuki (2016, p. 196), o arquiteto Antônio Campelo Costa relatou que os trabalhos iniciais de desenvolvimento foram interrompidos

⁶⁵ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

devido à uma má condução política na negociação entre as instâncias dos poderes estaduais e municipais. Essa interrupção deixou para a equipe um prejuízo de dezenas de milhares de dólares.

Sobre o projeto não ser contratado e desenvolvido, Romeu Duarte⁶⁶ aponta como um dos motivos os desencontros e desavenças surgidas entre o empresário Pio Rodrigues, à frente da Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL, e o então prefeito Juraci Magalhães, especialmente a concepção do negócio como um todo, que o enxergava como uma operação eminentemente privada, acabaram por inviabilizar a execução do projeto.

A contribuição para o aprimoramento do exercício da arquitetura e urbanismo vêm com o debate sobre a criação de um ícone arquitetônico. Quando o concurso pede como parte do escopo um ícone, se está demandando para criar um novo símbolo para a cidade como uma invenção e não uma apropriação da população. Paiva (2011b) complementa:

A concepção dos ícones urbanos e arquitetônicos na atualidade satisfaz as mudanças de rumo no cenário da arquitetura e urbanismo contemporâneos. Assim como a arquitetura e o urbanismo modernos refletiam a lógica capitalista da produção, buscando associações estéticas, técnicas e funcionais com a racionalidade industrial, ao que tudo indica, a arquitetura contemporânea se sustenta na lógica do consumo, reproduzindo e criando uma diversidade e variedade estética, técnica e funcional condizente com o processo contemporâneo de acumulação. (PAIVA, 2011b)

⁶⁶ Entrevista concedida pelo arquiteto Romeu Duarte via mensagem eletrônica ao autor no dia 03/10/2019



Figura 59 - Perspectiva digital da proposta vencedora do concurso. Fonte: Acervo profissional do escritório Nasser Hissa.

A contribuição para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais aponta para dois pontos. O primeiro, já apresentado no concurso de Embelezamento do Centro da Cidade, é a relação direta no certame de entidades públicas e privadas que abrem questionamento sobre quais os reais benefícios da seleção e se eles vão atender prioritariamente o interesse público ou o privado. O segundo ponto é relativo a grande escala da intervenção que contava com hotel, centro de comércio, marina, aquário, Museu do Mar, oceanário e a torre ícone. Uma proposta desse porte necessita de um grande planejamento e um forte acordo institucional para poder conduzir o processo de desenvolvimento. No entanto, ao que tudo indica, as divergências aqui apresentadas demonstram uma aliança franca entre as instituições envolvidas.

Sede CREA-CE (2001)

A relação inicial entre o vencedor e o CREA-CE, de acordo com o próprio arquiteto premiado, foi desgastante, principalmente no momento das negociações do valor do serviço. No edital não informava o valor de

contrato, apenas o de premiação (R\$ 20.000, R\$ 10.000 e R\$ 5.000), mas indicava que e seria contratado pelos valores das tabelas do IAB. No momento em que o vencedor apresentou a proposta de honorários, que correspondia a uma fração do valor proposto pelas tabelas do IAB o contratante achou o valor elevado. Em meio as negociações, o CREA desistiu do concurso e optou em comprar um prédio no Centro de Fortaleza e não construir o edifício fruto do concurso. Esse processo de desistência, de acordo com o arquiteto Ricardo Muratori⁶⁷, não foi transparente com a equipe que deveria ser contratada.

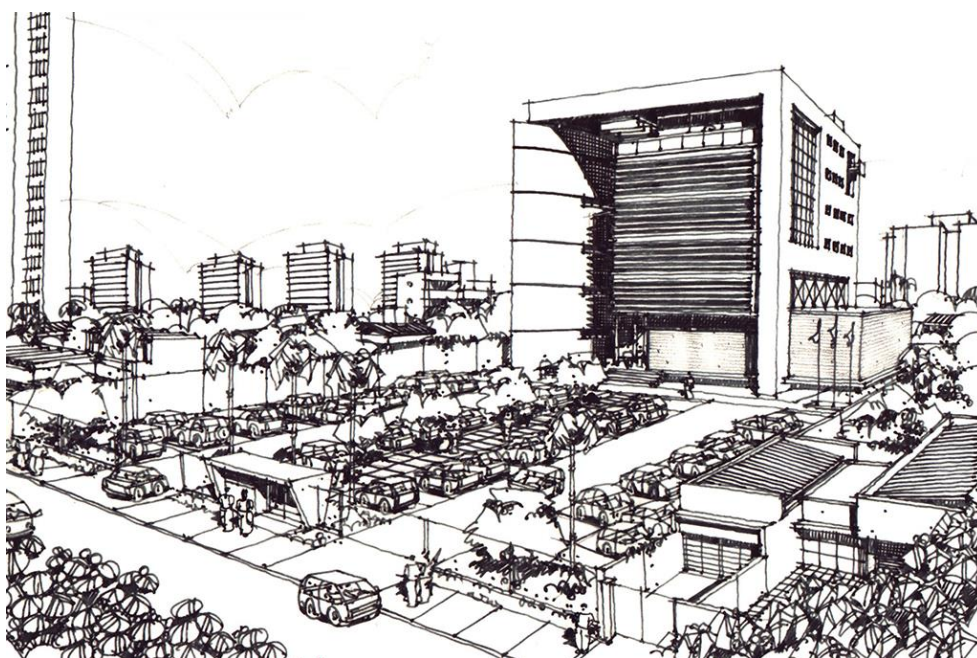


Figura 60 - Ilustração da proposta vencedora do CREA-CE. Desenho de Fabian Salles.
Fonte: Acervo profissional do arquiteto Ricardo Muratori

A contribuição para os aspectos institucionais e normativos dos concursos está na falta de contrato pré-estabelecido junto ao lançamento do contrato, pois no momento em que fica em aberto o valor de contratação, abre-se margem para que o contratante não aceite a proposta mesmo que esteja baseada na Tabela indicada nas bases de seleção. É necessário que estes valores e termos de contratação já estejam estabelecidos no início do

⁶⁷ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

concurso, garantindo uma maior seriedade por parte da Instituição Promotora com os participantes.

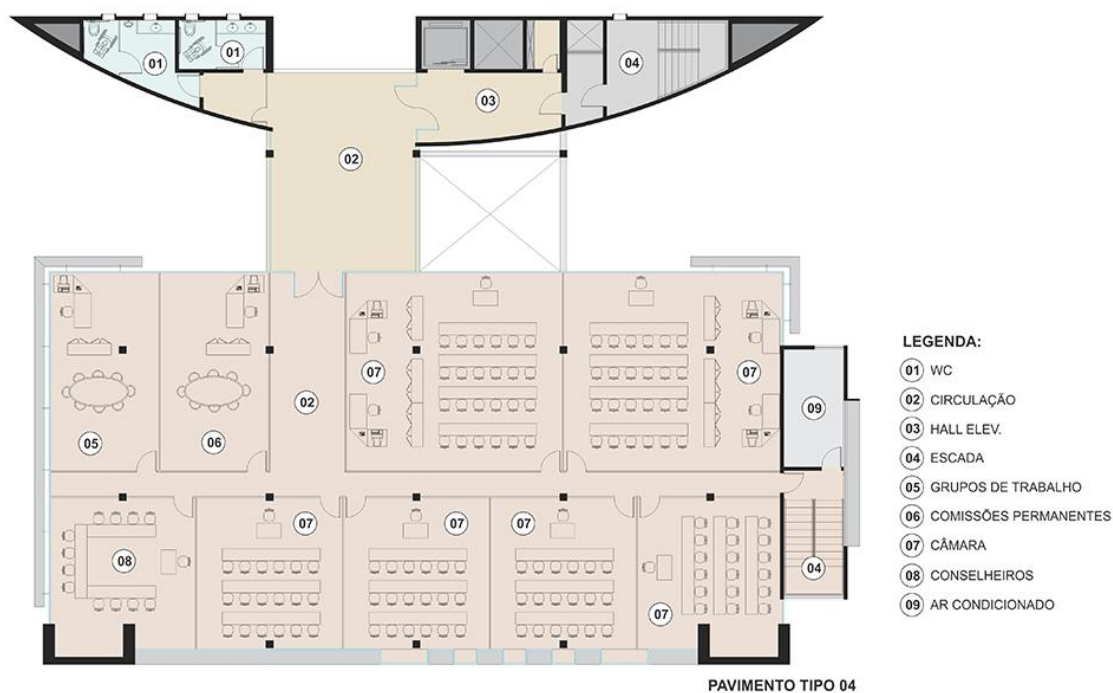


Figura 61 - Pavimento tipo do projeto vencedor do CREA-CE. Fonte: Acervo profissional do arquiteto Ricardo Muratori

A contribuição ao exercício da arquitetura se refere à separação do setor de serviço e circulação e da área de trabalhos em dois blocos ligados por uma passarela e uma cobertura, como pode ser observado na Figura 60 e Figura 61. O projeto apresenta uma planta livre no setor laboral permitindo alterações de layout ao longo do tempo sem comprometer a estrutura física do edifício. Essa racionalidade em planta é contraposta pelos elementos de fachada que buscavam um certo formalismo.

Hub de Inovação do Nordeste – Hubine (2016)

Sobre este edifício, não foi possível identificar nenhuma contribuição para o aprimoramento do exercício da arquitetura devido à não localização do arquiteto premiado e a falta de informação sobre o projeto.

No entanto é possível identificar as contribuições para o aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos.

Dois detalhes chamam a atenção na realização neste concurso. O primeiro é a forma de envio: um *pendrive* com os arquivos das pranchas que deveria ser entregue na Sede Administrativa do Banco. A entrega física, mesmo de mídia digital, acaba limitando e onerando a participação de arquitetos. Aqui cabe apontar que em 2010 o IAB Nacional havia publicado um Caderno Técnico razões e recomendações para a realização de concursos em meio eletrônico, que nesse caso foi parcialmente atendido, pois o envio foi físico de arquivos digitais. Por mais que o concurso tenha contado com um número elevado de inscrições, como apresentado no capítulo anterior, o número de propostas recebidas não chega a 30% das inscrições. Acredita-se que esse dado está relacionado com o meio de entrega dos projetos. O segundo detalhe é sobre o julgamento, onde vale destacar a metodologia utilizada para a avaliação, mesmo que não apresentada de forma mais detalhada. Segundo a Ata de Julgamento (BNB, 2016a), a análise ocorreu em três rodadas onde em cada uma se deu ênfase a pontos específicos exigidos no Edital, de forma que fossem contemplados todos os aspectos solicitados. Após a avaliação dos projetos em todos os aspectos solicitados, a comissão definiu os vencedores e expôs os pontos considerados em destaque. Cabe ainda comentar que a ata poderia ser mais detalhada, permitindo uma melhor compreensão do processo, pois no momento em que se fala apenas o que foi analisado e depois os projetos escolhido, deixa-se uma lacuna de como o processo de discussão se desenvolveu.

Parque Estadual do Cocó (2017)

A contribuição deste concurso para o aprimoramento do exercício da arquitetura e urbanismo está na articulação entre a cidade e o parque. A proposta, que abrange dezessete áreas, propõe as intervenções em três escalas: urbana; ecológica e construída. A urbana está em como são as interseções do parque com a cidade, a ecológica na dimensão da recuperação de fauna e flora degradados na área e por fim, o construído a

edificações e seus usos econômicos que podem ser fontes de renda para auxiliar na preservação do parque.



Figura 62 - Proposta vencedora do Concurso do Parque do Cocó. Fonte: <https://www.concursoparquedococo.com.br/site/1>

O concurso de ideias para o Parque Estadual do Ceará contribuiu para o aperfeiçoamento da organização dos concursos com o questionamento sobre concursos de ideias. O poder público pode realizar concursos de ideias? Essa questão surge quando observa-se o Edital (IAB-CE; SEMA-CE, 2017) e se tem um investimento de premiação total de R\$ 155.000,00, mas resguarda o direito à Instituição Promotora de não contratar a proposta vencedora e afirma que a participação no concurso implica a cessão dos direitos patrimoniais do projeto da equipe vencedora para a entidade Promotora. Diante dessas colocações, o concurso desde que foi lançado já indicava que não seria eficiente.

4.3. OBRAS PÚBLICAS SEM CONCURSO NO SÉCULO XXI

Esse terceiro subcapítulo, como apresentado no início do capítulo, analisa alguns projetos de grande porte propostos pelo Governo do Estado do Ceará mas que não foram fruto de concursos, como supostamente deveriam ser. Essas contratações foram realizadas por meios legais, mas que diante de equipamentos de impacto significativo para o estado não contribuem com um debate entre arquitetura e cidade.

A apresentação dos projetos não tem como objetivo abordar todos os projetos realizados no estado e que deveriam ser objeto de concursos de

arquitetura, mas sim exemplificar através de projetos contemporâneos a falta de comprometimento com os certames por parte dos Agentes Públicos. Como essa discussão não é o foco principal dessa dissertação, a escolha dos projetos apresentados nesse subcapítulo seguiu o critério de projetos contemporâneos, do século XXI, e que já foram objeto de estudo de outros trabalhos acadêmicos.

Essa falta de concursos diante da realização de projetos de grande porte causam descontentamento na classe dos arquitetos locais. Romeu Duarte⁶⁸, além desse incômodo com projetos sem seleção de propostas arquitetônicas, lamenta que as entidades de classe, como o IAB-CE e o CAU-CE, não têm se manifestado diante desses casos. Mário Roque⁶⁹ complementa destacando que quando as licitações são por técnica e preço acaba por centralizar os projetos junto às grandes empresas de arquitetura. Ainda ressalta que em alguns casos os projetos são iniciados dentro das Instituições Públicas e a licitação é apenas para o desenvolvimento do projeto executivo.

Centro Multifuncional de Feiras e Eventos (2001)

Com o intuito de reforçar a imagem da cidade, o Governo do Estado do Ceará junto da Prefeitura Municipal de Fortaleza realizaram o projeto para o Centro Multifuncional. De acordo com Paiva (2011b) o objetivo do Centro era atender as demandas relacionadas ao turismo de eventos como feiras e exposições.

Este foi um caso curioso de desenvolvimento de um projeto arquitetônico, pois foi realizado um consórcio de 14 escritórios⁷⁰ de arquitetura do Ceará com a coordenação da Associação Técnico-Científica Eng. Paulo de

⁶⁸ Entrevista concedida pelo arquiteto Romeu Duarte via mensagem eletrônica ao autor no dia 03/10/2019

⁶⁹ Entrevista concedida pelo arquiteto Mário Guerra Roque ao autor no dia 09/10/2019

⁷⁰ Arquitetos participantes: Delberg Ponde de Leon, Fausto Nilo, José Liberal de Castro, José Neudson Braga, José Sales (PPAU), Jayme Leitão (Reata), Osvaldo de Souza (Cia de Arquitetura), Antonio Carvalho Neto (Arquitetura do Sol), José e Francisco Nasser Hissa (Nasser Hissa), Ricardo Muratori (Arcosanti), Airton Barbosa, Artur Novaes (Novaes Arquitetura), Paulo Novaes (Artenova), Flávio Vidal (Vidal Arquitetura), Luiz Muniz Deusdará, Luciano Guimarães, Luiz Fiúza, Joaquim Cartaxo.

Frontin – ASTEF, uma entidade privada mas vinculada ao Centro de Tecnologia da UFC. (BARBOSA, 2006)

Os arquitetos foram divididos em cinco grupos com projetos específicos para o Centro Multifuncional. Os projetos são: implantação do Centro; Teatro para 2 mil pessoas; Centro de Convenções; Pavilhão de Feiras; Conjunto Residencial para as famílias, aproximadamente 295, que seriam afetadas com a implantação do Centro.



Figura 63 - Imagem ilustrativa do complexo do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos. Fonte: BARBOSA, 2006.

Para o arquiteto Ricardo Muratori⁷¹, que esteve envolvido nesse processo, o projeto do Centro Multifuncional foi um grande desperdício de dinheiro público, pois os projetos foram pagos, desenvolvidos e engavetados. A não realização deste projeto está relacionada à dois aspectos, como afirma Paiva (2014):

O projeto era ambicioso em vários sentidos e talvez por conta disso teve a sua execução inviabilizada, que foi reforçada pela mudança de mandato em 2006. O Governador que assumiu o cargo propôs a transferência da construção do Centro de Eventos do Ceará para a Av. Washington Soares, vizinho ao antigo Centro de Convenções, reduzindo o programa de necessidades em relação ao Centro Multifuncional de Eventos e Feiras do Ceará. (PAIVA, 2014)

⁷¹ Entrevista concedida pelo arquiteto Ricardo Muratori ao autor no dia 12/09/2019

Diante dos fatos apresentados, pode-se constatar que o projeto não foi eficiente já que não chegou a ser construído, mas trouxe uma contribuição para o aprimoramento do exercício da arquitetura: o desenvolvimento de um projeto extremamente coletivo. Essa iniciativa tem que ser destacada pois a reunião de 14 escritórios permitiu um grande debate arquitetônico e o desenho de edifícios diversos entre si mas dentro de um caminho conjunto. Não é possível atestar com certeza, mas provavelmente foi a maior experiência coletiva de projeto arquitetônico no Estado. A concepção do *Masterplan* do empreendimento contou com a participação, além dos experientes arquitetos locais, de uma consultoria internacional.

Já a contribuição para o a discussão e aperfeiçoamento da organização dos concursos nos seus aspectos institucionais e normativos é de que este projeto deveria ter sido fruto de um conjunto de concursos. Devido ao porte desta intervenção e visando a realização completa e eficientes do projeto, a Instituição Promotora poderia apresentar a implantação geral como base e realizar concursos independentes para cada edificação, proporcionando um debate mais amplo sobre essa ocupação e democratizaria os contratos de serviço ao invés de contratações diretas.

Centro de Eventos do Ceará (2007)

A realização do Centro de Eventos do Ceará é um desdobramento da iniciativa do Centro Multifuncional de Feiras e Eventos que acabou sendo engavetado. A nova localização do novo Centro de Eventos na Av. Washington Soares possibilita uma integração direta com um dos principais eixos de expansão urbana de Fortaleza e concentra diversas funções públicas e privadas, como universidades, centros comerciais, o antigo Centro de Convenções e o Fórum da cidade. (PAIVA, 2014)

O projeto deste novo Centro de Eventos teve o seu estudo realizado internamente ao Governo do Estado pelo então Secretário das Cidades do Ceará, o arquiteto Joaquim Cartaxo e contou com o desenvolvimento, através de uma licitação, do escritório Nasser Hissa em parceria com a Architectus. Segundo Paiva (2014) o Centro de Eventos foi pensado como

um impulso ao turismo de eventos no Estado e funcionar com um ícone arquitetônico para a cidade.

A contribuição ao debate e aprimoramento do exercício da arquitetura está no conflito entre maquetes digitais e obra, como pode ser observado na Figura 64. Junto a isso está a força da venda do produto através da imagem, pois ainda em estudo preliminar e com maquetes e imagens pretensiosamente deslumbrantes, o Governo vendeu este produto gerando uma grande visibilidade política para os gestores e criou-se uma expectativa em cima do objeto. Essa expectativa foi encerrada com a obra, pois toda a ideia veiculada através das complexas imagens que envolviam o Centro foi transformada em planos simples que cobriam parcialmente as duas fachadas de acesso aos pavilhões.

Ainda que o estudo não tenha se materializado, essas diferenças impactaram financeiramente na obra, levando o Ministério Público do Ceará a fazer questionamentos relativos à diferença de mais de 30% no orçamento previsto para sua construção, que foram justificados através das diferenças em relação ao projeto original. (ARRUDA, 2018)



Figura 64 - Comparação entre maquete digital apresentada e obra executada do Centro de Eventos do Ceará. Fonte: Acervo do Governo do Estado do Ceará

Com a força imagética apresentada no estudo, segundo Joaquim Cartaxo (CARTAXO, 2018 apud ARRUDA, 2018), a premissa era fugir da forma tipológica de um bloco retangular, comumente adotada nesse tipo de edificação, através de referências à elementos da paisagem litorânea e artesanato cearense: as falésias, no que se refere a forma e cor, e as rendas

através da textura. Essa ideia inicial é contraposta pela ausência das placas em parte considerável das faces e quando Paiva (2014) afirma:

O caráter “perceível” da arquitetura do CEC pode ser percebido também no invólucro mural da caixa, composto por vedações de blocos e estrutura pré-moldada de concreto, sem reboco e pintado com baixo nível de acabamento, deixando transparecer uma certa displicência com o tratamento das superfícies. A impressão de inacabado é potencializada por aberturas de esquadrias dispostas aleatoriamente para solucionar problemas de ventilação e iluminação de áreas técnicas e de serviços, assim como pela interrupção das placas que sugerem as falésias na elevação leste (PAIVA, 2014)

O projeto foi executado, mas o resultado entregue não é satisfatório. Sobre a contribuição para o aperfeiçoamento dos aspectos institucionais e normativos da organização dos concursos é de que também deveria ser fruto de concurso. Um equipamento deste porte não poderia ser imposto pelo Governo sem um debate sobre sua implantação e possibilidades. Neste caso o concurso deveria ser organizado pelo Governo do Estado em parceria com as entidades profissionais de arquitetura, o então CREA-CE e o IAB-CE, e com as universidades do Ceará, proporcionando um debate e um processo de contratação democrático como o que foi realizado pela Prefeitura para o CUCA em 2006.

Acquario do Ceará (2009)

Este é um empreendimento lançado em 2009 com a promessa de ser o maior aquário do Brasil com mais de 20.000,00 m² e 500 espécies animais diferentes. Este projeto faz parte do conjunto de projetos da gestão do Governador Cid Gomes e que tem objetivo de alavancar a economia do estado através de grandes obras de atração turística. Este é um projeto que envolve diversos processos questionáveis e não transparentes que acarretam na não finalização da obra até o presente momento desta pesquisa.

De acordo com Arruda (2018), a Secretária de Turismo do Estado estabeleceu critérios de inexigibilidade para a não realização de uma licitação, onde foi indicada como a única empresa com capacidade técnica e experiência necessária a empresa Imagic. Para tal contratação, a Secretária teria se conveniado com uma empresa de direito privado e sem

fins lucrativos, Fortaleza Convention Bureau, e que, segundo Arruda (2018), foi a responsável pela contratação direta do escritório de arquitetura. Além desta questão inicial da contratação, Arruda (2018) ainda afirma que o processo teve sua legalidade questionada em diversos momentos, como escolha do local, financiamento e construção.



Figura 65 - Perspectiva aérea do projeto do Acquário do Ceará. Fonte: Acervo profissional do escritório de arquitetura IMAGIC

A contribuição apresentada pelo projeto para o aprimoramento do exercício da arquitetura está em dois pontos. O primeiro sobre a tentativa de implantação de um ícone arquitetônico e o segundo é questionamento de como um equipamento público desse porte se restringe a intervir apenas no seu lote sem fazer adequações urbanas na imediações garantindo o bem-estar social daqueles que lá vivem.

Com relação ao primeiro ponto, este é o reflexo de uma arquitetura que visa prioritariamente o caráter imagético ao propor estruturas tradicionais com aplicação de cascas para conferir uma forma atrativa. Essas soluções, têm um sério risco de serem absorvidas pelo “ânimo” provocado por imagens e maquetes coloridas e plenas de luz e não rebaixarem a capacidade tecnológica de detalhar e de se construir. Paiva, Hissa e Lima (2014) afirmam:

Como desdobramento da sociedade e da cidade do espetáculo, presidida pelo consumo, pela economia simbólica, e pelo city marketing, a arquitetura passa a priorizar o impacto visual que causa como objeto notável e distinto, sintetizada em uma imagem icônica passível de ser mercantilizada (PAIVA; HISSA; LIMA, 2014)

Sobre o segundo ponto, a falta de relação do Acquário do Ceará com o seu entorno não é compatível com o tipo de intervenção, afinal o impacto nos moradores e trabalhadores vizinhos é inevitável e se não conduzido com zelo acaba acarretando da expulsão dessa população. Paiva, Hissa e Lima (2014,) complementam que “os aspectos relativos à sua inserção urbana constituem uma das principais falácias do Acquário, uma vez que poderia ampliar a escala da intervenção (restrita ao lote) e promover a melhoria dos espaços públicos da Praia de Iracema.”

A contribuição deste projeto para o aperfeiçoamento da organização dos concursos é dos mais graves aqui citado, pois o processo não foi democrático e há margem para a não transparência. A realização de um projeto deste porte sem um certame traz prejuízo aos arquitetos, mas principalmente à cidade.

Ao analisar os concursos construídos e os não construídos, pôde-se observar que os eventos trazem contribuições para o desenvolvimento da realização dos concursos. Inclusive as obras e projetos públicos que são frutos de seleção também contribuem para melhorias no processo dos certames. Ao estudar os concursos entende-se que a discussão sobre os mecanismo de contratação de projeto público devem ser constantes para cada vez mais garantir o caráter democrático dos concursos.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do desenvolvimento dessa pesquisa e seus resultados, é possível refletir e discutir sobre os questionamentos levantados. A importância em documentar esses concursos está na perspectiva de guardar as memórias processuais permitindo análises futuras que possam contribuir com a compreensão de eventos passados e o aperfeiçoamento desta prática. Com base na documentação dos certames, é possível posicionar os eventos dentro dos contextos históricos-sociais e entender como os interesses das Instituições Promotoras e Organizadoras foi expresso nas seleções, proporcionando benefícios às próprias entidades ou ao povo. Essa dualidade entre o interesse público e o das Instituições Promotoras são a base para as contradições encontradas nos Concursos.

Ao observar o panorama de concursos do Brasil dentro de um contexto sócio-político pôde-se compreender, de forma geral, quais e em que circunstâncias os certames foram acontecendo e se desenvolvendo por todo país. Esse cenário também expõe a distribuição geográfica e temporal dos concursos, confirmando que a Região Sul e Sudeste concentra o maior número seleções e os primeiros exemplares dessa prática. Em suporte ao panorama dos eventos, a compreensão da evolução das legislações e regulamentações dos concursos no Brasil aponta para um desinteresse do poder público na realização desses eventos, pois com mais de 80 anos, a prática ainda é exceção em regiões do país. Para finalizar a compreensão do histórico e do desenvolvimento dos concursos de arquitetura no Brasil, o levantamento produzido sobre os trabalhos e pesquisas realizados sobre o tema e a discussão deste assunto em revistas aponta que este tema vem sendo debatido há mais de 60 anos nestes meios. Inicialmente as discussões se concentraram nas revistas em forma de divulgação dos eventos e alguns textos críticos sobre os processos e passam, a partir do final da década de 1980, para o âmbito acadêmico através de dissertações, teses, artigos e livros. Toda essa escrita e os diálogos construídos sobre os concursos são de suma importância para a construção de uma base reflexiva que possibilite um desenvolvimento consistentes dos certames no país.

Cabe destacar uma publicação importante dentro do cenário brasileiro de concursos no ano de 2019, mas que em função da viabilidade desta pesquisa não foi possível incluir. Trata-se do lançamento do livro “Dinâmicas do Jogo: concursos de arquitetura no Brasil” do arquiteto Fabiano José Arcádio Sobreira, onde apresenta um panorama da realização dos concursos no Brasil entre os anos de 1935 e 2018, baseado em publicações de revistas, e analisa a dinâmica dos eventos a partir de quatro pontos: as regras, os jogadores, as estratégias e o julgamento.

A partir da compreensão da história e desenvolvimento dos concursos no Brasil é possível ainda aproximar o foco para observar os concursos de arquitetura no Ceará. A realização dos concursos no Estado é recente quando comparado à prática no país, ainda assim, as fontes disponíveis e as bases de dados são escassas e difusas. O levantamento realizado dos eventos realizados entre 1969, data do primeiro concurso formal identificado no estado, e 2017, data início desta pesquisa, identificou 20 certames no Ceará, distribuídos apenas em dois municípios, Fortaleza e Sobral. É importante reforçar que o levantamento teve limitações documentais, pois nem os arquitetos participantes nem as instituições organizadoras possuíam a maioria dos projetos originais, editais, termos de referência e atas de julgamento. Diante disto, o recurso da história oral, através de entrevistas com arquitetos vencedores, organizadores e avaliadores, foi de suma importância na coleta de informações sobre os certames, que em conjunto com a pouca documentação encontrada, forneceu as bases para o desenvolvimento da pesquisa.

A partir da contextualização dos eventos com a situação político-social do Estado em uma perspectiva histórica, pôde-se compreender as motivações que levaram as realização das seleções de projeto. Algo importante de observar é a contribuição destes concursos para a arquitetura cearense, pois apenas três certames não foram vencidos por arquitetos do Estado. Diante deste panorama é possível identificar os agentes e os processos envolvidos nos concursos destacando a presença do IAB-CE como principal Organizador. Desde os fatos apresentados sobre o envolvimento dos agentes, pôde-se constatar que há inconsistências entre os envolvidos

e falta de prática na condução dos eventos, necessitando de mais respeito da Instituição Promotora, competência técnica dos Organizadores, cumprimento do edital e coerência na avaliação da Comissão Julgadora e ética dos Arquitetos Participantes. Destacando o agente principal do concurso de arquitetura, o arquiteto, pode-se compreender que o profissional pode estar articulado a todas as entidades envolvidas nestes processos e que desempenham um papel extremamente importante como gestores das Instituições Promotoras.

Baseado na perspectiva histórica dos eventos realizados no Ceará, os agentes e seus envolvimento nas seleções e o debate do papel do arquiteto na prática do concursos, foi realizada uma análise sobre a eficácia, baseada em Campolina (2017), de cada certame partindo do pressuposto de que a eficiência se refere no mínimo à construção do edifícios, mas que para além disso existem contribuições para o aprimoramento do exercício da arquitetura e para o aperfeiçoamento da organização dos concurso nos seus aspectos institucionais e normativos. Essas contribuições explicitam que a eficiência de um concurso não é absoluta e está diretamente relacionada com a gestão do evento. Foram 11 concursos construídos e conseqüentemente considerados eficientes, mas que ao ter suas contribuições analisadas apresentaram contradições principalmente em relação ao aperfeiçoamento da organização dos certames. Essas contribuições e contradições reforçam a necessidade de estudar as seleções de projeto para poder identificar as deficiências e propor melhorias direcionadas. Ao observar os nove não construídos as contribuições para o aperfeiçoamento do processo são ainda mais evidentes, já que a não construção por si de um concurso já indica o primeiro sinal de ineficiência. Os principais aspectos constatados nos certames não construídos estão relacionados a grandes intervenções urbanas e editais sem comprometimento com a contratação previamente acordada. Como contraponto aos concursos, foram apresentados projetos do século XXI frutos de outros processos de contratação e de relevância pública no Estado que poderiam ter sido objeto de concurso público. Ao analisá-los, pôde-se constatar que na sua maioria são projetos impostos pelos gestores

e com pouco ou nulo diálogo com a sociedade, além de não apresentarem um processo democrático e transparente de contratação.

	Contribuições para a Arquitetura	Contribuições para o Processo
Os Concursos Construídos	<p>Debate sobre a arquitetura e a cidade através de questionamentos da legislação urbana.</p> <p>Soluções apropriadas ao clima e desenhos de proteção solar</p> <p>Racionalidade e Flexibilidade</p> <p>Sistemas estruturais e espaciais modulados</p> <p>Atenção ao entorno preservado patrimonialmente</p> <p>Atenção à arborização</p> <p>Sistemas de modelos de intervenção</p> <p>Limite entre projeto vencedor e obra</p>	<p>Limite entre avaliação arquitetônica e o cumprimento dos editais e legislação</p> <p>Oportunidade de projeto para jovens arquitetos</p> <p>Seleções independentes ao IAB-CE</p> <p>Exposição de projetos</p> <p>Atenção no processo de organização e montagem do termo de referência</p> <p>Debate sobre a contratação de pessoa física X pessoa jurídica</p> <p>Processo de seleção em duas etapas</p> <p>Atenção com as etapas não anônimas</p> <p>Atenção à comissões julgadoras apenas de arquitetos locais</p> <p>Respeito ao projeto vencedor.</p>
Os Concursos não Construídos	<p>Atenção entre o proposto e o que existe no local</p> <p>Debate sobre a criação de um ícone</p> <p>Soluções apropriadas ao clima e desenhos de proteção solar</p> <p>Racionalidade e Flexibilidade</p> <p>Integração entre a cidade e áreas de interesse ambiental dentro de uma escala urbana, ecológica e da edificação</p>	<p>Atenção à não contratação do arquiteto vencedor como desenvolvedor do projeto</p> <p>Interesse público X interesse privado</p> <p>Dificuldade com projetos de grandes escalas urbanas</p> <p>Falta de contrato pré-determinado</p> <p>Entrega de projetos por meio físico-digital</p> <p>Falta de obrigatoriedade de contratação</p> <p>Atas de julgamento que não descrevem com clareza o processo de avaliação</p>
Obras públicas sem concurso no século XXI	<p>Realização de projetos coletivos</p> <p>Maquete digital X projeto arquitetônico</p> <p>Debate sobre criação de um ícone baseado no caráter imagético da proposta</p> <p>Debate do edifício sem conexão com a cidade</p>	<p>Reforçar a necessidade da realização de concursos</p> <p>Evitar contratações diretas em obras públicas</p> <p>Evitar contratações por notório saber</p> <p>Proporcionar o debate sobre equipamentos de grande porte para o Estado</p> <p>Processos de contratação mais democráticos e transparentes</p>

Tabela 4 - Síntese das contribuições dos concursos de arquitetura realizados no Ceará entre 1969 e 2017. Fonte: Elaborado pelo autor.

Como pode ser observado na Tabela 4 os concursos construídos acabaram contribuindo mais com o desenvolvimento da arquitetura e dos processos no Ceará. Essa síntese revela que mesmo os certames não construídos e as obras sem concurso contribuem para um avanço na produção arquitetônica, seja provocando debates sobre edifícios com pretensões de se tornarem ícones ou soluções adequadas ao clima, e também para um aprimoramento dos processos, apresentado falhas para que não voltem a repetir.

Após a apresentação do cenário de concursos no Brasil, a perspectiva histórica dos concursos de arquitetura no Ceará e seus agentes e a análise de eficiência dos certames pode-se apontar que estes são eventos prioritariamente democráticos, mas que apresentam contradições que podem comprometer o processo. A importância da realização dos concursos está na contribuição ao debate arquitetônico e do desenvolvimento da cidade, além de a prática proporcionar um aperfeiçoamento dos procedimentos.

Com isso, o presente trabalho inicia e contribui para a discussão da realização dos concursos de arquitetura no Ceará. Por não haver ainda trabalhos sobre o tema e devido à dispersão de dados, é importante ressaltar que uma das principais limitações dessa pesquisa se refere às dificuldades de levantamento das informações de todos os concursos elencados. Ainda assim, a problemática relativa ao acesso de informações foi agravada pela falta de transparências das instituições envolvidas relativas ao acervo sobre os concursos. Acredita-se que a partir desta pesquisa, outras possam contribuir para a documentação e análise sobre o tema, baseando-se na sistematização aqui apresentada, complementando e aprofundando as análises em concursos específicos.

A escolha dos concursos de arquitetura e urbanismo no Ceará como tema de dissertação mostra-se pertinente diante dos resultados encontrados. A relevância deste modelo de contratação para a sociedade em geral é confirmada pelos exemplos aqui apresentados, onde se ilustra o envolvimento dos arquitetos, organizadores e instituições promotoras. O levantamento dos eventos expõe que os concursos realizados no Ceará

permitiram explorações tecnológicas no edifício, contribuições para a sociedade e provocaram reflexões sobre os projetos e a cidade.

Todos os registros e questões aqui apresentados sobre os certames têm a pretensão de resgatar aspectos essenciais para a construção permanente de uma base crítica que possibilite um desenvolvimento consistente, participativo e democrático nos concursos no Ceará.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Mozarly. **Lula inaugura primeiro Cuca em Fortaleza.** Diário do Nordeste. Fortaleza, p. 1-1. 09 set. 2009. Disponível em: <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/lula-inaugura-primeiro-cuca-em-fortaleza-1.416048>>. Acesso em: 15 jun. 2018.

AMARAL, Izabel. **Pavilhões de Exposições e Concursos: lições a aprender.** 2009. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/05/28/pavilhoes-de-exposicoes-e-concursos-licoes-a-aprender/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

ARRUDA, Daniel Marques. **Projeto e imagem como política urbana sobre a produção contemporânea da arquitetura institucional pública em Fortaleza-CE.** 2018. 276 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

BAETA, André Pachioni. **As vantagens dos concursos para a contratação de projetos.** 2015. Disponível em: https://concursosdeprojeto.org/2014/12/10/as_vantagens_dos_concursos_para_a_contratacao_de_projetos/>. Acesso em: 6 maio 2016.

BARBOSA, Renata Horn. **Arquitetura e cidade: Fortaleza no final do século XX.** 2006. Dissertação (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) – FAUUSP, São Paulo. 2006.

BASTOS, Maria Alice Junqueira; ZEIN, Ruth Verde. **Brasil: Arquiteturas após 1950.** Editora Perspectiva. São Paulo. 2011.

BNB. **Ata de Julgamento.** Concurso de Ideias para Design do Hub de Inovação do Nordeste. Fortaleza, 2016a

_____. **Regulamento.** Concurso de Ideias para Design do Hub de Inovação do Nordeste. Fortaleza, 2016b

BRAGA, Bruno Melo. **Flexibilidade e Permanência: os edifícios públicos modernos em Fortaleza.** 2017. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Departamento de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2017

BRAGA, Bruno Melo; OLIVEIRA, Bruno Perdigão de; RIBEIRO, Igor Lima. **Além da Arquitetura: pioneirismo e legado na atuação profissional do arquiteto Neudson Braga.** In: 5º DOCOMOMO Norte – Nordeste, 2014, Fortaleza. 5º DOCOMOMO Norte – Nordeste – Projeto, Obra, Uso e Memória: A intervenção no patrimônio arquitetônico modernista, 2014.

BRAGA, José Neudson Bandeira. **Memorial Descritivo**. In: Concurso de Arquitetura para o Estudo Preliminar da Sede do Bando do Estado do Ceará. Fortaleza, 1969.

BRAGA, Milton. **O concurso de Brasília: sete projetos para uma Capital**. São Paulo: Cosac Naify. 2010.

BRASIL. Lei nº 5.194, de 24 de dezembro de 1966. **Regula o exercício das profissões de Engenheiro, Arquiteto e Engenheiro-Agrônomo, e dá outras providências.**

_____. Decreto-Lei nº200, de 25 de fevereiro de 1967. **Dispõe sobre a organização da Administração Federal, estabelece diretrizes para a Reforma Administrativa e dá outras providências.**

_____. Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993. **Regulamenta o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, institui normas para Licitações e Contratos da Administração Pública, e dá outras providências.** Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18666cons.htm>. Acesso em: 06 dezembro 2018

BRITO, Samuel Silva de. **O Pavilhão Brasileiro na Exposição da Filadélfia (1925)**. In: III Encontro da Associação nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo – Arquitetura, Cidade e Projeto: uma construção coletiva. São Paulo, 2014

CAMPOLINA, Joel. **A Eficácia dos Concursos Públicos de Arquitetura organizados pelo IAB-MG**. 2009. Disponível em: <<https://concursosdeprojeto.org/2009/03/22/eficacia-dos-concursos-iabmg/>>. Acesso em: 24 jul. 2017.

CHUPIN, Jean-Pierre; CUCUZZELLA, Carmela; HELAL, Bachara. **Architecture Competitions and the Production of Culture, Quality and Knowledge: an international inquiry**. Montreal: Potential Architecture Book, 2015.

COMAS, Carlos Eduardo. **A feira mundial de Nova York de 1939: o pavilhão brasileiro**. Arqtexto, Porto Alegre, v. 16, p.56-97, 2010.

CONCURSO HGF, Revista Projeto, n. 104, jan-1987.

CORREIA, Telma de Barros. **O pitoresco no mundo industrial: Angelo Bruhns e a vila operaria para a campanha comercio e navegação**. Urbana: Revista Eletrônica do Centro Interdisciplinar de Estudos sobre a Cidade, [s.l.], v. 3, n. 1, p.1-25, 14 mar. 2011. Universidade Estadual de Campinas. <http://dx.doi.org/10.20396/urbana.v3i1.8635126>.

COSTA, Alcilia Afonso de Albuquerque. **A arquitetura moderna de Heitor Maia Neto em Recife nos anos 50**. Seminário Nacional DOCOMOMO. Recife, 2016.

CUCA. **Ata do Julgamento**. Fortaleza: Prefeitura Municipal de Fortaleza, 2006.

DANTAS, André Dias. **Os Pavilhões Brasileiros nas Exposições Internacionais**. 2010. 260 f. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

DIOGENES, Beatriz Helena PAIVA, Ricardo Alexandre. **Caminhos da Arquitetura Moderna em Fortaleza: A influência brutalista na obra dos arquitetos Fausto Nilo e Delberg Ponce de Leon**. In: X Seminário DOCOMOMO Brasil – Arquitetura Moderna e Internacional: conexões brutalistas, Curitiba, 2013.

FARIAS, Airton de. **História do Ceará**. 2ª reimp. - 6. ed. Fortaleza: Armazém da Cultura, 2012.

FERNANDES, Francisco Ricardo Cavalcanti. **Transformações Espaciais no Centro de Fortaleza: Estudo Crítico das Perspectivas de Renovação Urbana**. 2004. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente – PRODEMA, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza. 2004.

FICHER, Sylvia; ACAYABA, Marlene Milan. **Arquitetura Moderna Brasileira**. São Paulo: Projeto Editores Associados, 1982.

FLYNN, Maria Helena. **Clássicos da Arquitetura: Edifício Sede IAB-SP**. 2018. Disponível em:
<<https://www.archdaily.com.br/br/906850/classicos-da-arquitetura-iab-sp-edificio-sede-rino-levi-miguel-forte-abelardo-de-souza-e-equipe>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

_____. **Concursos de arquitetura no Brasil 1850-2000. Sua contribuição para o desenvolvimento da arquitetura**. São Paulo, FAU/USP, 2001. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001.

FORTALEZA. Projeto de Lei nº 351, de 15 de agosto de 1995. **Estabelece para a administração pública municipal a contratação de Concurso para Projetos Arquitetônicos relativos à construção, reforma ou ampliação de obra de arquitetura nas condições que indica**. Câmara Municipal de Fortaleza.

FREITAS, Juliana Maria de Souza. **Construindo para a (Bio)Diversidade: o planejamento ecológico da paisagem urbana**. Paisagem e Ambiente: Ensaios, São Paulo, v. 40, p.89-103, 2017. Semestral.

IAB-CE. **Concurso do ícone promete ser marco na arquitetura cearense.** Informativo do Instituto de Arquitetos do Brasil: Departamento Ceará. Ano II. v. 1. Fortaleza, p. 2-2. fev. 1999.

IAB-CE; SEMA-CE. **Ata de Julgamento** Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó. Fortaleza, 2017a.

_____. **Termo de Referência.** Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó. Fortaleza, 2017b.

_____. **Edital.** Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó. Fortaleza, 2017c.

IAB-CE; SETFOR. **Termo de Referência.** Concurso Público Nacional de Ideias para o Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira-Mar em Fortaleza, Ceará. Fortaleza, 2009.

_____. **Ata de Julgamento.** Concurso Público Nacional de Ideias para o Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira-Mar em Fortaleza, Ceará. Fortaleza, 2009.

IPHAN. Portaria nº 127, de 30 de abril de 2009. **Chancela da Paisagem Cultural Brasileira.** Brasília, 2009.

GRINOVER, Marina. **Memorial Descritivo.** In Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó. Fortaleza, 2017.

JUCA NETO, C. R.; PAIVA, Ricardo Alexandre. **Projeto, Obra, Uso e Memória: A intervenção no Patrimônio Modernista no Norte e Nordeste.** 1. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2018. v. 1. 575p

LARA, Fernando. **Projetando Instituições.** Thésis, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 18-27, jan/jun. 2016.

MENDES, Alan Henrique Quintela. **O Edifício dos Arquitetos da Bahia.** 2013. 368 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Arquitetura, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

NOGUEIRA, Anastácio Braga. **Arquitetura moderna bancária pelo Nordeste (1968-1986).** 2018. 235 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo e Design) – Centro de Tecnologia, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2018.

PAIVA, Ricardo Alexandre; HISSA, Marina Cavalcante; LIMA, Mariana Quezado Costa. **O Acquário do Ceará: Cidade, Arquitetura e Espetáculo**. In: III Seminário Internacional de Arquitectura, Urbanismo e Design da Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa - Arquitecturas do Mar, da Terra e do Ar - A Arquitectura e o Urbanismo na Geografia e na Cultura. Lisboa: Academia de Escolas de Arquitectura e Urbanismo de Língua Portuguesa, 2014. v. 2. p. 193-202.

PAIVA, Ricardo Alexandre. **Cidade e arquitetura em transe: O Centro de Eventos do Ceará**. *Arquitextos* (São Paulo), v. 1, p. 164.04, 2014.

_____. **Entre o Mar e o Sertão: Paisagem e memória no Centro de Fortaleza** – Dissertação de Mestrado. FAUUSP. São Paulo, 2005.

_____. **Metrópole Híbrida: O papel do turismo no processo de urbanização da região metropolitana de Fortaleza**. – Tese de Doutorado. FAUUSP. São Paulo, 2011.a

_____. **FORTALEZA: A metrópole turística de papel**. In: XIV SAL - Seminários de Arquitectura Latino-americana, 2011, Campinas. *Anais XIV SAL - Seminários de Arquitectura Latino-americana*, 2011.b

PARQUE ECOLÓGICO DA MARAPONGA. **Ata do Julgamento**. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado do Ceará, 1991.a

_____. **Edital**. Fortaleza: Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente do Estado do Ceará, 1991.b

PEREIRA, Miguel. **Arquitetando a esperança – Miguel Pereira**. São Paulo: Pini, 2012.

PONCE DE LEON, Delberg; NEVES, Nelson S. e; LIMA NETO, Otacílio (Org.). **Panorama da Arquitetura Cearense – Cadernos Brasileiros de Arquitetura**. Vol.1 e 2. São Paulo: Projeto Editores Associados Ltda., 1982.

PORTAL VITRUVIUS. **Reordenamento da Avenida Beira-Mar. Concurso Nacional de Ideias**. *Projetos*, São Paulo, ano 10, n. 109.02, Vitruvius, jan. 2010
Disponível <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/projetos/10.109/3559>>. Acesso em: 18 dezembro 2017

REVISTA ACRÓPOLE. São Paulo: Max Gruenwald & Cia, n. 361, ano 30, 1969.

RUBANO, Lizete Maria (Org). **Hipótese do Real: Concursos de Arquitetura e Urbanismo 1973-2011.** São Paulo: Vigliecca & Associados. 2012.

SAMPAIO NETO, Paulo Costa. **Ressonâncias e inflexões do modernismo no Ceará: a contribuição de Gerhard Bormann.** 2012. 286 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

SANTOS, Valéria Cássia dos. **Concurso de Arquitetura em São Paulo.** 2002. 280 f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002

SEGAWA, Hugo. **Arquiteturas no Brasil (1900-1990).** 3. ed, 1. reimpr. São Paulo: Edusp - Editora da Universidade de São Paulo, 2014

SEGRE, Roberto. **Ministério da Educação e Saúde: ícone urbano da modernização brasileira (1935-1945).** São Paulo: Romano Guerra, 2013.

SERAPIÃO, Fernando. **O big bang.** In: Revista Monolito - Escola Carioca, 1 ed. São Paulo: Editora Monolito, 2016.

SOARES NETO, João. **História da administração no Ceará, 50 anos.** 2015. Disponível em:
<<http://www.oestadoce.com.br/coluna/historia-da-administracao-no-ceara-50-anos>>. Acesso em: 27 fevereiro 2019.

SOBREIRA, Fabiano. **Concursos de Arquitetura no Brasil: Panorama Histórico.** Pesquisa. Mestrado em Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário de Brasília. Brasília, 2019 (em andamento)

SOBREIRA, Fabiano; CRISTINA, Vanessa. **Concursos de Arquitetura no Brasil: 2005 a 2014. Entre o potencial e o real.** 2015. Disponível em:
<<https://concursosdeprojeto.org/2015/03/11/concursosdearquiteturano-brasil-2005-2014/>>. Acesso em: 4 maio 2016.

SOBREIRA, Fabiano; RIBEIRO, Paulo. **O lugar dos concursos na propaganda da Arquitetura Moderna Brasileira: registros e análises das revistas Acrópole e Módulo entre 1955 e 1965.** Seminário Nacional DOCOMOMO. Recife, 2016.

SOBREIRA, Fabiano; FLYNN, Maria Helena; RIBEIRO, Paulo (Org.). **Paulo Mendes da Rocha: sobre concursos e memórias....** Brasília (DF): MGS - Macedo, Gomes & Sobreira, 2018.

SUZUKI, Eduardo Hideu. **Concursos de Arquitetura e Urbanismo no Brasil de 1984 a 2012: a eficiência dos Concursos Públicos Nacionais**. 2016. 2 v: il. (v.1. 325p. – v.2. 548p.) Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) - Área de Concentração: **Projeto de Arquitetura** - Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo. 2016.

WISNIK, Guilherme. **Apresentação**. In: BRAGA, Milton. O concurso de Brasília: sete projetos premiados. São Paulo: Cosac Naify, 2010. p. 7-27

APÊNDICE A – LEVANTAMENTO DE PESQUISAS SOBRE CONCURSOS DE PROJETO NO BRASIL

Autor(es)	Tipo	Instituição/Editora	Ano	Abordagem
Maria Helena Flynn	Dissertação de Mestrado	USP	1987	Concursos como tema principal
Milton Liebenritt de Almeida Braga	Dissertação de Mestrado	USP	1990	Concursos como tema principal
Maria Helena Flynn	Tese Doutorado	USP	2001	Concursos como tema principal
Valéria Cássia dos Santos	Dissertação de Mestrado	USP	2002	Concursos como tema principal
Francisco Ricardo Cavalcanti Fernandes	Dissertação de Mestrado	UFC	2004	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Paulo Cesar Braga Pacheco	Dissertação de Mestrado	UFRGS	2004	Concursos como tema principal
Andrea Moron Macadar	Dissertação de Mestrado	UFRGS	2005	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Álvaro Pompeiano de Magalhães Drummond	Dissertação de Mestrado	UFMG	2006	Concursos como tema principal
Valéria Cássia dos Santos (Fialho)	Tese Doutorado	USP	2007	Concursos como tema principal
Renata Horn Barbosa	Dissertação de Mestrado	USP	2007	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Cristiana Gonçalves Pereira Rodrigues	Dissertação de Mestrado	USP	2007	Concursos como tema principal
Leticia Takeda Lodi	Dissertação de Mestrado	USP	2008	Concursos como tema principal
Raissa Pereira Cintra de Oliveira	Dissertação de Mestrado	USP	2008	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)

Autor(es)	Tipo	Instituição/Editora	Ano	Abordagem
Julia Rabello Spinelli	Dissertação de Mestrado	Unicamp	2008	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira / Graciella Martins / Renata Araújo	Artigo	NUTAU	2008	Concursos como tema principal
Pablo Gleydson de Sousa	Dissertação de Mestrado	UFRN	2009	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira	Artigo	IV PROJETAR	2009	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira	Artigo	IV PROJETAR	2009	Concursos como tema principal
Maisa Veloso	Artigo	IV PROJETAR	2009	Concursos como tema principal
Sérgio Marques	Artigo	IV PROJETAR	2009	Concursos como tema principal
Pablo Sousa / Daniel Macêdo	Artigo	IV PROJETAR	2009	Concursos como tema principal
André Dias Dantas	Dissertação de Mestrado	USP	2010	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Paulo Cesar Braga Pacheco	Tese Doutorado	UFRGS	2010	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Ricardo Carvalho Lima Ramos	Dissertação de Mestrado	Mackenzie	2010	Concursos como tema principal
Milton Braga	Livro	Cosac Naify	2010	Concursos como tema principal
Maisa Veloso	Artigo	2º SBQP	2011	Concursos como tema principal
Paula Gorenstein Dedecca	Dissertação de Mestrado	USP	2012	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Lizete Maria Rubano	Livro	Viglicca & Associados	2012	Concursos como tema principal

Autor(es)	Tipo	Instituição/Editora	Ano	Abordagem
Marina de Camargo Assumpção	Tese Doutorado	Unicamp	2013	Concursos como tema principal
Roberto Segre	Livro	Romano Guerra	2013	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Fabiano Sobreira	Artigo	Revista Coletiva - FUNDAJ	2013	Concursos como tema principal
Raimundo Nonato Veloso Filho	Tese Doutorado	UnB	2014	Concursos como tema principal
Pablo Gleydson de Sousa	Tese Doutorado	UFRN	2014	Concursos como tema principal
Carolina Celete Pinto Pereira	Dissertação de Mestrado	Unicamp	2014	Concursos como tema principal
Jeferson Tavares	Livro	IPHAN	2014	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Tácia Daniele Scharff	Dissertação de Mestrado	UFRGS	2015	Concursos como tema principal
Marcus Venícius Pinto de Lima	Dissertação de Mestrado	Mackenzie	2015	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Pablo Sousa / Daniel Macêdo	Artigo	VII PROJETAR	2015	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira / Vanessa Wanderley	Artigo	VII PROJETAR	2015	Concursos como tema principal
Paulo Victor Ribeiro / Silvia Ficher	Artigo	VII PROJETAR	2015	Concursos como tema principal
Eduardo Hideo Suzuki	Tese Doutorado	USP	2016	Concursos como tema principal
Luciane Giacomet Barbosa	Tese Doutorado	UFRGS	2016	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira / Paulo Victor Borges Ribeiro	Artigo	Docomomo - BR	2016	Concursos como tema principal
Beatriz Araújo da Rocha	Dissertação de Mestrado	Unicamp	2016	Concursos como tema principal
Paulo Victor Borges Ribeiro	Dissertação de Mestrado	UnB	2017	Concursos como tema principal

Autor(es)	Tipo	Instituição/Editora	Ano	Abordagem
Simone Mollerke	Dissertação de Mestrado	UFRGS	2017	Concursos como tema principal
Sylvia Ficher / Fabiano Sobreira / Bárbara Ledes	Artigo	Docomomo - BR	2017	Concursos como tema principal
Daniel Marques Arruda	Dissertação de Mestrado	UFC	2018	Dentro do trabalho aborda um(ns) concurso(s) específico(s)
Fernanda Gomes Campos	Dissertação de Mestrado	USP	2018	Concursos como tema principal
Luiz Cattony / Ricardo Paiva	Artigo	Docomomo - N/NE	2018	Concursos como tema principal
Luiz Cattony / Ricardo Paiva	Artigo	ICOMOS-BR II	2018	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira / Maria Helena Flynn	Livro	MGS - Macedo, Gomes & Sobreira	2018	Concursos como tema principal
Marcelo Ulisses Pimenta	Monografia - Pós-Graduação Latu Sensu	IMP / UNYLEYA	2018	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira	Artigo	V ENANPARQ	2018	Concursos como tema principal
Fabiano Sobreira / Bárbara Ledes / Stefanie Martins	Artigo	V ENANPARQ	2018	Concursos como tema principal

APÊNDICE B – LEVANTAMENTO DE PUBLICAÇÕES SOBRE CONCURSOS EM REVISTAS ENTRE 1951 - 1983

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Concurso para novas instalações do Jockey Club do Rio Grande do Sul	IAB-RS	Acrópole	156	1951	Apresentação de Concurso
Concurso de anteprojetos para a Escola de Guerra Naval	-	Arquitetura e Engenharia	23	1952	Apresentação de Concurso
Normas básicas para concursos de arquitetura	Rino Levi e Roberto Cerqueira César	Arquitetura e Engenharia	21	1952	Discussão sobre Concursos
Concurso de cartazes para o IV Congresso Brasileiro de Arquitetos	-	Acrópole	180	1953	-
DER: Departamento de Estradas de Rodagem de São Paulo - concurso de anteprojetos	-	Arquitetura e Engenharia	25	1953	Apresentação dos Resultados
Concurso de hospitais entre universitários	Jarbas Karman	Acrópole	180	1953	-
Paço municipal de São Paulo: projeto apresentado ao concurso	-	AD Arquitetura e Decoração	3	1954	Apresentação de Projeto
2º Concurso internacional para escolas de arquitetura	-	Brasil Arquitetura Contemporânea	4	1954	Apresentação de Concurso
Monumento a Rui Barbosa: o concurso visto sob novo aspecto	José de S. Reis	AD Arquitetura e Decoração	11	1955	Discussão sobre Concursos
2º Concurso internacional para escolas de arquitetura	-	Habitat	23	1955	-
Concurso de anteprojetos para o edifício sede do Banco Hipotecário do Uruguai	-	Habitat	36	1956	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para a sede de desportos da Associação Atlética Banco do Brasil	-	Brasil Arquitetura Contemporânea	8	1956	Apresentação de Concurso
Deve-se sempre proceder a concursos de arquitetura	Geraldo Ferraz	Habitat	26	1956	Discussão sobre Concursos
Em torno do concurso do plano piloto para a nova capital do país	-	Arquitetura e Engenharia	42	1956	Discussão sobre Concursos
Concurso nacional do plano piloto da nova capital do Brasil	-	Arquitetura e Engenharia	42	1956	Apresentação de Concurso
Concurso de anteprojetos para o novo edifício do Senado Federal	-	Acrópole	217	1956	Apresentação de Projeto
Ata do juri para a escolha do plano piloto de Brasília	-	Arquitetura e Engenharia	61	1957	Apresentação dos Resultados

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Ata do júri para a escolha do plano piloto de Brasília	-	Módulo	8	1957	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para o novo edifício do Paço Municipal e parque público central de Campinas	-	Arquitetura	45	1957	Apresentação de Concurso
Concurso nacional do plano piloto da nova capital do Brasil	-	Módulo	8	1957	Apresentação de Concurso
Concurso nacional do plano piloto da nova capital do Brasil	-	Brasil Arquitetura Contemporânea	9	1957	Apresentação de Concurso
O julgamento do concurso de Brasília	-	Habitat	40	1957	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para o novo edifício do Senado Federal	-	Brasil Arquitetura Contemporânea	9	1957	Apresentação de Projeto
Concurso de anteprojetos para a instalação do Clube Atlético Paulistano	Geraldo Ferraz	Habitat	47	1958	Apresentação de Concurso
Concurso de anteprojetos para o edifício da Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina	-	Brasil Arquitetura Contemporânea	12	1958	Apresentação de Projeto
Concurso para a escolha de cartaz e capa de catálogo para a V Bienal	-	Habitat	52	1959	Apresentação de Concurso
Concurso de anteprojetos para a Cosipa	-	Acrópole	253	1959	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	-	Arquitetura e Engenharia	59	1961	Apresentação de Concurso
Concurso de anteprojetos para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	-	Módulo	24	1961	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para a Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo	-	Acrópole	273	1961	Apresentação dos Resultados
Concurso Pedra da Moreninha	-	Arquitetura	5	1962	Apresentação de Concurso
Concursos de arquitetura e a defesa do trabalho do arquiteto	Eduardo Corona	Acrópole	283	1962	Discussão sobre Concursos
Sobre concursos públicos de arquitetura	Miguel A. Pereira e J. C. Paiva da Silva	Habitat	70	1962	Discussão sobre Concursos
Concurso de anteprojetos para o clube de campo do Jockey Club de São Paulo	-	Acrópole	288	1962	Apresentação dos Resultados
Concurso internacional para o cartaz da VII Bienal de São Paulo	-	Habitat	69	1962	-
Concurso internacional Peugeot (ARG)	-	Módulo	31	1962	Apresentação dos Resultados

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Concurso internacional Peugeot (ARG)	-	Habitat	67	1962	Apresentação dos Resultados
Concurso internacional Peugeot (ARG)	-	Acrópole	281	1962	Apresentação dos Resultados
Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais	-	Acrópole	283	1962	Apresentação de Projeto
Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais	-	Acrópole	283	1962	Apresentação de Projeto
Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais	-	Habitat	70	1962	Apresentação de Projeto
Centro Social do SESI	-	Arquitetura	8	1963	-
Concurso das escolas de arquitetura na VII Bienal de São Paulo	-	Habitat	74	1963	Apresentação de Concurso
O julgamento do concurso de anteprojetos para a sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de São Paulo	-	Acrópole	298	1963	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para a sede do Clube XV	-	Acrópole	294	1963	Apresentação dos Resultados
Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais	-	Habitat	73	1963	Apresentação dos Resultados
Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais	-	Acrópole	298	1963	Apresentação dos Resultados
Concurso privado do I.R.B.	-	Arquitetura	15	1963	Apresentação de Projeto
Concurso privado de anteprojetos para o Clube da Orla	-	Acrópole	300	1963	Apresentação dos Resultados
Concurso privado de anteprojetos para o Clube da Orla	-	Habitat	74	1963	Apresentação dos Resultados
A propósito dos Concursos de Arquitetura	Eduardo Corona	Acrópole	307	1964	Discussão sobre Concursos
Concursos de arquitetura: regulamento	-	Arquitetura	27	1964	Discussão sobre Concursos
Regulamento para concursos de arquitetura	-	Acrópole	309	1964	Discussão sobre Concursos
Concurso para hospital em Recife	-	Acrópole	308	1964	Apresentação dos Resultados
Concurso para centro comercial	-	Acrópole	310	1964	Apresentação dos Resultados
Concurso para centro comercial	-	Arquitetura	27	1964	Apresentação dos Resultados

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Concurso para a Assembléia Legislativa de Minas Gerais	-	Arquitetura e Engenharia	67	1964	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojeto para Igreja Presbiteriana de Brasília	-	Acrópole	302	1964	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojeto para Igreja Presbiteriana de Brasília	-	Arquitetura	20	1964	Apresentação dos Resultados
Concurso para hospital em Recife	-	Arquitetura	35	1965	Apresentação dos Resultados
Concurso para o paço e centro cívico de Santo André - SP	-	Acrópole	320	1965	-
Concurso para o monumento Mãe	-	Arquitetura	39	1965	-
Concurso de anteprojetos para a sede do Tênis Clube de Presidente Prudente, SP	-	Acrópole	326 / 327	1966	Apresentação dos Resultados
Concurso de anteprojetos para a sede do Tênis Clube de Presidente Prudente, SP	-	Arquitetura	51	1966	Apresentação dos Resultados
Concurso público para o Teatro Municipal de Campinas, SP	-	Acrópole	328	1966	Apresentação dos Resultados
Concurso público para o Teatro Municipal de Campinas, SP	-	Arquitetura	49	1966	Apresentação dos Resultados
Concurso público para o Teatro Municipal de Campinas, SP	-	Arquitetura	51	1966	Apresentação dos Resultados
Concurso do Departamento Federal de Segurança Pública, Brasília	-	Arquitetura	60	1967	Apresentação dos Resultados
Concurso do Departamento Federal de Segurança Pública, Brasília	-	Acrópole	339	1967	Apresentação dos Resultados
Concurso para mercado público de Porto Alegre	-	Acrópole	339	1967	Apresentação dos Resultados
Concurso para mercado público de Porto Alegre	-	Arquitetura	62	1967	Apresentação dos Resultados
Concurso para a Secretaria de Agricultura de São Paulo	-	Acrópole	357	1968	Apresentação dos Resultados
Concurso para a nova penitenciária da Guanabara	-	Arquitetura	77	1968	Apresentação dos Resultados
Concurso para a Biblioteca de Salvador	-	Acrópole	354	1968	Apresentação dos Resultados
Concurso para a Biblioteca de Salvador	-	Arquitetura	74	1968	Apresentação dos Resultados
Concurso para hotel	-	Acrópole	371	1970	Apresentação dos Resultados
Clube náutico em Angra dos Reis	-	CJ. Arquitetura	12	1976	Apresentação dos Resultados

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Concurso público nacional de arquitetura para o anteprojeto da sede da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, SP	-	Módulo	47	1977	Apresentação de Concurso
No CREA-SP, a valorização do concurso de projeto	Ubirajá Gilioli	A Construção em São Paulo	1587	1978	Discussão sobre Concursos
Concurso nacional de anteprojeto para Sede da Terrafoto S.A.	-	Projeto	17	1979	Apresentação dos Resultados
Projeto vencedor do concurso nacional para a sede da Terrafoto	-	Projeto	17	1979	Apresentação dos Resultados
Anteprojeto para o concurso do edifício sede do CREA 4ª Região	-	Pampulha	1	1979	Apresentação de Projeto
Sede-oficina Minas-Máquinas	-	Pampulha	1	1979	Apresentação de Projeto
Sede do IBGE, Belo Horizonte	-	Pampulha	1	1979	Apresentação de Projeto
Prêmio Brasilit de Arquitetura: o espaço humano	-	Projeto	21	1980	Apresentação de Projeto
Prêmio Brasilit de Arquitetura: o espaço humano	-	Casa & Jardim	303	1980	Apresentação de Projeto
Prêmio Brasilit de Arquitetura: o potencial plástico do fibro-cimento	-	Casa & Jardim	303	1980	Apresentação de Projeto
Prêmio Brasilit de Arquitetura: o potencial plástico do fibro-cimento	-	Projeto	22	1980	Apresentação de Projeto
Concurso da Ferrostaal: O projeto vencedor	-	Projeto	21	1980	Apresentação dos Resultados
Anhangabaú: o concurso para organização do espaço urbano	-	A Construção em São Paulo	1725	1981	-
Anhangabaú: reorganização do espaço é colocada em debate	-	A Construção em São Paulo	1731	1981	-
Anhangabaú: uma conquista dos arquitetos e da população	-	Projeto	31	1981	Apresentação dos Resultados
O novo Anhangabaú: mais um passo para a revitalização do Centro	-	A Construção em São Paulo	1741	1981	Apresentação dos Resultados
As cinco menções honrosas do concurso de reurbanização do Vale do Anhangabaú	-	A Construção em São Paulo	1755	1981	Apresentação dos Resultados
O bom exemplo que chega de Minas	-	A Construção em São Paulo	1733	1981	Discussão sobre Concursos
Concurso para reurbanização do Vale do Anhangabaú	-	Projeto	27	1981	Apresentação de Concurso

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Prêmio Brasilir 1981: em busca de soluções para casas populares	-	Projeto	27	1981	Apresentação de Concurso
Anos 10: um concurso de habitação operário	Hugo Segawa	Módulo	64	1981	-
Concurso de arquitetura para o edifício-sede Sindicato/Casa do Jornalista	-	Pampulha	7	1982	Apresentação de Concurso
Concurso de arquitetura para o edifício-sede Sindicato/Casa do Jornalista	-	Pampulha	7	1982	Apresentação dos Resultados
Os concursos de arquitetura em 81	-	Pampulha	6	1982	Discussão sobre Concursos
Obra do Berço gera polêmica	Ernesto A. J. Paganelli	Projeto	43	1982	Discussão sobre Concursos
Parque de lazer da Gamaleira Américo René Gianetti	-	Pampulha	6	1982	-
Concurso para a sede da Sociedade Hípica de Ribeirão Preto	-	Projeto	38	1982	Apresentação de Projeto
Concurso para a sede da Sociedade Hípica de Ribeirão Preto	-	Projeto	38	1982	Apresentação de Projeto
Concurso arquiteto Eduardo Mendes Guimarães Júnior	-	Pampulha	6	1982	Apresentação dos Resultados
Concurso Dr. Paulo Diniz Chagas, Região A	-	Pampulha	6	1982	Apresentação dos Resultados
Os concursos de projetos de arquitetura	Maurício Andrés	Projeto	48	1983	Discussão sobre Concursos
Um ambiente favorável à discussão	Ana Elvira Zauli	A Construção em São Paulo	1872	1983	Discussão sobre Concursos
A cidade discutida pela própria cidade	-	A Construção em São Paulo	1866	1983	Discussão sobre Concursos
Dificuldades não impedem a apresentação de trabalhos de qualidade	Mauro Neves Nogueira	Projeto	49	1983	Discussão sobre Concursos
Uma pequena cidade vai nascer: concurso Obra do Berço	-	Projeto	44	1983	Apresentação dos Resultados
Coordenação modular, a base dessa proposta: concurso Obra do Berço	-	Projeto	44	1983	Apresentação dos Resultados
Dois grandes blocos, uma capela cilíndrica e um painel de Niemeyer: concurso Obra do Berço	-	Projeto	44	1983	Apresentação dos Resultados
Espaços diversificados, as praças, a curtição dos edifícios: concurso Obra do Berço	-	Projeto	44	1983	Apresentação dos Resultados
Obra do Berço	-	Arquitetura Revista	1	1983	Apresentação de Projeto

Título do artigo	Autor(es)	Revista	Nº	Ano	Abordagem
Concurso para elaboração do projeto arquitetônico de um hotel em Rio Pardo	-	Projeto	49	1983	Apresentação dos Resultados
Habitação popular: prêmio Brasilit de Arquitetura 1981	-	Módulo	68	1981/1982	Apresentação de Concurso

**APÊNDICE C – CONCURSOS REALIZADOS NO CEARÁ
ENTRE 1969 E 2017**

Concurso	Ano	Tipo	Instituição Promotora	Organização	Presidente IAB	Comissão Julgadora	1º Premiado	Estado do Vencedor	2º Premiado	3º Premiado	Menções	Situação
Sede do Banco do Estado do Ceará	1969	Arquitetura	Banco do Estado do Ceará	IAB/CE	Ivan Britto	Miguel Pereira	Neudson Braga	CE	Nasser Hissa			Construído / Parcial
Concurso público para Edifício Sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária / Sede Ceará	1972	Arquitetura	INCRA e EMURF	-	Reginaldo Rangel	-	Fausto Nilo e Delberg Ponce	CE				Construído
Concurso Regional de Anteprojeto para a Sede da Direção Geral do Banco do Nordeste do Brasil	1977	Arquitetura	Banco do Nordeste	Banco do Nordeste	Antonio Campelo	-	Nelson Serra e Neves, José Alberto de Almeida, Antônio Carlos Campelo e Carlos Alberto Costa	CE		Nasser Hissa		Construído / Parcial
Concurso de Projeto para a Sede Social da Associação dos Funcionários da Petrobras	1984	Arquitetura	Petrobrás	Petrobrás	Napoleão	-	Mário Roque e Jayme Leitão	CE				Construído
Concurso Estadual de Anteprojetos Arquitetônicos para a nova unidade de emergência do Hospital Geral de Fortaleza	1986	Arquitetura	INAMPS	IAB/CE	Águeda Maria	Paulo Cardoso da Silva, Roberto Martins Castelo, Rui Farias Carneiro, João Fortes de Siqueira Filho e José Roosevelt de Luma	Augusto Alves Filho, Maria Aparecida Motta Sá e José Augusto Martins Pessoa	CE	Napoleão Ferreira da Silva Neto, Eugênio Celso de Oliveira e Osvaldo L. S. de Souza.			Construído
Concurso de Anteprojetos para o Posto Modelo de Fortaleza	1990	Arquitetura	Petrobrás	Petrobrás	Napoleão	-	Antônio Carlos Campelo Costa	CE				Não Construído
Concurso de Projeto do Centro Administrativo Municipal de Fortaleza	1991	Arquitetura	Prefeitura Municipal de Fortaleza	-	Napoleão	-	Marcos Thé Mota	CE				Não Construído
Concurso Nacional de Anteprojetos para o Parque Ecológico da Maraponga	1991	Arquitetura / Urbanismo	SDU	IAB/CE	Napoleão	Paulo de Mello Bastos, José Neudson Bandeira Braga, José Alberto de Almeida, Maria do Carmo Nogueira Cavalcante e Luiza Marilac Ximenes Cabral	Roberto Gerardo Jereissati Filho	CE	Não Atribuído	Fausto Nilo Costa Júnior		Não Construído
Sede Sindicato dos Bancários	1992	Arquitetura	-	-	Romeu Duarte	-	Napoleão	CE	Ricardo Muratori			Não Construído
Concurso para a sede do TRT em Fortaleza	1993	Arquitetura	TRT	IAB/CE	Romeu Duarte	Roberto Castelo e José Nasser Hissa	Ricardo Muratori e Augusto Alves Filho	CE				Construído em duas etapas.
Concurso Nacional de Ideias para Embelezamento da Área Central de Fortaleza e Parque da Cidade	1999	Urbanismo	PMF, CDL	-	Joaquim Cartaxo	Vital Pessoa de Melo, Romeu Duarte Junior, José Alberto de Almeida, José Paulo de Bem e Mauro Neves Nogueira	Ricardo Henrique Muratori de Menezes, Jean Togleate, Fabian Salles, Ricardo Sabóia, Marcelo Gondim e Patrícia Aquino	CE	Equipe liderada por José Sales: Daniel Cardoso. ; Nícia Bormann; BRASIL, A. José da Rocha Furtado Filho. ; Ricardo Bezerra. ; SMITH, R.	Fausto Nilo Costa Júnior		Não Construído
Concurso Público Nacional de Projeto Fortaleza Atlântica 2000	1999	Arquitetura / Urbanismo	Promoção Fundação Fortaleza Atlântica e SETUR-CE e apoio do BNB	-	Joaquim Cartaxo	Joaquim Guedes, Elvan Silva, Milton Monte, Neudson Braga, Luis Vassalo Rosa (Portugal), José Carneiro de Andrade e Osmundo Evangelista Rebouças	Nasser Hissa e Márcia Cavalcante, Antônio Carlos Campelo Costa, Romeu Duarte Jr., Francisco Correia Barbosa e Sérgio Sander	CE	1º Menção - Ricardo Muratori, Osvaldo Souza, Eugênio Celso e Patrícia Aquino	2º Menção - Luiz Muniz Deusará		Não Construído
Concurso Público de Anteprojeto para Conjunto Paisagístico em Sobral/CE	2000	Urbanismo	Prefeitura de Sobral	IAB/CE	Marcus Lima	José Alberto de Almeida, Romeu Duarte Junior e Francisco Edilson Aragão	Antônio Carlos Campelo Costa	CE				Construído
Concurso Público Nacional de Anteprojeto de Arquitetura para Construção do Edifício Sede do Conselho Regional de Engenharia e Agronomia do Ceará - CREA/ CE	2001	Arquitetura	CREA-CE	IAB/CE	Marcus Lima	José Carlos R. de Almeida, Paulo Cardoso da Silva, Romeu Duarte Junior, Antônio Carvalho Neto e José Neudson Braga	Ricardo Henrique Muratori de Menezes, Jean Togleate, Fabian Salles e Daniel Pinho	CE	Projeto Paulista - Luis Mauro Freire, Maria do Carmo Vilarinho e Fábio Mariz Gonçalves	Grupo SP - Alvaro Puntoni, Angelo Bucci, Apoena Amaral, Carlos Ferrata, Eduardo Ferroni, Moacyr Amaral, Pablo Hereñu	04 menções: Arquitetos Associados (MG); Jonas A. Schettino (MG); Alexandre Landim (CE); Hélio Cavalcanti da Costa Lima (PB)	Não Construído
Concurso Nacional de Projetos para o Mercado de Sobral	2003	Arquitetura	Prefeitura de Sobral	IAB/CE	Marcus Lima	-	Ricardo Henrique Muratori, Raquel de Carvalho e Patrícia Aquino	CE				Construído
Concurso Público Nacional de Ideias para a Construção do Primeiro Centro Urbano de Cultura, Arte, Ciência e Esporte - CUCA de Fortaleza - CE	2005	Arquitetura	PMF, CREA-CE, UFC	IAB/CE	Antônio Martins da Rocha Junior	Ivan Britto, Zilsa Santiago, Eduardo Castro Melo, Otacilio Lima Neto, Afonso Nunes de Sousa e Ricardo Paiva	Suzuki Arquitetura	PR	Luiz Fiúza Arquitetura	Grupo Fazso Arq & Urb		Construído
Concurso Público Nacional de Anteprojeto de Arquitetura para Requalificação de Delegacias de Fortaleza e Região Metropolitana	2007	Arquitetura	GOVERNO ESTADO CEARÁ	IAB/CE	Antônio Martins da Rocha Junior	Clélia Leite Carvalho, Eugênio Celso Leite de Oliveira, Romeu Duarte Junior, Mário Roque e Antônio Martins da Rocha Junior	Carlos Alberto C. da Cunha, Rafael Magalhães, Felipe Sardenberg e Juliana Ribeiro	CE	Marina Hinckman Schwarz / Adriana Silva da Silva	Ricardo Muratori / Esdras Santos / Natália Gama (Estudante)		Construído
Concurso Público Nacional de Ideias para o Reordenamento Geral e Projetos Arquitetônicos, Urbanísticos e Paisagísticos da Avenida Beira-Mar em Fortaleza, Ceará	2009	Urbanismo / Paisagismo / Arquitetura	SETFOR	IAB/CE	Custódio	Débora Sales, Rosa Grena Klüss, Fábio Pentead, Lia Parente, Matheus Gorovitz, Roberto Castelo e Rommel Ramalho	Ricardo Henrique Muratori de Menezes, Fausto Nilo e Esdras Santos	CE	Alexandre Lacerda Landim / Architectus	Baldonero Navarro Gomes / Nachtergaele Navarro Arquitetos Associados		Em construção
Concurso de Ideias para Design do Hub de Inovação do Nordeste	2016	Arquitetura	BNB	BNB	-	Áureo Vasconcelos de Sousa, Carlos Eduardo Siqueira Gaspar, Luíza Cristina de Alencar Rodrigues, Magno Valença de Barros e Nilton Melo Almeida	Reginaldo Faria de Sousa	SP	Arquitetos	Luciano Leite Saraiva	Marcelo Fabrício Alves Carlos	Ainda não construído
Concurso Público Nacional de Ideias de Urbanismo, Paisagismo e Arquitetura para o Parque Estadual do Cocó	2017	Urbanismo / Paisagismo / Arquitetura	SEMA-CE	IAB/CE	Custódio	Glauco de Oliveira Campello, Leticia Peret Antunes Hardt, Luiz Goes Vieira Filho, Maria Cecília Barbieri Gorski, Roberto Martins Castelo, Fernanda Cláudia Rocha, Newton Becker	Marina Mange Grinover	SP	Ricardo Muratori, Nyanne Guerra, Isabela Castro, Jairo Diniz e Brenda Lima	Alexandre Brasil, André Luiz Prado e Rafael Gil Santos	Gabriela Tie Nagoya Tamari	Ainda não construído

APÊNDICE D – ROTEIROS ENTREVISTAS SEMI-ESTRUTURADAS

ROTEIRO DE ENTREVISTA – ORGANIZADOR/PROMOTOR

Entrevistador(a):

_____.

Entrevistado(a):

_____.

Data: ___/___/____ Local: _____.

Hora de início:_____. Hora de término:_____.

1. Qual a vossa relação com a prática de concursos de projeto de arquitetura e urbanismo?
2. Qual a importância que o(a) senhor(a) atribui à realização dos concursos no Brasil? E no Ceará?
3. De quem partiu a ideia de realizar o concurso (ver quais concursos o entrevistado participou) e como se deu a organização?
4. O concurso foi construído. Como se deu o processo de contratação do vencedor?
5. O concurso não foi construído. Quais foram os empecilhos para a não construção?
6. Como o(a) senhor(a) avalia o processo de contratação de projetos de edifícios públicos relevantes na cidade sem a realização de concursos?
7. O(a) senhor(a) poderia elencar vantagens e desvantagens na realização de concursos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - PARTICIPANTE

Entrevistador(a):

_____.

Entrevistado(a):

_____.

Data: ___/___/____ Local: _____.

Hora de início:_____. Hora de término:_____.

1. Qual a vossa relação com a prática de concursos de projeto de arquitetura e urbanismo?
2. Qual a importância que o(a) senhor(a) atribui à realização dos concursos no Brasil? E no Ceará?
3. Como foi a participação no concurso (ver quais concursos o entrevistado participou) e como a montagem da equipe?
4. O concurso foi construído. Como se deu o processo de contratação do vencedor?
5. O projeto desenvolvido é o mesmo que venceu o concurso ou sofreu muitas mudanças?
6. O concurso não foi construído. Quais foram os empecilhos para a não construção?
7. O(a) senhor(a) poderia elencar vantagens e desvantagens na realização de concursos?

ROTEIRO DE ENTREVISTA - JURADO

Entrevistador(a):

_____.

Entrevistado(a):

_____.

Data: ___/___/_____ Local:

_____.

Hora de início:_____. Hora de término:_____.

1. Qual a vossa relação com a prática de concursos de projeto de arquitetura e urbanismo?
2. Qual a importância que o(a) senhor(a) atribui à realização dos concursos no Brasil? E no Ceará?
3. Na sua opinião, quais os fatores importantes na formação de uma comissão julgadora de concurso?
4. Como você avalia a sua atuação na comissão do concurso (ver quais concursos o entrevistado participou)?
5. O(a) senhor(a) poderia elencar vantagens e desvantagens na realização de concursos?